

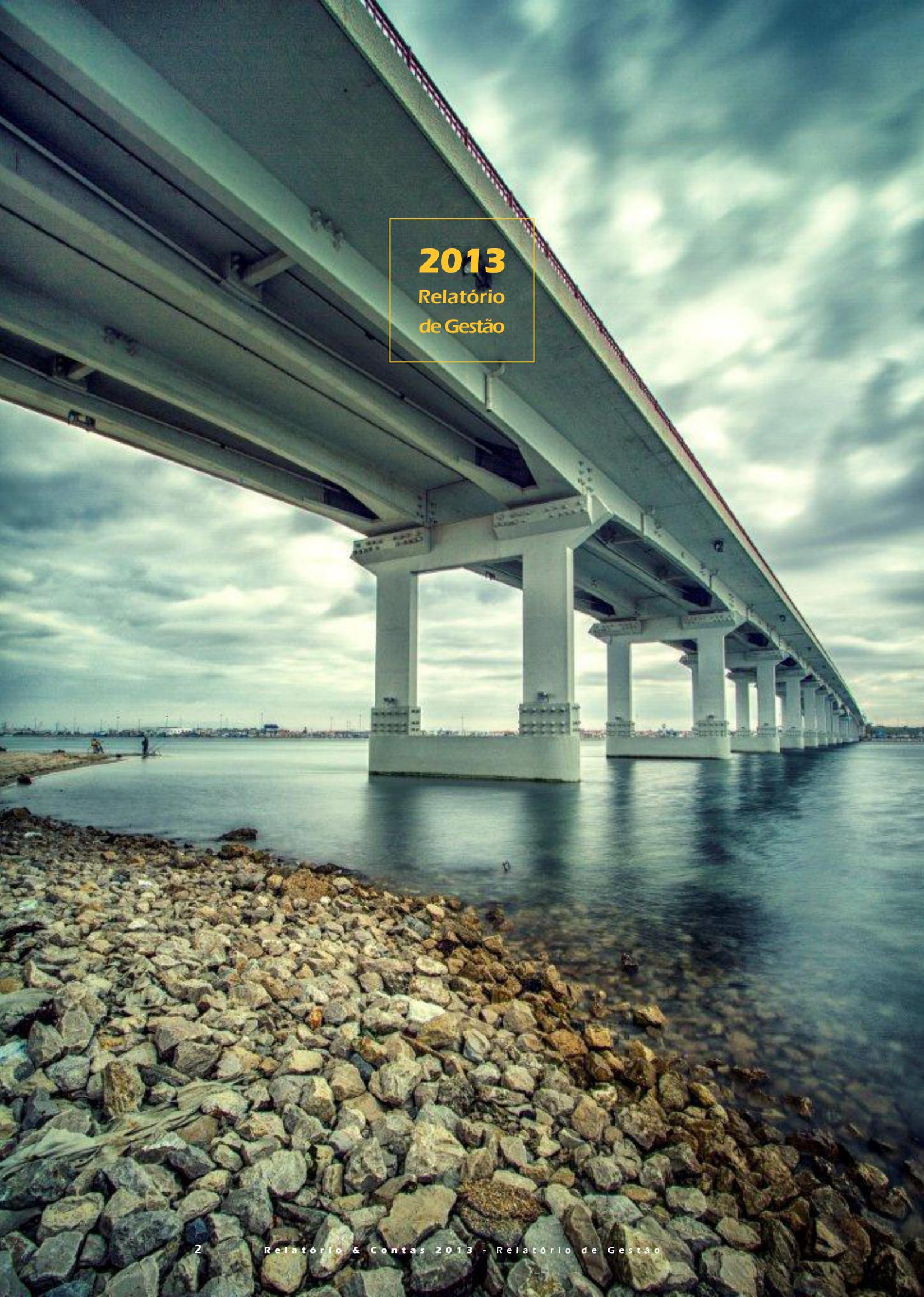
20

s u s t e n t a b i l i d a d e . s e r v i ç o . s t a k e h o l d e r s

13



Relatório & Contas 2013



2013

Relatório
de Gestão

ÍNDICE:

	MENSAGEM DO PRESIDENTE	5
1.	APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	7
2.	O ANO EM REVISTA	9
3.	INDICADORES CHAVE	12
3.1.	INDICADORES FINANCEIROS	12
3.2.	INDICADORES OPERACIONAIS	13
3.3.	INDICADORES AMBIENTAIS	13
3.4.	INDICADORES SOCIAIS	13
4.	ENQUADRAMENTO EXTERNO	15
4.1.	MACROECONÓMICO	15
4.2.	REGULATÓRIO	18
5.	AGENDA ESTRATÉGICA	20
5.1.	ENQUADRAMENTO	20
5.2.	OBJETIVOS DE GESTÃO	20
5.2.1.	Indicadores do Acionista	20
5.2.1.1.	Custos Operacionais (Cash)	21
5.2.1.2.	Free Cash Flow	21
5.2.1.3.	Receita Total (Cash)	21
5.2.1.4.	Receita com Serviços Complementares (Cash)	21
5.2.1.5.	Índice de Segurança Rodoviária	21
5.2.1.6.	Índice de Sustentabilidade Ambiental	21
5.2.2.	Indicadores de Empresa	21
6.	DESEMPENHO ECONÓMICO	24
6.1.	PROVEITOS	25
6.1.1.	Contribuição do Serviço Rodoviário	25
6.1.2.	Portagens	26
6.1.3.	Negócio Assente na Infraestrutura	26
6.1.4.	Gestão de Imobiliário	28
6.2.	GASTOS OPERACIONAIS E PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS	28
6.2.1.	Custos com Pessoal	29
6.2.2.	Custos com Conservação Corrente	30
6.2.3.	Outros Fornecimentos e Serviços de Terceiros	30
6.3.	EXECUÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTOS	32
7.	GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS	34
7.1.	ESTUDOS E PROJETOS	34
7.2.	GESTÃO DA CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS	35
7.2.1.	Gestão de Obras de Arte	35
7.2.2.	Gestão de Conservação de Vias	37
7.3.	CONSERVAÇÃO CORRENTE	39
7.4.	CONSERVAÇÃO DE VIAS E SEGURANÇA RODOVIÁRIA	40
7.5.	CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	40
7.6.	CONSERVAÇÃO DE OBRAS DE ARTE	40
7.7.	EXPROPRIAÇÕES	41
7.8.	PONTE 25 DE ABRIL	42
7.9.	CONCESSÕES DO ESTADO	43
7.10.	SUBCONCESSÕES	44
8.	REDUÇÃO DE PAGAMENTOS NO ÂMBITO DAS PPP	46
9.	CONTRATAÇÃO	48
10.	PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	51
11.	SUSTENTABILIDADE	53
11.1.	SEGURANÇA RODOVIÁRIA	53
11.2.	AMBIENTE	54
11.3.	CAPITAL HUMANO	55
12.	POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO	58
12.1.	RISCO FINANCEIRO	58
12.1.1.	Risco de Liquidez	58
12.1.2.	Risco de Taxa de Juro	59

12.1.3.	Risco de Crédito	60
12.2.	GESTÃO DE CAPITAL	61
13.	EVENTOS SUBSEQUENTES	63
14.	APLICAÇÃO DE RESULTADOS	65
15.	CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	67
15.1.	OBJECTIVOS DE GESTÃO	67
15.2.	GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO E LIMITES DO ENDIVIDAMENTO	68
15.3.	PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS E ATRASOS NOS PAGAMENTOS	68
15.4.	RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA	68
15.5.	REMUNERAÇÕES	69
15.6.	APLICAÇÃO DO ARTIGO 32.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO	72
15.7.	CONTRATAÇÃO PÚBLICA	72
15.8.	SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS	72
15.9.	PARQUE DE VEÍCULOS DO ESTADO	73
15.10.	MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS	73
15.11.	PRINCÍPIO DE UNIDADE DE TESOURARIA	73
15.12.	RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS	74
15.13.	INFORMAÇÃO DISPONÍVEL NO SITE DO SEE	75
15.14.	QUADRO RESUMO DE CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	75
15.15.	AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO	77
16.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	81
17.	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	85
18.	PARECERES	146
	RELATÓRIO E PARECERES DO CONSELHO FISCAL	
	CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	
	RELATÓRIO DE AUDITORIA	



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Caros Stakeholders,

O exercício de 2013 fica marcado por três registos com expressão numérica que importa sublinhar.

153 MILHÕES

O primeiro registo decorre naturalmente do início da renegociação das PPP, elemento essencial para garantir a sustentabilidade da EP - Estradas de Portugal, S.A., dado que sobre nós incide o pagamento das responsabilidades plurianuais assumidas até ao fim das concessões e subconcessões.

Sob orientação de uma comissão criada para o efeito em dezembro de 2012, foi possível iniciar um processo que se antecipa longo e difícil na revisão dos contratos existentes.

Muito se tem publicado, discutido e perspetivado sobre as poupanças para o contribuinte em função dos acordos em curso, pelo que importa, definitivamente, comprovar todos os anos o valor real pago por estas concessões e compará-lo com o valor previsto nos casos base antes da negociação.

Ora, em 2013, no primeiro ano com efeitos de renegociação em curso, verificou-se uma redução dos pagamentos no montante de 153M€ que sobe para 208M€ se lhe juntarmos as poupanças complementares concretizadas (cf. página 46 e seguintes).

275 MILHÕES

Esta redução de pagamentos, bem como uma gestão eficiente da nossa empresa com restrições claras ao investimento e beneficiando de um trabalho de melhoria com alguns anos, permitiu à EP – Estradas de Portugal, S.A. reduzir a sua dependência do contribuinte português para 275M€, menos 59% do que se verificava no início do mandato deste Conselho de Administração (cf. página 25).

Esse é um segundo número, que importa salientar, dado que significa um “dividendo negativo” que os acionistas e contribuintes têm de suportar.

K16

Finalmente e igualmente importante, é a consciência que 2013 fechou um ciclo de empresa, mas que os próximos anos, face ao início do pagamento das subconcessões, abre um período desafiante, problemático e complexo na vida desta empresa.

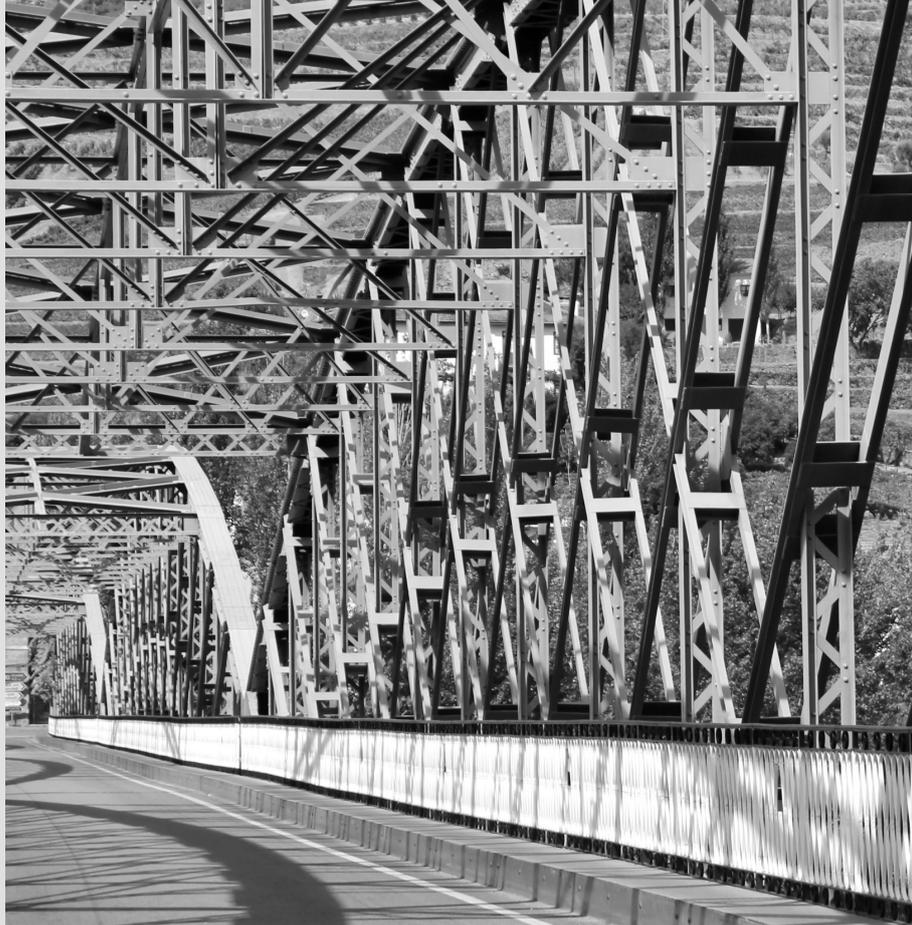
Daí a necessidade de criar um novo Plano Estratégico, denominado K16, capaz de assegurar o caminho da sustentabilidade, definindo objetivos quantitativos, reorganizando a estrutura da empresa e o seu método de trabalho, garantindo maior controlo das decisões (veja-se página 20 e seguintes).

Se 2013 foi um ano com estes três registos com expressão numérica, nunca será demais recordar que tudo isto só foi e será possível com o sacrifício e o contributo dos colaboradores da empresa.

Uma palavra final ao Estado que, quer como acionista, quer como concedente, tem demonstrado uma confiança e uma convicção que muito emprestou ânimo e exigência a esta missão.

António Ramalho

Presidente do Conselho de Administração



1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

A EP – Estradas de Portugal, S.A. (EP) é uma sociedade anónima de capitais públicos, criada a 7 de novembro de 2007, através do Decreto-Lei n.º 374/2007. O capital social, no valor de 472.990.000€, é detido na sua totalidade pelo Estado Português, que exerce os seus direitos como acionista através da Direção-Geral do Tesouro e das Finanças.

Em 23 de novembro de 2007, o Estado celebrou com a EP um contrato de concessão por um período de 75 anos, cujas bases foram aprovadas em anexo ao Decreto-Lei n.º 380/2007, de 13 de novembro, alterado pela Lei n.º 13/2008, de 29 de fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 110/2009, de 18 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 44-A/2010, de 5 de maio, e que tem por objeto o financiamento, a conservação, a exploração, a requalificação e o alargamento das vias que integram a Rede Rodoviária Nacional, e ainda a conceção, projeto, construção, financiamento, conservação, exploração, requalificação e alargamento das vias que integram a Rede Rodoviária Nacional Futura.

A EP tem como missão global a prestação de um serviço público de qualidade, que contribua para o desenvolvimento nacional e para a coesão territorial. Esta prestação, em moldes empresariais, visa proporcionar uma melhor qualidade de vida às populações, ao mesmo tempo que promove a acessibilidade e proximidade dos utilizadores das estradas.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Paulo Manuel Marques Fernandes, **Presidente**

Paulo Miguel Garcês Ventura, **Vice-Presidente**

Maria Fernanda Joanaz Silva Martins, **Secretária**

Conselho de Administração

António Manuel Palma Ramalho, **Presidente**

José Serrano Gordo, **Vice-Presidente**

Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira, **Vogal**

João Albino Correia Grade, **Vogal**

(Cessação de funções de membro do CA, por motivo de renúncia, com efeito a 1 de março de 2014)

Conselho Fiscal

Graça Maria Valente Montalvão Fernandes, **Presidente**

(Cessação de funções de membro do CF, por motivo de renúncia, com efeito a 1 de maio de 2014)

William Hall Woolston, **Vogal**

Bernardo Xavier Alabaça, **Vogal**

(Nomeado em substituição de António do Carmo Nuno de Abreu Peixoto, por deliberação social unânime por escrito, de 31 de outubro de 2013)

Teresa Isabel Carvalho Costa, **Suplente**

Revisor Oficial de Contas

Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda.,

Membro independente da BKR International

Representada por Rui Manuel Correia de Pinho

Luís Manuel Moura Esteves, ROC Suplente

Informação complementar acerca do modelo de governo da EP pode ser consultada no Relatório de Governo Societário de 2013.

2. O ANO EM REVISTA

JANEIRO



Início efetivo das reuniões com as concessionárias, no âmbito dos trabalhos da comissão de negociação liderada pelo Presidente do Conselho de Administração da EP.

Adjudicação da empreitada do IC10, Ponte Salgueiro Maia sobre o rio Tejo, correção altimétrica do tabuleiro, no valor de 1,2M€.

Recuperação de mais uma peça pertencente ao espólio museológico da EP, uma motobomba da marca Bernard Conord, adquirida pela JAE em meados do século passado.

Início da revisão do modelo regulatório do setor rodoviário, com vista à otimização dos níveis de serviço das autoestradas portuguesas.

FEVEREIRO



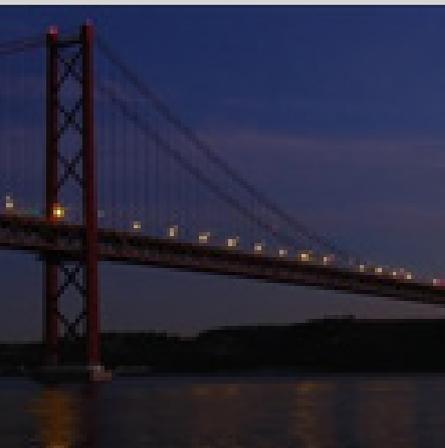
Início da fase mais delicada da construção da nova ponte sobre a foz do rio Dão, no IP3. Esta empreitada insere-se no restabelecimento viário da barragem da Aguieira, com um valor de adjudicação global de 20M€.

Abertura ao tráfego dos lanços da A13, entre Alvaiázere e Avelar Norte, integrados na subconcessão do Pinhal Interior.

Assinatura de um protocolo com a Federação de Motociclismo de Portugal, que estabelece um desconto sobre o valor das taxas de portagem aos motociclistas que utilizem um dispositivo eletrónico nas vias portajadas da EP.

Conclusão da empreitada ER361, de beneficiação entre Alcanede (km 52+130) e Amiais de Cima (km 61+890), no valor de 1,6M€.

MARÇO



A EP volta a associar-se à iniciativa Hora do Planeta, através do apagão simbólico da iluminação decorativa da Ponte 25 de abril.

Abertura ao tráfego de dois novos troços da A13, que integram a subconcessão do Pinhal Interior, entre Tomar e Condeixa, numa extensão de 8 km.

Abertura ao tráfego do troço da A4, que integra a subconcessão AE Transmontana, entre o nó de Pópulo e o nó de Murça, numa extensão de 7 km.

Realização da 23.ª Meia Maratona de Lisboa, na Ponte 25 de Abril, evento que contou com o apoio e participação da EP.

Integração na gestão direta da EP de parte da rede da concessão do Douro Litoral, designadamente, da A20, da VCI, da A43 entre o Freixo e Gondomar, da A1 entre Santo Ovídio e Arrábida, da A28 entre Arrábida e Sendim e da EN14.

ABRIL



Abertura ao tráfego do lanço da A4 entre Vale de Nogueira e Bragança Poente, integrado na subconcessão da Autoestrada Transmontana.

O Ninho - a creche e jardim-de-infância da EP, localizado em Almada, abre as portas à comunidade, aceitando inscrições de clientes externos.

7º Congresso Rodoviário Português, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, sob o lema “Novos Desafios para a Atividade Rodoviária”.

A EP e o Museu do Caramulo organizaram um concurso de fotografia, sob o tema “Estradas de Portugal – Um outro olhar”.

MAIO

Conclusão do troço entre Sertã e Oleiros, da EN238, integrado na subconcessão do Pinhal Interior.

A Comissão de Negociação chegou a acordo com as concessionárias NORSCUT, ASCENDI, SCUTVIAS e subconcessionária Autoestradas XXI relativamente aos termos da redução de encargos futuros do Estado.

A EP aprova o “Plano de Recuperação de um Inverno Rigoroso” com reforço do investimento em 20M€ para a execução de empreitadas de conservação da rede rodoviária nacional sob sua jurisdição direta.

A EP, em parceria com o ACP, promoveu o Programa Nacional de Educação Rodoviária, uma iniciativa que envolveu cerca de 16.000 crianças, sensibilizando-as para a importância da segurança rodoviária.

A EP apoiou a Associação Cap Magellan no âmbito da Campanha Sécureté 2013 – Verão em Portugal, através da publicação de um anúncio da EP na edição especial da Cap Magellan de julho/agosto.

JUNHO

Entrega pela concessionária AE Marão ao Estado, através da EP, de todos os bens afetos à concessão do Túnel do Marão.

A EP estabeleceu uma parceria com o Instituto Superior de Agronomia para a realização de um projeto-piloto, com recurso a técnicas de engenharia natural, integrado no projeto de estabilização de um talude na A21.

Adjudicação da empreitada EN3-2 Ponte do Reguengo sobre a Vala da Azambuja, no valor de 1,0M€.

Reforço de sinalização de portagens eletrónicas em Portugal e Espanha, na sequência do encontro em Valença entre responsáveis ibéricos dos transportes.

JULHO

Entrada em funcionamento de uma nova praça *Easytoll*, na A28 – Área de Serviço CEPSA, em Viana do Castelo (km 64,15), destinada a condutores de veículos de matrícula estrangeira, em substituição da existente na EN13 – Vila Nova de Cerveira.

Adjudicação da empreitada de reabilitação na ER385, Safara (km37+070) e Vila Verde de Ficalho (km56+510), no valor de 2,8M€.

Consignação de empreitadas de execução de marcação rodoviária, a nível nacional, num valor global de 3,7M€.

A EP associou-se, mais uma vez, à iniciativa Ciência Viva - Engenharia no Verão 2013, com visitas ao seu Centro de Tráfego e ao interior da Ponte 25 de Abril.

Apresentação do K16, Plano Estratégico da EP, num evento que contou com a participação de todos os colaboradores da empresa e dos principais *stakeholders* externos.

AGOSTO

Abertura ao tráfego dos troços da A4, que integra a subconcessão AE Transmontana, entre o nó de Vila Real sul e o nó de Vila Real nascente, e o troço entre o nó de Amendoeira e o nó de Santa Comba de Rossas.

Atividades de OTL dinamizadas pela Casa do Pessoal da EP e destinadas aos filhos dos colaboradores, durante o período das férias de verão.





SETEMBRO

Abertura ao tráfego do troço da A4 entre o Nó de Parada de Cunhos e o Nó de Vila Real Sul, onde se inclui a Ponte sobre o rio Corgo, ficando assim concluída a construção dos 134 quilómetros da Autoestrada Transmontana.

Adjudicação da empreitada EN2, km404+920, Ponte Metálica de Abrantes sobre o rio Tejo, reabilitação da obra de arte, no valor de 3,0 M€.

Adjudicação da empreitada EN244, km54+077, Ponte Metálica de Belver, reabilitação da obra de arte, no valor de 2,0M€.

OUTUBRO



Consignação da empreitada EN258-1, de beneficiação entre Vila Ruiva e Cuba (km0+000 ao km 9+300) e Vila Cuba e IP2 (km10+747 ao 16+350), no valor de 1,3M€.

Consignação de 24 empreitadas, no âmbito do PRIR – “Plano de Recuperação de um Inverno Rigoroso”, a nível nacional, no valor de 11,8M€.

14ª Meia Maratona de Portugal na Ponte Vasco da Gama que contou com o apoio e participação da EP.

Aprovação da nova macroestrutura organizacional e nomeação dos respetivos dirigentes.

NOVEMBRO



Conclusão da empreitada do IP3, Ponte do Cunhedo sobre o rio Dão, ao km 69+257, ponte sobre a ribeira de Mortágua, ao km 71+180 e ponte sobre o rio Dão, em Santa Comba Dão, ao km 84+400, reabilitação / substituição dos pilares, no valor de 3,0M€.

Conclusão da empreitada da Ponte 25 de Abril, trabalhos de reparação e conservação, no valor de 8,0M€.

Entrega de coletes refletivos à Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico e Jardim de Infância do Pragal, no âmbito do programa ACP Kids e do reforço da relação da EP com as comunidades locais.

EP participa em Seminário sobre Obras Públicas na Argélia, no âmbito do Protocolo de Cooperação celebrado entre os Governos de Portugal e da República Democrática e Popular da Argélia.

DEZEMBRO

No âmbito da gestão de ativos da EP, e da identificação de imóveis considerados desnecessários à atividade da empresa, realizaram-se 3 leilões de venda de imóveis, em Lisboa, Évora e Coimbra.

Realização do circo de Natal para os colaboradores da EP e familiares, que contou com a presença de convidados de três instituições sem fins lucrativos.

Recolha, a nível nacional, de bens alimentares e roupas, por partes dos colaboradores da EP, entregues ao centro Paroquial Padre Ricardo Gameiro e à Cooperativa de Solidariedade Social “Pelo Sonho é que Vamos”.

Fecho dos “drafts” de acordos de concessão com a ASCENDI, NORSCUT e SCUTVIAS, que permitem solicitar as autorizações necessárias aos Bancos Financiadores.

A EP foi encarregada de coordenar o subgrupo Infraestrutura Rodoviária no âmbito do Grupo de Infraestruturas de Alto Valor Acrescentado criado pelo Governo.



3. INDICADORES CHAVE

3.1. Indicadores Financeiros

	(M€)			
Indicadores financeiros	2011	2012	2013	Varição 2013/2012 (%)
Exploração				
Total dos Proveitos (1)	2.072	1.700	1.120	-34,1
Contribuição Serviço Rodoviário (CSR)	546	512	509	-0,6
Receitas de portagens	133	212	240	13,3
Outros proveitos operacionais	1.153	976	372	-61,9
EBITDA (2)	554	533	503	-5,7
Margem EBITDA (%)	26,7%	31,4%	44,9%	43,0
EBIT (3)	433	366	351	-4,1
Margem EBIT (%)	20,9%	21,5%	31,3%	45,6
Resultado Líquido	144	37	15	-59,8
Balço				
Capital Próprio	778	949	973	2,5
Passivo	16.818	18.066	18.748	3,8
Subsídios ao investimento (não reembolsáveis)	10.372	10.357	10.313	0
Outros	6.447	7.709	8.435	9,4
Ativo Total Líquido	17.596	19.016	19.721	3,7
Capital Próprio/Ativo Líquido Total Líquido de Subsídios	0,11	0,11	0,10	-6,0
Rendimento do Capital Próprio (ROE)	22,3%	4,7%	1,6%	-67,0
Rendimento do Ativo (líquido de Subsídios)(ROA)	2,0%	0,4%	0,2%	-63,0
Dívida				
Divida Financeira Líquida (4)	2.630	2.904	3.171	9,2
Divida Financeira Líquida / EBITDA	4,8	5,5	6,3	15,6
EBITDA / Encargos Financeiros Bancários	4,8	4,4	5,2	16,7
Esforço Financeiro Público				
Subsídios ao Investimento	7	35	6	-82,6
Fundo de Coesão	7	35	6	-82,2
Outros Comunitários	-1	1	0	-100
Dotações de capital	0	134	9	-93,3
Suprimentos do Estado	1.705	881	276	-68,6
Reembolso dívida	1.041	606	10	-98,0
Financiamento atividade	664	274	266	-3,0
Total	1.712	1.050	292	-72,2
Esforço Financeiro do OE (bruto)	1.705	1.050	292	-72,2
Esforço Financeiro do OE (líquidos)	1.695	1.050	292	-72,2
Garantia de empréstimos	0	0	0	
Stock de garantias concedidas	201	201	201	0

(1) Total de proveitos operacionais líquido de proveitos com subsídios.

(2) EBITDA = Resultados antes de ganhos e perdas financeiros, impostos, amortizações e subsídios.

(3) EBIT = Resultados antes de ganhos e perdas financeiros e impostos.

(4) Dívida financeira líquida de caixa e especializações de encargos financeiros.

3.2. Indicadores Operacionais

	Unidade	2011	2012	2013
Indicadores de atividade				
Rede nova construída	km	216,9	276,1	84,1 ⁽¹⁾
Rede intervencionada:				
Intervenções de construção e requalificação	km	20,6	0	0
Intervenções de conservação e segurança rodoviária	km	193,6	54,9	135,7
Intervenções em obras de arte (n.º empreitadas)	km	63	45	25
Indicadores de rede				
Rede sob gestão direta	km	13.450	13.515	13.554
Rede subconcessionada	km	1.822	1.766 ⁽²⁾	1.766
Custo de conservação por km	€/km	6.946	5.547	5.368
Estado dos pavimentos	IQ	2,8	2,9	2,9

(1) Aberturas ao tráfego de subconcessões.

(2) Retificação efetuada em função dos projetos de execução definitivos.

3.3. Indicadores Ambientais

	Unidade	2011	2012	2013
Consumo Energético Global	GJ	-	75.789	83.212
Água consumida	m³	30.000	36.500	13.187
Emissões de gases com efeito de estufa	tonCO _{2eq}	15.182	6.436	6.325
Peso total de resíduos produzidos	m³	451	188.450	15.181
Investimento em ambiente (em obra) *	M€	12,8	9,4	9,5

*Inclui investimento em obra nova construída e conservação corrente.

3.4. Indicadores Sociais

	Unidade	2011	2012	2013
Emprego				
Total de colaboradores	N.º	1162	1170	1083
Efetivos	%	96,5	90,9	92,2
Colaboradores femininos	%	45,4	41,4	43,6
Índice de satisfação global (1)	%	65,1	65,8	63,5
Custos com pessoal	M€	33,5	33,5	34,7
Custos totais com formação	m€	139,6	88,2	72,1
Prevenção e segurança no trabalho				
Acidentes em serviço	N.º	22	27	26
Acidentes mortais em serviço	N.º	0	0	0
Segurança rodoviária				
Indicador de gravidade (RRN)		23.780	22.495	(*)
Vítimas mortais (RRN)	N.º	285	231	(*)
Índice de satisfação dos clientes	1 a 4	3,5	3,5	3,8

(1) Inquérito de satisfação de colaboradores com periodicidade anual.

*Dados só disponíveis em 2014.



4. ENQUADRAMENTO EXTERNO

4.1. MACROECONÓMICO

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia mundial tem vindo a registar um abrandamento, estando previsto um fortalecimento em 2014, ano que deverá apresentar um crescimento de 3,7% na atividade económica global.

No que concerne às economias avançadas foi registado um crescimento médio de 1,3% até finais de 2013, verificando-se um abrandamento no crescimento económico dos EUA e, relativamente ao Japão, uma ligeira melhoria. Para o ano de 2014 considerou-se exetável o fortalecimento das economias avançadas, com o prognóstico de 2,8% para os EUA, refletindo uma tendência de recuperação, e de 1,7% para o Japão, mantendo o crescimento do ano transato. As economias de mercado emergentes registaram, em 2013, um crescimento de 4,7% refletindo um ligeiro abrandamento no seu desenvolvimento. Para estas economias foi estimado um crescimento de 5,1% em 2014.

No que diz respeito à área do euro, após uma quebra ligeira da atividade económica em 2012, registou uma contração de 0,4% em 2013, estando prevista uma recuperação em 2014, com um crescimento de 1% num quadro que integra o fortalecimento gradual da procura interna.

De acordo com as informações divulgadas pelo Ministério da Economia e do Emprego, pelo Banco de Portugal e pela Comissão Europeia, são apresentadas as perspetivas macroeconómicas para a economia portuguesa através dos indicadores constantes no quadro seguinte.

Principais indicadores

	Variação anual (%)			
	2011	2012	2013 (p)	2014 (p)
1. Despesa e PIB (variação em volume)				
Consumo Privado	-4,0	-5,4	-2,0	0,3
Consumo Público	-3,8	-4,8	-1,5	-2,3
Investimento (FBCF)	-11,3	-14,3	-8,4	1,0
Procura Interna	-5,7	-6,9	-2,7	0,1
Exportações	7,5	3,2	5,9	5,5
Importações	-5,3	-6,9	-2,7	3,9
PIB	-1,7	-3,2	-1,5	0,8
2. Preços (taxas de variação, em %)				
Deflador do PIB	0,5	-0,1	1,8	1,8
Taxa de Inflação (a)	3,6	2,8	0,5	0,8
3. Emprego e Desemprego				
Emprego total (taxa de variação, em %)	-1,5	-4,2	-2,9	0,5
Taxa de desemprego (%)	12,7	15,9	17,4	17,7

(p) Previsão.

(a) Medida pela variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor.

Fonte: Ministério da Economia e do Emprego: Síntese Estatística da Conjuntura, n.º 18/2013 e 03/2014; Banco de Portugal:

Em Portugal, no seguimento da quebra da atividade económica de 3,2%, o ano de 2013 terminou com uma contração de 1,5%. No que se refere ao mercado de trabalho, dentro da tendência que se tem vindo a registar, a taxa de desemprego atingiu o valor de 17,4%.

Para o ano de 2014, as atuais projeções apontam para uma recuperação moderada da economia portuguesa, decorrente do esforço de correção dos desequilíbrios macroeconómicos registados nos últimos anos, prevendo-se um crescimento do PIB em 1,2%, associado a uma recuperação progressiva da procura interna.

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor registou uma taxa de variação média de 0,5% em 2013, refletindo a dissipação do impacto das medidas de consolidação orçamental. Em 2014, prevê-se que a taxa de variação seja de 0,8%.

De acordo com o organismo governamental norte-americano “EIA – Energy Information Administration”, para as estatísticas oficiais do setor da energia, e tendo em consideração a cotação do Euro face ao Dólar, publicada pelo Banco de Portugal, a cotação média do Petróleo Bruto (BRENT) apresentou, após os aumentos dos últimos anos, uma redução de 5,6% face a 2012, como ilustrado no quadro seguinte.

Cotações Médias Internacionais do Petróleo Bruto – BRENT

2011	2012	2013	Varição 2012/2011 (%)	Varição 2013/2012 (%)
80,0	86,7	81,9	8,4	-5,6

Unidade: Euro/Barril.

Fonte: DGEG; EIA; Banco de Portugal.

Evolução do Preço Médio Anual dos Combustíveis em Portugal 2011 – 2013

Tipo	2011	2012	2013	Varição 2012/2011 (%)	Varição 2013/2012 (%)
Gasolina 95	1,5	1,6	1,6	6,5	-3,0
Gasóleo	1,4	1,5	1,4	5,8	-4,1

Unidade: Euro/Litro.

Fonte: DGEG.

Relativamente ao consumo de combustíveis rodoviários, de acordo com a informação disponibilizada pela Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), registaram-se, entre 2012 e 2013, quebras menos acentuadas, com um decréscimo de 3,5% nas gasolinas e de 2,1% nos gasóleos.

Evolução dos Consumos das Gasolinas e dos Gasóleos

Tipo	2011	2012	2013 (*)	Varição 2012/2011 (%)	Varição 2013/2012 (%)
Gasolinas	1.246.950	1.129.957	1.090.737	-9,4	-3,5
Gasóleos	4.595.524	4.182.969	4.095.842	-9,0	-2,1

(*) Valor estimado.

Unidade: Ton.

Fonte: DGEG.

O mercado português conseguiu reanimar-se em 2013, na vertente de comercialização de veículos novos, apresentando um crescimento médio de 11,7%, após as acentuadas descidas registadas em 2011 e 2012, de 28,8% e de 40,7%, respetivamente.

Evolução Anual da Venda de Veículos Novos

Tipo	2011	2012	2013	Varição 2012/2011 (%)	Varição 2013/2012 (%)
Automóveis Ligeiros de Passageiros	153.404	95.309	105.898	-37,9	11,1
Comerciais Ligeiros	34.963	16.011	18.224	-54,2	13,8
Pesados de Mercadorias	2.665	1.892	2.388	-29,0	26,2
Autocarros	330	223	174	-32,4	-21,9
TOTAL	191.362	113.435	126.684	-40,7	11,7

Fonte: ACAP.

A composição estrutural do parque constituído pelos veículos novos, adquiridos em 2013, não sofreu alterações significativas face à homóloga de 2012, como ilustrado no quadro seguinte.

Evolução da Tipologia de Veículos Adquiridos

	Ligeiros		Pesados	
	Automóveis Ligeiros de Passageiros	Comerciais Ligeiros	Pesados de Mercadorias	Autocarros
2011	80,2%	18,3%	1,4%	0,2%
2012	84,0%	14,1%	1,7%	0,2%
2013	83,6%	14,4%	1,9%	0,1%

Fonte: ACAP.

De acordo com as últimas publicações do INE, relativas ao setor das Estatísticas dos Transportes, a idade média do parque automóvel de passageiros, em circulação no ano de 2012, manteve-se no valor já registado em 2011, de aproximadamente 11 anos, de acordo com o quadro seguinte.

Parque de Veículos Motorizados de Passageiros por Escalões de Idade (2012)

Idade dos Veículos	Veículos de Passageiros			
	Ligeiros		Pesados	
	N.º	Idade Média	N.º	Idade Média
<2 anos	243.511	0,6	615	0,6
2 a <5 anos	629.792	3,0	1.405	3,1
5 a <10 anos	971.471	7,0	2.842	7,0
10 anos ou mais	2.413.972	15,5	7.496	16,3
TOTAL	4.258.746	10,6	12.358	11,3

Fonte: IMT.

Verificou-se que, à exceção do escalão que integra os veículos com idades compreendidas entre os 5 e os 10 anos, que tiveram um acréscimo de 14.354 unidades relativamente a 2011, registou-se um decréscimo nos restantes.

4.2. REGULATÓRIO

No âmbito do Memorando de Entendimento (MoU) sobre as Condicionalidades de Política Económica, celebrado com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, o Governo Português assumiu o compromisso de renegociar as Parcerias Público Privadas (PPP) do setor rodoviário, com o objetivo de alcançar um impacto orçamental significativo já durante o ano de 2013 e assegurar uma redução sustentada dos encargos públicos.

Por despacho de 3 de dezembro de 2012, do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações determinou-se o relançamento formal do processo de renegociação dos contratos referentes às seguintes PPP do setor rodoviário: (i) concessões ex -SCUT do Norte Litoral, do Grande Porto, do Interior Norte, da Costa de Prata, das Beiras Litoral e Alta, da Beira Interior e do Algarve; (ii) concessões Norte e da Grande Lisboa e (iii) subconcessões Autoestrada Transmontana, do Baixo Tejo, do Baixo Alentejo, do Litoral Oeste, do Pinhal Interior e do Algarve Litoral.

Nos termos do referido despacho, a renegociação daqueles contratos de PPP deverá visar como objetivos últimos a reestruturação do setor rodoviário nacional e a sustentabilidade económica e financeira da EP, tendo em vista a redução do impacto das PPP rodoviárias nas contas públicas e a satisfação dos superiores interesses públicos em presença.

Enquadra-se, neste contexto, a alteração de um conjunto de legislação que se aplica ao setor rodoviário com vista à otimização das condições de exploração da rede rodoviária nacional e que, conseqüentemente, permita a captura de poupanças por parte do Estado ou por parte dos parceiros públicos com quem são estabelecidos os contratos de concessão.

O Instituto da Mobilidade e dos Transportes é a entidade que regula e fiscaliza o setor das infraestruturas rodoviárias e supervisiona e regulamenta a execução, conservação, gestão e exploração das mesmas.



5. AGENDA ESTRATÉGICA

5.1. ENQUADRAMENTO

Em 2013 teve início a implementação do Plano Estratégico K16, resultado de uma profunda reflexão relativamente ao presente e futuro da EP, e aos desafios que se colocam à empresa.

De entre os objetivos traçados ressaltam, como grandes linhas de orientação, assegurar a sustentabilidade financeira da empresa e a evolução para um novo modelo estratégico de gestão da rede; desenvolver a oferta de serviços, fomentando a orientação ao mercado e o aumento de receitas, e promover a orientação ao cliente e restantes *stakeholders* da Rede Rodoviária Nacional.

A redução dos pagamentos por disponibilidade no âmbito das concessões e subconcessões rodoviárias, a otimização do modelo de cobrança de portagens, a adequação dos níveis de serviço da rede rodoviária nacional em linha com critérios de segurança rodoviária e racionalidade económico-financeira, a procura de novos negócios, produtos e serviços com ganho de receitas complementares e a captura das poupanças decorrentes de uma maior eficiência operacional, foram objetivos prioritários da empresa em 2013, e que terão continuidade em 2014.

Em suma, 2013 foi um ano exigente, mas de resultados acima dos objetivos para o acionista, o que se traduziu numa redução muito significativa do esforço exigido aos contribuintes, sem prejuízo do nível de qualidade da rede.

5.2. OBJETIVOS DE GESTÃO

Os objetivos de gestão definidos para o ano de 2013 foram estabelecidos em consonância com os objetivos estratégicos da empresa, que se sintetizam de seguida:

- Otimização do investimento;
- Otimização da eficiência de execução;
- Incremento da receita total;
- Melhoria da perceção do nível de serviço;
- Melhoria do posicionamento corporativo;
- Eficiência do seu modelo de governação.

5.2.1. Indicadores do Acionista

Todos os objetivos de gestão da empresa para o ano de 2013 foram cumpridos, conforme se apresenta no quadro seguinte:

Indicadores do Acionista				
Indicador	Unidade	Meta 2013	Valor Real	Desvio (%)
Custos Operacionais (Cash)	M€	225	158	-29,8
Free Cash Flow	M€	-288	-279	3,1
Receita total (Cash)	M€	736	769	4,5
Receitas com serviços complementares	M€	9,3	12,0	29,0
Índice de Segurança Rodoviária	N.º	110	119*	8,2
Índice Sustentabilidade Ambiental	%	100	100	0

* Valor provisório.

5.2.1.1. Custos Operacionais (Cash)

Verificou-se no ano de 2013 uma redução de 30% nos custos operacionais face à meta estabelecida, o que conjugado com a manutenção do nível de qualidade da rede é demonstrativo do modelo de eficiência de execução alcançado pela EP.

A redução dos custos operacionais foi concretizada principalmente na redução de gastos com atividades de construção/requalificação e conservação periódica da rede própria, tendo-se mantido a execução prevista ao nível da conservação corrente.

Os gastos com pessoal e aquisição de bens e serviços correntes estiveram em linha com o previsto.

5.2.1.2. Free Cash Flow

O resultado deste indicador superou em 3% a meta estabelecida, já de si muito exigente e que pressupunha uma redução de pagamentos de cerca 300M€ (IVA incluído) no âmbito das Parcerias Público Privadas (PPP).

Apesar da redução de pagamentos efetivos no âmbito das PPP ter-se ficado pelos 160M€ (IVA incluído) face ao caso base, foi possível concretizar a meta estabelecida através dos ganhos de eficiência ao nível do plano de investimentos e conservação, e de aumento das receitas de portagens.

5.2.1.3. Receita Total (Cash)

Verificou-se em 2013 um aumento de 4,5% das receitas totais face à meta estabelecida, o que decorre do aumento das receitas com portagens.

5.2.1.4. Receita com Serviços Complementares (Cash)

Execução anual positiva justificada pelo aumento das receitas com serviços assentes na infraestrutura rodoviária e outros rendimentos e ganhos.

5.2.1.5. Índice de Segurança Rodoviária

Índice composto por três indicadores previstos no contrato de concessão da EP: número de pontos negros, indicador de gravidade dentro de localidades e número de vítimas mortais.

O resultado de 2013 é ainda provisório, estando o resultado definitivo dependente dos números finais dos indicadores de sinistralidade rodoviária a fornecer pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária.

5.2.1.6. Índice de Sustentabilidade Ambiental

Resultado provisório dependente do apuramento dos resultados da rede subconcessionada.

5.2.2. Indicadores de empresa

No quadro alargado dos indicadores da empresa, o desempenho é igualmente positivo, tal como se pode observar na seguinte tabela:

Indicadores de Empresa				
Indicador	Unidade	Meta 2013	Valor Real	Desvio (%)
Custos Operacionais (Cash)	M€	225	158	-29,8
Custos Operacionais (Cash) - Custos FSEs	M€	159	114	-28,3
Custos Operacionais (Cash) - Custos RH	M€	40	38	-4,5
Dívida líquida	M€	3.192	3.171	-0,7
Rácio dívida líquida EBITDA ajustado		6,6	5,2	-21,2
EBITDA ajustado	M€	511	611	19,6
Indicador agregado de execução do plano de proximidade	%	90	82	-8,9
Índice de Segurança Rodoviária	N.º	110	119 *	8,2
Índice de sustentabilidade ambiental	%	100	100	0
Margem EBITDA ajustado	%	69	79	14,5
Níveis de serviço do contrato de concessão	%	95	99	4,2
Receita CSR (Cash)	M€	497	504	1,4
Receita total (Cash)	M€	736	769	4,5
Receitas com serviços a terceiros (Cash)	M€	0,25	0,08	-68,0
Receitas com serviços complementares (Cash)	M€	9,3	12,0	29,0
Receitas de portagens totais, sem IVA (Cash)	M€	222	239	7,5
Receitas de serviços assentes na infraestrutura (Cash)	M€	8,5	9,0	5,9
Total de encargos financeiros (Cash)	M€	108	114	5,9
Total de investimento (Cash)	M€	595	651	9,4
Total de novo investimento	M€	731	703	-38,0

* Valor provisório.

Estes indicadores são avaliados regularmente pela empresa e permitem a avaliação da *performance* mensal da EP.

PLANO ESTRATÉGICO K16

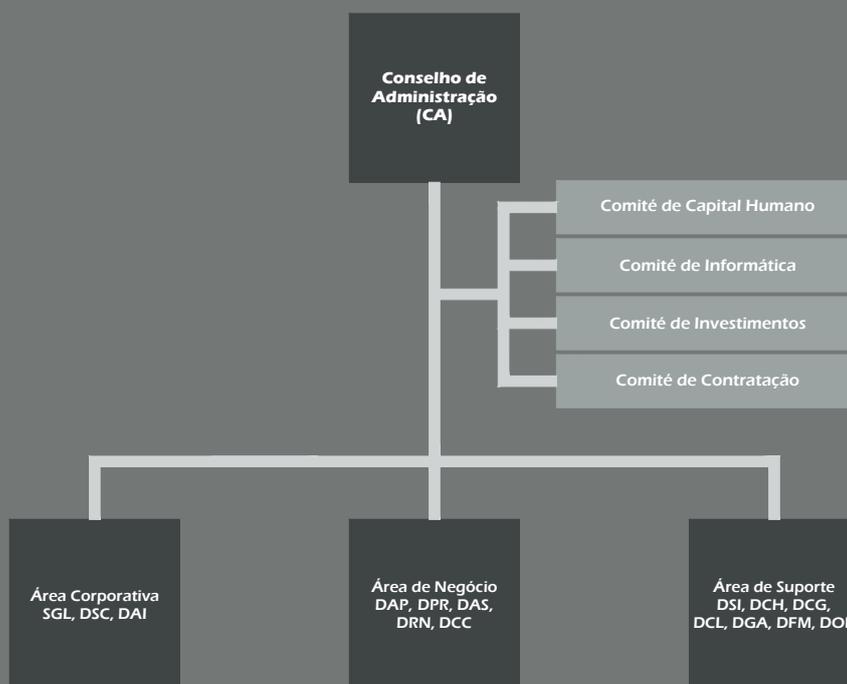
Novo conceito estratégico define como vetores 3Ss:



No âmbito do Plano Estratégico K16, foram promovidos 10 projetos chave, com objetivos e responsáveis autónomos:

Vertente de <i>Sustentabilidade</i>	Vertente <i>Stakeholders</i>
K Rede	K Regulação
K Proximidade	K Cliente 360
Vertente de <i>Serviço</i>	Vertente de <i>Enablers</i>
K Portagens	K Performance
K Portfolio	K Organização
K Inovação	K Instalações

Modelo Organizacional:



6. DESEMPENHO ECONÓMICO

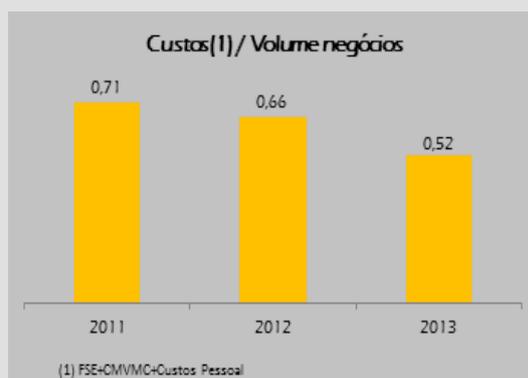
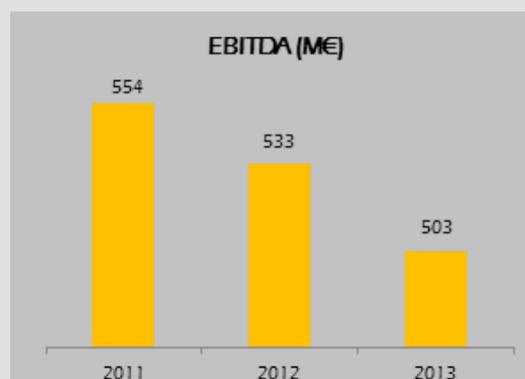
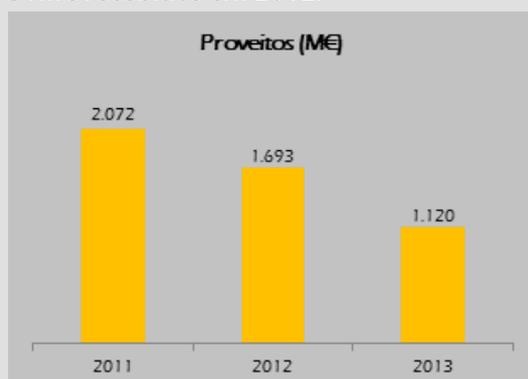
Apesar da situação económica, os resultados líquidos apresentam um valor positivo de 15M€

Os proveitos da EP apresentam em 2013 um decréscimo face aos anos anteriores, em consequência do ciclo de exploração em que se encontra o contrato de concessão da EP, caracterizado até meados de 2012 por uma intensa atividade de construção, nomeadamente por via das subconcessões, e que se encontra agora numa fase de exploração inicial, caracterizada por uma reduzida capacidade de arrecadação de receitas e um peso crescente dos encargos financeiros não capitalizáveis.

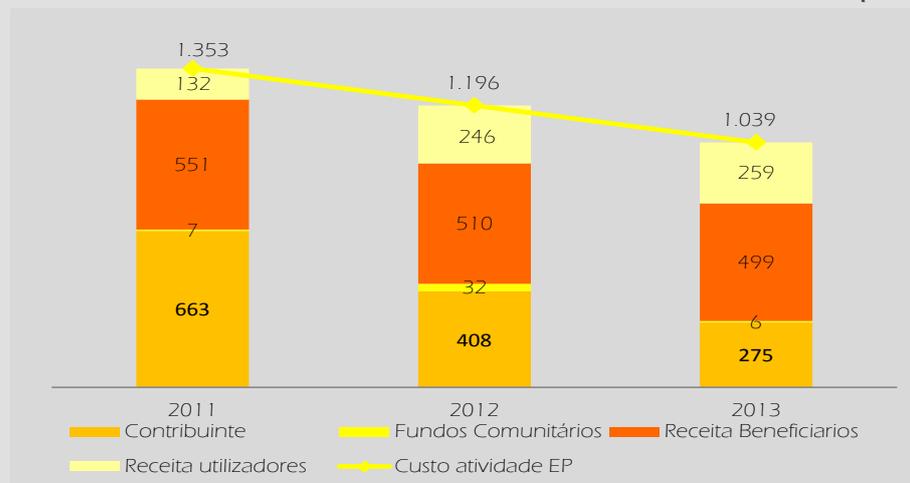
Com efeito, o principal proveito da EP até 2012 resultava dos contratos de construção, em especial dos referentes a subconcessões e da respetiva capitalização de encargos financeiros. A partir de 2013, estes deixaram de ser a principal receita em resultado da fase final em que se encontra a construção das subconcessões, tendo estes proveitos referentes a construção e capitalização de encargos financeiros ascendido a 1.356m€, 939M€ e 342M€ para os anos de 2011, 2012 e 2013, respetivamente. De notar, em 2013, o aumento dos proveitos de portagens que passaram de 133M€, em 2011 e 212M€ em 2012, para 240M€ em 2013.

De referir que o ciclo da concessão da EP é ainda caracterizado por um forte investimento, tendo sido efetuados pagamentos de cerca de 636M€ em 2013 (742M€ em 2012), principalmente em concessões do Estado, o que tem subjacente necessidades de financiamento significativas. Em 2013, o endividamento líquido da EP aumentou em cerca de 266M€.

Devido às condições dos mercados financeiros, as necessidades de financiamento da EP foram compensadas com recurso a suprimentos do acionista Estado, tendo-se verificado um aumento de capital de 8.990m€ no mês de dezembro. Adicionalmente a EP recebeu, em 2013, cerca de 6M€ de subsídios ao investimento de fundos comunitários, comparativamente com os 31M€ recebidos em 2012.



Desta forma, a EP teve um custo para o contribuinte de 275M€, contra 408M€ no ano de 2012 e 663M€ no ano anterior. **(M€)**

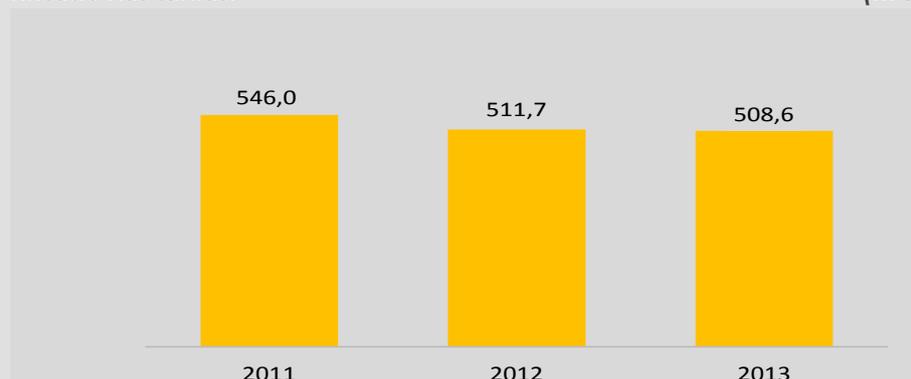


6.1. PROVEITOS

	(M€)			
	2011	2012	2013	Varição 2013/2012 (%)
Contratos de Construção	1.356,7	939,5	343,6	-63,4
Rede Subconcecionada - Construção	1.080,7	709,9	195,6	-72,4
Construções novas infraestruturas	72,8	19,4	3,6	-81,3
Encargos Financeiros Capitalizados	203,2	210,2	144,3	-31,3
Contribuição Serviço Rodoviário	546,0	511,7	508,6	-0,6
Portagens	132,5	211,9	240,2	13,3
Outros Proveitos Exploração	36,3	30,3	27,9	-7,9
Negócio Assente na Infraestrutura				
Licenciamento	7,6	6,3	4,8	-24,3
Canal Técnico Rodoviário	0,8	1,2	1,4	20,2
Áreas de Serviço	1,2	1,8	1,9	9,2
Imobiliário	2,9	4,2	0,7	-82,6
Outros	23,9	16,8	19,1	13,3

6.1.1. CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO RODOVIÁRIO

A contribuição do serviço rodoviário apresentou em 2013 uma variação de cerca de 3M€, o que representa um decréscimo de cerca de 1% face a 2012. Esta descida resulta da quebra dos consumos de combustíveis, da redução de tráfego e da manutenção da eficiência energética não apropriável pela EP, sendo, no entanto, mais que compensada pelo aumento de receitas verificado nas tarifas. **(M€)**



6.1.2. PORTAGENS

Os proveitos de portagem registaram um aumento de 13% face ao ano anterior, tendo-se obtido uma receita total, antes do IVA, de cerca de 240M€.

Este crescimento deve-se, de um modo geral, à alteração da política de redução de preços ocorrida no final de 2012, com a adoção de um desconto de 15% generalizado a todo o tráfego das ex-SCUT, à redução da fraude e à simplificação dos meios de pagamento para estrangeiros, mas também aos primeiros sinais positivos da retoma económica através de uma tendência consistente de recuperação de tráfego evidenciada no 4º trimestre.

As concessões ex-SCUT foram responsáveis pela maior parcela de proveitos de portagens, atingindo cerca de 167M€, cerca de 12% acima do valor registado em 2012. O aumento de receita mais significativo ocorreu nas ex-SCUT Norte Litoral, Beiras Litoral e Alta, e Algarve, com crescimentos superiores a 15%.

Representando cerca de 70% do valor global de 2013, a receita de portagens das concessões ex-SCUT desempenha um papel primordial para a sustentabilidade financeira da EP.

A atividade de cobrança de portagens nas autoestradas subconcessionadas pela EP gerou, por seu lado, uma receita no montante de 11M€, representando apenas 5% do total de proveitos. De salientar, contudo, que este resultado equivale a mais do triplo do alcançado em 2012, no valor de 3,3M€, devido à abertura ao tráfego de diversos troços portajados, nomeadamente, nas subconcessões do Baixo Tejo, Pinhal Interior e AE Transmontana.

Refira-se ainda que, ao abrigo do disposto no respetivo contrato de concessão, foi entregue pela BRISA à EP o montante de 1,8M€, correspondente a 85% do excedente da atualização tarifária referente ao ano de 2013 pelo valor superior a 90% do Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor (IHPC).



6.1.3. NEGÓCIO ASSENTE NA INFRAESTRUTURA

Em 2013 o foco da atividade, no âmbito da gestão do negócio assente na infraestrutura, centrou-se na regularização de acessos industriais/comerciais não licenciados, bem como no levantamento de canal técnico rodoviário instalado na rede sob jurisdição da EP, com o objetivo de potenciar o aumento de receita.

Contudo, a conjuntura económica adversa e a entrada em vigor do “licenciamento zero”, diploma legal que restringiu a atuação da empresa em matéria

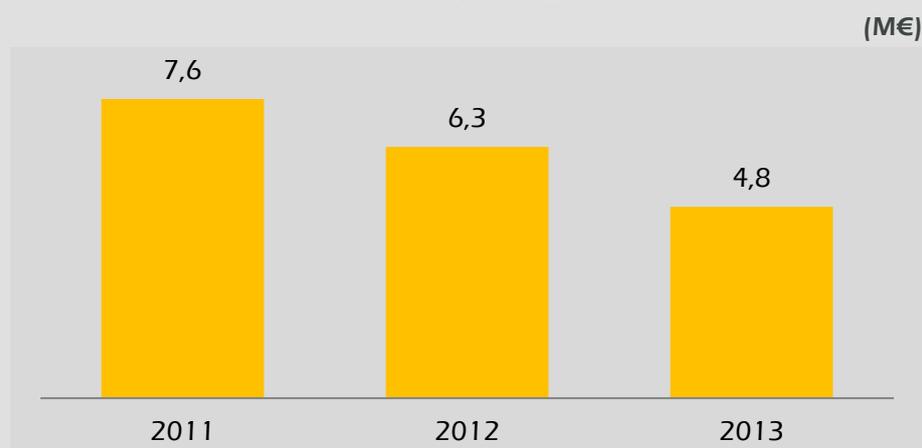
de licenciamento de publicidade, fez com que se perspetivasse, desde logo, uma tendência pouco favorável para a evolução da receita de licenciamento para o ano em referência.

Em termos gerais constatou-se um decréscimo na receita do negócio assente na infraestrutura, menos 12% relativamente a 2012, apesar do crescimento das receitas de canal técnico rodoviário (+20%) e de áreas de serviço (+9%).

LICENCIAMENTO

Na componente específica do licenciamento o ano de 2013 encerrou com uma receita de 4,8M€, correspondendo a um decréscimo na ordem dos 24% em comparação com o ano de 2012.

Esta diminuição resulta, entre outros fatores, do impacto da quebra de publicidade na receita de licenciamento, que atingiu os 29%.

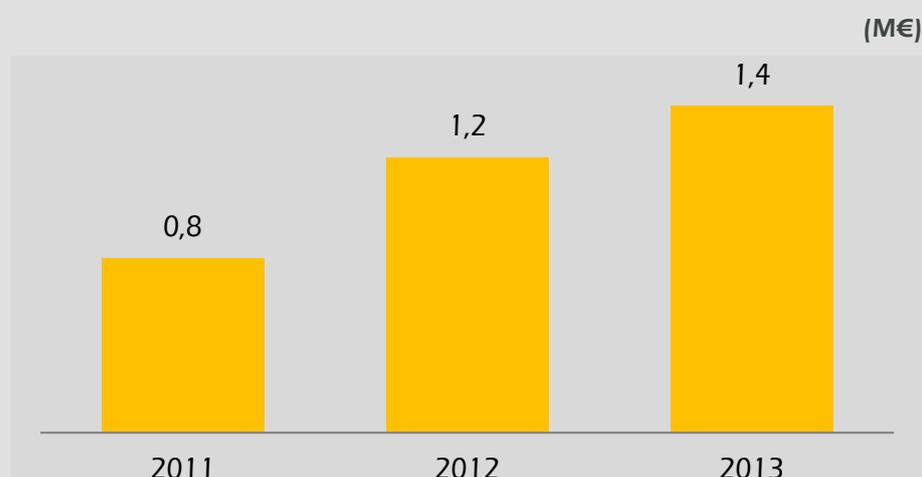


CANAL TÉCNICO RODOVIÁRIO

A gestão do canal técnico rodoviário é uma das áreas em que se pretende atingir, a curto prazo, um aumento de receita, por via de uma maior disciplina da atividade de telecomunicações na rede gerida pela EP.

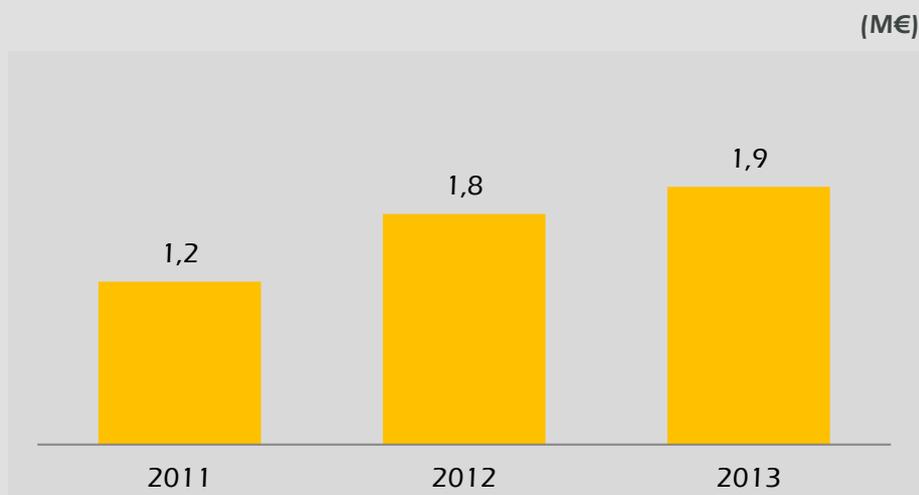
Em 2013 já se verificou um incremento desta componente da receita, alcançando 1,4M€, o que representa um crescimento de cerca de 20% relativamente ao ano transato.

Importa ainda realçar que paralelamente ao levantamento cadastral realizado internamente, foi desenvolvido um projeto-piloto destinado à análise das operadoras que estão a utilizar a infraestrutura de CTR, num troço da EN 12 no Porto. Este projeto permitiu dotar a EP de know-how nesta matéria, bem como conhecer o potencial de receita ao alcance da empresa.



ÁREAS DE SERVIÇO

Durante 2013 não houve alteração do número de contratos de subconcessão de áreas de serviço sob gestão da EP, tendo-se alcançado, em matéria de receita, um crescimento de 9% relativamente ao ano de 2012.



6.1.4. GESTÃO DE IMOBILIÁRIO

No âmbito da gestão de ativos da EP, tem vindo a ser identificado um vasto conjunto de imóveis (edificados e terrenos), considerados desnecessários à atividade, pelo que, nesse âmbito, foram levadas a cabo diversas atividades focadas, essencialmente, na identificação e registo dos bens (reconstituição patrimonial), assim como, nas atividades conducentes à alienação desses imóveis.

No que respeita à alienação de bens, foram desenvolvidas em 2013 diversas atividades destinadas à melhoria da divulgação dos mesmos no mercado, contando com 50 leilões públicos, e realizados contratos de mediação imobiliária, através de operadores especializados.

6.2. GASTOS OPERACIONAIS E PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS

O quadro seguinte apresenta o plano de redução de custos e a sua evolução no período de 2009 a 2013.

Plano de Redução de Custos	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2010		Cumprimento
						Absoluta	%	
CMVMC(M€)	509,8	971,8	1.264,9	902,1	388,6	-583,2	-60,0	S
FSE (M€) S/ Cob. Portagens, CSR, Conser. Periódica e O&M Subconc.	53,3	72,3	64,4	62,4	65,8	-6,5	-9,0	N
Despesas com deslocações/ Estadas (M€)	0,3	0,3	0,2	0,1	0,1	-0,2	-59,3	S
Despesas com ajudas de custo (M€)	0,8	0,8	0,5	0,3	0,3	-0,5	-61,2	S
Despesas com comunicações (M€)	0,7	0,8	0,7	0,6	0,6	-0,2	-29,0	S
Gastos com pessoal (M€)	39,7	38,7	33,5	33,5	34,7	-4,0	-10,4	S
Total (M€)	602,8	1.082,8	1.362,9	997,9	489,1	-593,7	-54,8	
Volume de negócios (M€)	1.116,8	1.629,6	2.045,7	1.673,1	1.100,0	-529,6	-32,5	
Peso dos Gastos no VN (%)	54%	66%	67%	60%	44%	-22%	-33,3	

6.2.1. CUSTOS COM PESSOAL

Na pendência do Programa de Assistência Económica e Financeira a política restritiva determinada pelo Governo para o setor empresarial do Estado tem sido determinante na evolução dos custos com pessoal, muito particularmente através das medidas inscritas nas Leis do Orçamento de Estado (LOE).

Em comparação com o ano anterior, em 2013 registou-se, no entanto, um aumento dos custos com pessoal de cerca de 3,6%, o qual decorreu da reposição dos subsídios de férias e de Natal suspensos em 2012, mas também das alterações introduzidas pela LOE 2013 que incrementaram as contribuições da entidade patronal para a Caixa Geral de Aposentações (cuja taxa passou de 15 para 20%, com alargamento da base de incidência) e para a Segurança Social (por aumento da base de incidência do subsídio de refeição e da taxa contributiva para os órgãos sociais).

No termo do Plano de Redução de Custos Operacionais para o triénio 2011/2013 o desempenho da EP demonstra face aos resultados de 2010 relativos à componente de recursos humanos uma redução dos custos da ordem dos 10,4% e do efetivo de 8,6%.

Na prossecução do objetivo de diminuição do efetivo, a empresa manteve em vigor o Plano Social de Racionalização de Quadros (PSRQ), ainda que de forma ajustada ao quadro de referência legal, Plano que tem minorado os custos sociais da redução do efetivo, baseado na adesão voluntária dos colaboradores ao programa de cessação da relação laboral por mútuo acordo.

Em 2013 efetivaram-se 62 saídas de colaboradores ao abrigo do Plano Social de Racionalização de Quadros, a que correspondeu o encargo de 2,7 M€, referente a compensações pagas pela empresa.

Estas medidas tiveram uma repercussão de cerca de 4,5 M€ nos encargos, sem os quais se apuraria uma redução de cerca de 3,4%.

O quadro seguinte apresenta o plano de redução de custos e a sua evolução no período de 2010 a 2013.

Quadro Pessoal	2010	2011	2012	2013
Número de RH sem Órgãos Sociais e dirigentes	1.073	1.050	1.062	978
Número de cargos dirigentes sem Órgãos Sociais	112	112	108	105
Número de Órgãos Sociais	8	6	7	7
Gastos totais com pessoal (M€)	38,7	33,5	33,5	34,7
Gastos com RH sem Órgãos Sociais e sem dirigentes (M€)	30,3	26,2	26,2	27,1
Gastos com dirigentes sem Órgãos Sociais (M€)	7,7	6,7	6,6	7,2
Gastos com Órgãos Sociais (M€)	0,8	0,6	0,7	0,4
Rescisões / indemnizações (M€)	0,6	1,1	2,7	2,7

6.2.2. CUSTOS COM CONSERVAÇÃO CORRENTE

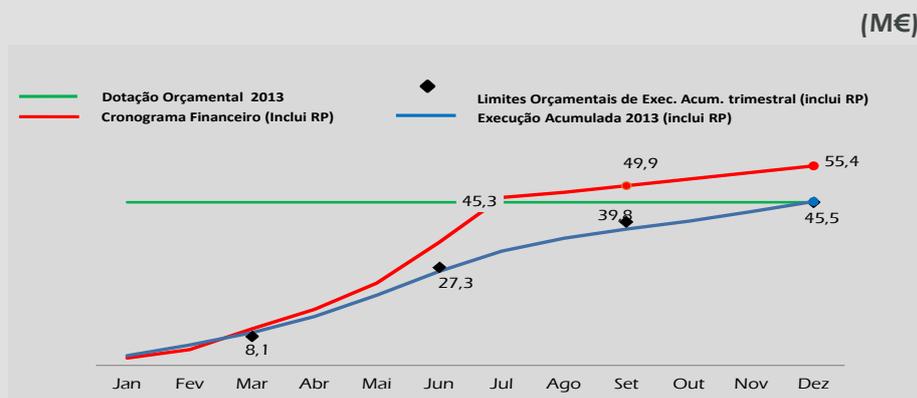
A conservação corrente da rede de estradas sob administração direta da EP está ancorada, essencialmente, em 18 Contratos Distritais Plurianuais (CCC) 2010-2013, avaliados em 162,2M€.

Os limites orçamentais para 2013 impuseram que os Cronogramas Financeiros (CF) dos 18 CCC fossem afetados com uma taxa de 85%, para que a execução global dos contratos não ultrapassasse a verba inscrita no Plano de Investimentos de 2013, de 45,3M€, que também deveria dar cobertura às despesas com Revisões de Preços, de forma a dar resposta ao Plano de Redução de Custos.

Trimestralmente procedeu-se à reprogramação da despesa mensal, de acordo com os desvios verificados nos três meses anteriores e com as atualizações dos índices de Revisão de Preços que foram sendo conhecidos ao longo do ano, de forma a assegurar o cumprimento do limite orçamental estabelecido.

A evolução da despesa em 2013, face ao previsto nos CF e face ao limite orçamental, está patente no gráfico seguinte.

Execução Financeira em 2013



A análise do gráfico revela uma execução orçamental anual de 100%.

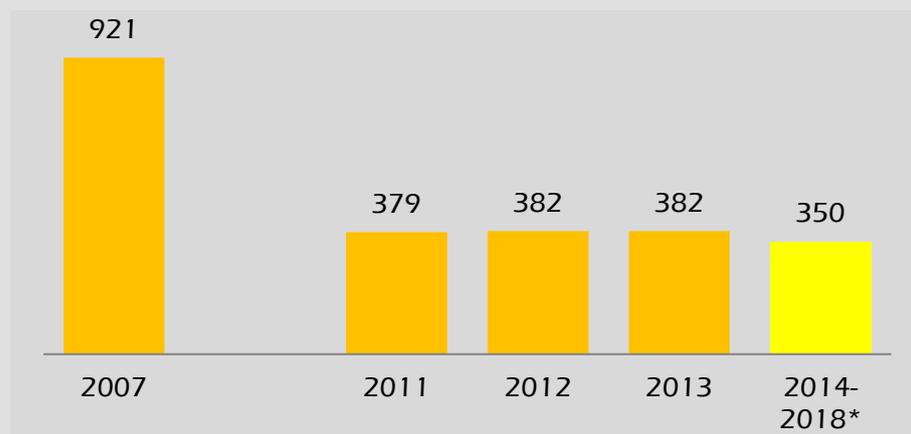
O rigor da Gestão Contratual dos 18 CCC, apesar das restrições orçamentais impostas, permitiu assegurar o cumprimento do orçamento e dar resposta às necessidades da rede.

6.2.3 OUTROS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DE TERCEIROS

FROTA AUTOMÓVEL

A frota automóvel da EP sofreu uma forte redução nos últimos anos, passando de 921 viaturas, em 2007, para 382 viaturas atuais, número que estabilizou em 2012 com um acréscimo de 3 viaturas face a 2011, em resultado da internalização da gestão da rede de autoestradas da Grande Lisboa que, anteriormente, se encontrava concessionada.

Número de Viaturas



* Valores previstos para o período.

Evolução da Despesa					(m€)
	2011	2012	2013	Variação 2013 / 2012 (%)	
Manutenção	108	207	240	15,5	
Combustível	1.046	1.189	1.124	-5,5	
Rendas AOV	1.884	1.817	1.653	-9,0	
TOTAL	3.039	3.214	3.018	-6,1	

Em 2013, a diminuição do preço dos combustíveis permitiu um decréscimo de 5%, na redução deste custo. Ao invés, cresceram os custos com a manutenção, em grande parte decorrente da utilização das viaturas afetas à operação da rede de autoestradas da Grande Lisboa, sujeitas a um grande desgaste, já que as mesmas se encontram em serviço 24 horas/365 dias por ano, e às intervenções realizadas nas viaturas pesadas limpa-neves.

No final ano de 2013 deu-se início à substituição da frota tendo por base a estratégia definida para os anos de 2013-2018, que assenta no downgrade de segmentos e de motorizações, na redução de custos e emissões de CO₂, e na redução do número de viaturas sem prejuízo da eficiência operacional.

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

Em 2013 verificou-se um aumento de 36% com a despesa em iluminação pública que fica a dever-se, sobretudo, à transferência das autoestradas do Douro Litoral e do Túnel do Marão para a rede da EP.

Evolução da Despesa					(m€)
	2011	2012	2013	Variação 2013 / 2012 (%)	
Instalações	444	481	492	2,2	
Iluminação Rodoviária	242	892	1.215	36,2	
Outros (vias)	87	168	169	0,8	
TOTAL	773	1.541	1.876	21,7	

COMUNICAÇÕES

Nos últimos anos tem-se verificado uma redução de custos com comunicações, tendo 2013 consolidado essa tendência.

Evolução da Despesa					(m€)
	2011	2012	2013	Variação 2013 / 2012 (%)	
Telefone e Fax	78	70	64	-9,1	
Telemóveis	96	88	78	-11,4	
TOTAL	174	158	142	-10,4	

6.3. EXECUÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTOS

Apresenta-se, de seguida, a execução do Plano de Investimentos, cujos valores globais das medidas/projetos têm por base a faturação do investimento realizado, incluindo montantes associados à construção, conservação da rede (empreitadas, estudos, projetos, fiscalização e assistência técnica) e concessões.

A redução da execução orçamental em 2013, face aos anos anteriores, resultou das fortes restrições orçamentais originadas pela conjuntura económica e financeira que o país atravessa, refletidas no Programa de Assistência Financeira em vigor.

		(m€)		
Medida / Projecto		Execução 2011	Execução 2012	Execução 2013
I. EXPANSÃO DA REDE		66.215	28.038	10.370
1.	Construção de IP	37	0	0
2.	Construção de IC	34.188	12.282	160
3.	Construção de EN e ER	6.552	950	209
4.	Expropriações da EP	12.619	4.865	1.648
5.	Expropriações de Concessões	12.819	9.941	8.352
II. MODERNIZAÇÃO DA REDE		35.410	14.818	5.258
1.	Requalificação de IP e IC	3.785	1.747	260
2.	Requalificação de EN e ER	5.114	650	188
3.	Requalificação/Substituição de Obras de Arte	16.958	11.199	4.810
4.	Construção de Variantes a Centros Urbanos	9.553	1.222	0
III. CONSERVAÇÃO DA REDE		44.747	28.965	23.213
1.	Conservação Periódica/Beneficiação de Estradas	10.176	12.288	14.541
2.	Reabilitação de Obras de Arte	34.571	16.677	8.672
IV. ESTUDOS, PROJECTOS, FISCALIZAÇÃO E A. TÉCNICA		10.667	5.199	4.880
1.	Estudos e Projectos de Construção	2.640	1.284	1.082
2.	Estudos e Projectos de Conservação	506	259	577
3.	Estudos e Projectos de Obras de Arte	2.755	725	856
4.	Fiscalização, Controlo e Acompanhamento de Construção	788	108	10
5.	Fiscalização, Controlo e Acompanhamento de Conservação	48	1	1
6.	Fiscalização, Controlo e Acompanhamento de OA	1.989	1.257	1.182
7.	Outros Estudos, Assistência Técnica e Jurídica	1.941	1.565	1.172
V. INSTALAÇÃO E MELHORIA DE EQUIPAMENTOS		1.838	3.529	1.325
1.	Maquinaria, Edifícios e Equipamento	506	829	447
2.	Sistemas de Informação	534	1.264	758
3.	Telemática Rodoviária	798	1.436	119
SUB-TOTAL		158.877	80.549	45.045
VI. CONCESSÕES		678.405	685.963	635.460
1.	Rendas da Rede SCUT	246.916	242.399	279.606
2.	Disponibilidade	405.613	441.250	351.795
3.	Reequilíbrios e Compensações	18.456	362	6.296
4.	Comparticipações	7.420	2.006	-1.610
VII. CUSTOS DO EXERCÍCIO		57.469	53.756	56.265
1.	Conservação Corrente	48.676	46.001	49.546
2.	Melhoria da Segurança Rodoviária	6.572	4.240	5.988
3.	Protocolos com Autarquias	2.221	3.515	731
TOTAL		894.751	820.268	736.771



7. GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS

7.1. ESTUDOS E PROJETOS

A forte aposta da EP no desenvolvimento de soluções técnicas cimentadas na análise custo/benefício, levou a que a atividade de estudos e projetos desenvolvida em 2013 consolidasse as intervenções decorrentes dos Sistemas de Gestão de Conservação e Plano de Segurança Rodoviária.

A atuação da área de estudos e projetos da EP, no que concerne à conservação da rede, manteve o crescente peso das intervenções ao nível da plataforma da estrada, estruturas de contenção e obras de arte, bem como da elaboração de especificações técnicas para intervenções no âmbito dos Contratos de Conservação Corrente (CCC).

Na sequência da rescisão do Contrato de Concessão do Túnel do Marão, que levou à transferência para a esfera da EP deste empreendimento, os estudos e projetos desenvolveram os mecanismos que permitem o lançamento das empreitadas necessárias à conclusão das obras entretanto suspensas.

Noutro plano, e face aos níveis de precipitação anormalmente elevados ocorridos entre os meses de novembro de 2012 e março de 2013, a EP promoveu a implementação do “Plano de Recuperação dum Inverno Rigoroso”, com o objetivo de executar empreitadas de conservação da rede rodoviária nacional sob sua jurisdição direta, para as quais se tornou urgente a elaboração dos respetivos projetos, tarefa executada, exclusivamente, com recursos técnicos e humanos da empresa.

Nos quadros seguintes é possível observar a evolução das atividades de estudos e projetos, agora direcionadas para a manutenção e operação, e onde se encontram contempladas as intervenções desenvolvidas com os stakeholders, designadamente, autarquias, universidades e laboratórios nacionais, entre outros.

Estudos e Projetos de Construção									
Ano	Concursos Lançados			Estudos Adjudicados/Iniciados			Estudos Concluídos		
	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€)	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€)	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€)
2011	5	3,75	0,40	5	6,30	0,34	5	2,80	0,64
2012	1	0,80	0,05	8	2,30	0,11	8	29,80	0,80
2013	3	0,40	0,03	6	3,00	0,03	9	21,50	0,76

Estudos e Projetos de Conservação e Manutenção									
Ano	Concursos Lançados			Estudos Adjudicados/Iniciados			Estudos Concluídos		
	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€)	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€)	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€)
2011	26	95,80	0,85	91	97,16	1,38	89	69,3	2,18
2012	26	179,10	1,47	76	90,50	0,98	68	56,6	2,06
2013	47 ⁽¹⁾	320,10	2,20	142 ⁽²⁾	730,60	1,91	101 ⁽³⁾	449,5	0,57

(1) – 22 de vias/taludes (1,47M€) e 25 de obras de arte (0,73M€).

(2) – 92 de vias/taludes (1,33M€) e 50 de obras de arte (0,58M€).

(3) – 66 de vias/taludes (0,09M€) e 35 de obras de arte (0,48M€).

7.2. GESTÃO DA CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS

A empresa prosseguiu em 2013 a implementação, consolidação e evolução das metodologias inerentes ao Modelo de Gestão da Conservação das Estradas, que definiu em 2010, e se espelha no quadro seguinte, conjuntamente com a expressão dos respetivos estádios de desenvolvimento.

Modelo da Gestão de Conservação da EP				
Modelos	Sistemas de Gestão	Estádio de Desenvolvimento		
		Implementação	Consolidação	Evolução
Gestão de Conservação de Estruturas	Obras de Arte		X	X
	Obras de Contenção	X		
	Obras Hidráulicas	X		
Gestão de Conservação de Vias	Pavimentos		X	X
	Equipamentos	X	X	

A consolidação dos Modelos de Gestão de Conservação permitirá que a empresa assegure, a nível nacional, a racionalidade dos investimentos nas ações de conservação, entendida como a conjugação da Manutenção/Conservação Corrente, com a Reabilitação/Conservação Periódica, numa lógica de custo/benefício e eficiência.

7.2.1. GESTÃO DE OBRAS DE ARTE

O Sistema de Gestão de Conservação de Obras de Arte assenta em metodologias preestabelecidas que visam, a partir do levantamento atualizado do património da empresa, sobre ele desenvolver um conjunto de atividades inspetivas, promotoras do permanente conhecimento do seu estado de conservação.

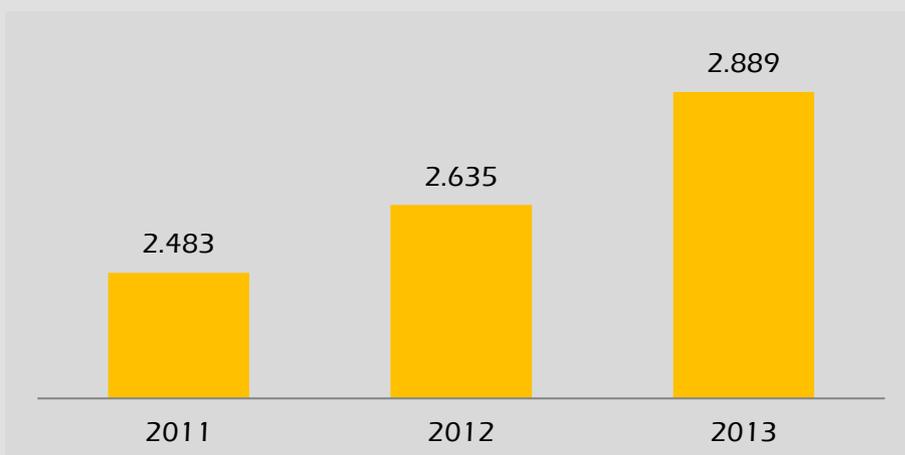
Nos quadros seguintes, estão registados os valores relativos à evolução do inventário de obras de arte da EP, e a situação por distrito em dezembro de 2013.

Ano	Gestão Direta	Interferem C/ vias da EP
2011	4.557	472
2012	4.738	464
2013	5.103	441

2013		
Distrito	Gestão Directa	Interferem c/ vias da EP
Aveiro	343	19
Beja	316	5
Braga	301	48
Bragança	168	0
Castelo Branco	200	9
Coimbra	345	10
Évora	326	12
Faro	172	11
Guarda	188	3
Leiria	197	15
Lisboa	466	132
Portalegre	264	6
Porto	457	43
Santarém	374	22
Setúbal	183	45
Viana do Castelo	325	32
Vila Real	131	13
Viseu	347	16
Totais	5.103	441

Inspeções de Rotina

Em 31 de dezembro de 2013 encontravam-se realizadas definitivamente 2.889 inspeções de rotina, correspondente a um acréscimo de execução de 9,6% relativamente a 2012.



Inspeções Principais

A internalização das atividades de Inspeção Principal às obras de arte, iniciada em 2012, foi prosseguida em 2013, tendo sido realizadas, externamente, apenas aquelas que necessitam de contratação de meios especiais de acesso.

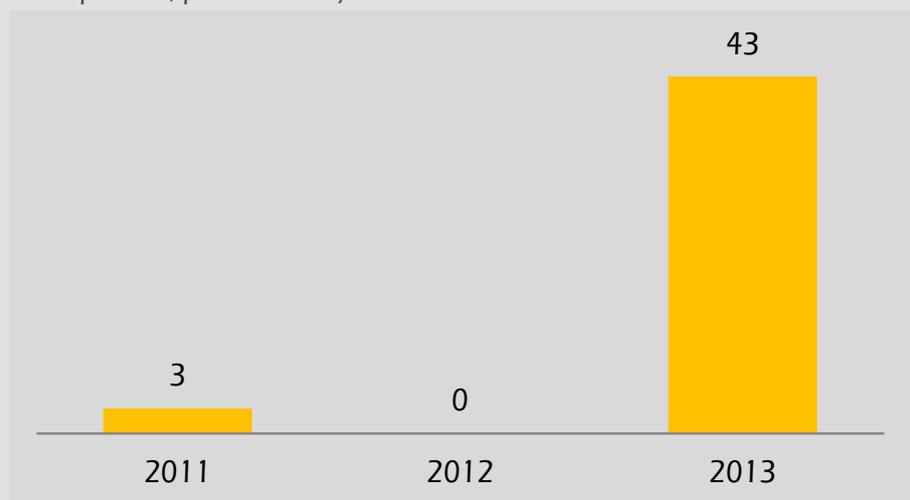
De um total de 1.043 Inspeções Principais em 2013, apenas em 7 se recorreu a meios externos.



Inspeções Subaquáticas

Concluiu-se em 2013 o 2.º ciclo completo de Inspeções Subaquáticas a Obras de Arte e decidiu-se organizar o Plano de Inspeções Subaquáticas, com periodicidade de 4 anos, respeitantes, em cada um dos períodos, a cerca de 50% das Obras de Arte que apresentam infraestruturas imersas.

A conclusão do 2.º ciclo, em 2013, implicou a realização de 43 Inspeções Subaquáticas, por contratação externa.



7.2.2. GESTÃO DE CONSERVAÇÃO DE VIAS

GESTÃO DE PAVIMENTOS

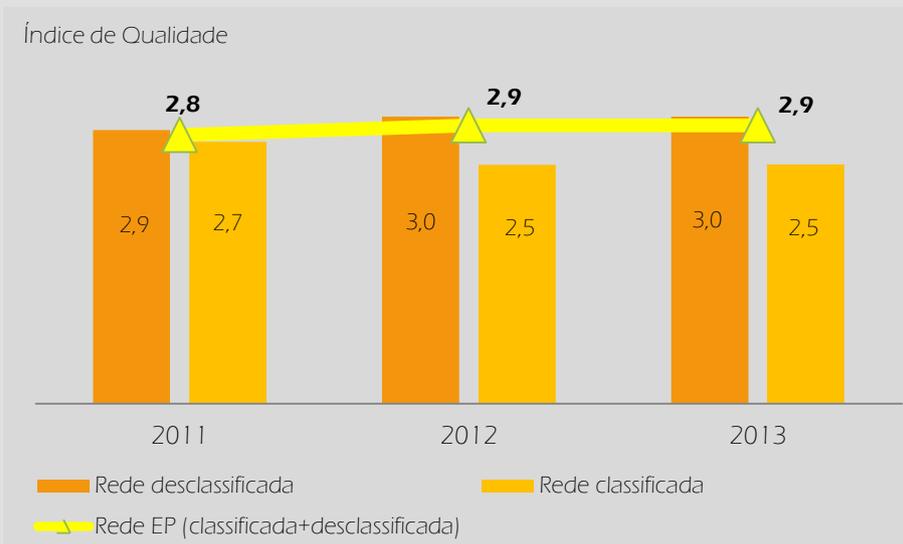
O objetivo de manter atualizado o inventário da rede sob gestão direta da EP, bem como o histórico das intervenções nos pavimentos, teve como resultado em 2013 uma variação de +0,5% relativamente a 2012, integrando nesta variação as alterações devidas a correções na definição de secções, e à transferência de troços para as redes municipais. Regista-se, como dado fundamental, para a presente variação, a integração logo no início do ano na rede classificada dos troços da rede de AE do Grande Porto.

Relativamente ao programa de Inspeções, iniciou-se em 2013 o 3.º ciclo (2013-2014) das Inspeções de Rotina, correspondente a 50% de toda a rede sob gestão direta da empresa. Trata-se de um processo integrado que abrange as Obras de Arte, assim como os componentes da Rede de Estradas (pavimentos, drenagem, taludes, componentes ambientais, iluminação, etc.), atividade fundamental para a deteção de problemas de conservação.



No que concerne às Inspeções Principais, o ano de 2013 marcou de forma definitiva o incremento da fiabilidade da recolha de informação relativa à qualidade dos pavimentos das vias pertencentes à rede da EP, que se traduziu no recurso exclusivo à componente mecânica, o Perfilómetro a Laser, generalizando esta Inspeção a toda a rede sob a gestão direta da empresa.

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução do Índice de Qualidade médio dos pavimentos por tipo de rede, cuja avaliação abrange 98% da rede diretamente gerida pela EP.



< 1,5 - mau; 1,5 ≤ 2,5 - medíocre; 2,5 ≤ 3,5 - razoável; ≥ 3,5 - bom

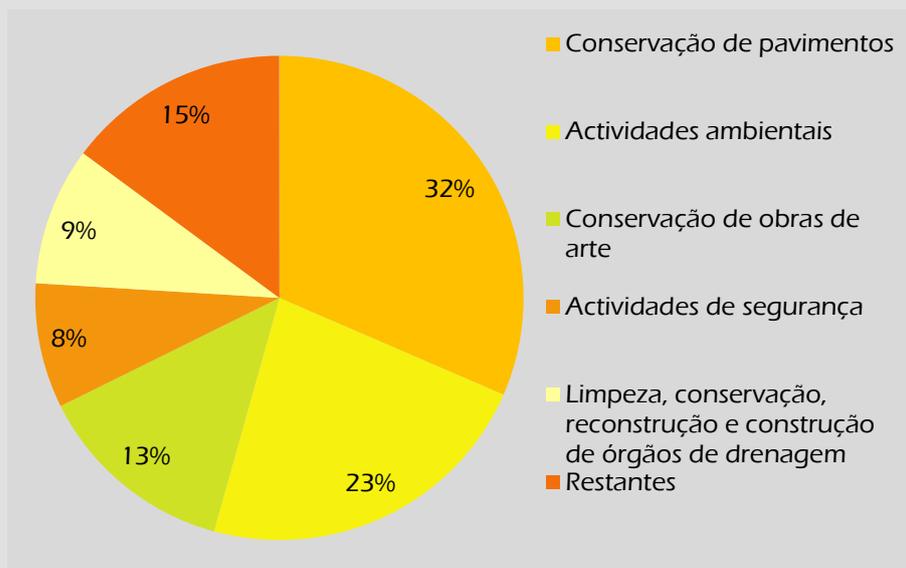
A tendência verificada na evolução da qualidade da rede global é, em termos médios, de estabilização, num comportamento comum à qualidade de ambas as redes.

A rede global mantém-se no nível razoável, tal como a rede classificada e as estradas desclassificadas, ainda que estas se enquadrem no limite inferior do nível razoável.

7.3. CONSERVAÇÃO CORRENTE

A Conservação Corrente intervém na estrada e zona adjacente com o objetivo de manter as condições de conforto de circulação e segurança, evitando a degradação das infraestruturas e das condições de serviço.

Encontram-se em execução empreitadas de Conservação Corrente por Contrato, a nível distrital, abrangendo o período 2010-2013, num total de 18 contratos, com a distribuição relativa dos diferentes trabalhos como mostra o gráfico seguinte:



Em 2013 foram lançados 18 novos concursos de carácter distrital, para a Conservação Corrente Plurianual e um período de 3 anos, tendo em vista a continuidade das atividades de conservação corrente após a conclusão das empreitadas em curso.

A conservação corrente por contrato estende-se, desde o início de 2012, às vias de alta capacidade da rede de autoestradas da Grande Lisboa, através da gestão direta da EP que presta, igualmente, a Assistência ao Cliente com meios próprios. Em 2013, as necessidades de conservação corrente desta rede foram asseguradas através de um Contrato de Conservação Corrente exclusivo.

Em 2013 foi, igualmente, consignado um contrato para o biénio 2013-2015, de Conservação Corrente e Operação para a rede de autoestradas do Grande Porto, abrangendo as vias que foram transferidas da concessão do Douro Litoral para a EP, no final de fevereiro de 2013. Trata-se de uma experiência inovadora para a empresa, assente num modelo totalmente em outsourcing para a Conservação e Operação de uma rede de autoestradas.

Ainda neste domínio, foram desenvolvidas empreitadas individualizadas, fundamentalmente associadas à estabilização de escorregamentos em encostas, taludes e plataforma rodoviária, reposição de muros de suporte e tratamentos superficiais de pavimentos.

7.4. CONSERVAÇÃO DE VIAS E SEGURANÇA RODOVIÁRIA

Em 2013 foram adjudicadas 62 empreitadas relativas a conservação de estradas e melhoria da segurança rodoviária, num investimento total de 28,2M€. Deste universo, fazem parte 24 empreitadas do PRIR – “Plano de Recuperação de um Inverno Rigoroso”, a nível nacional, no valor global de 11,8M€.

Conservação de Estradas e Melhoria da Segurança Rodoviária									
Ano	Concursos Lançados			Obras Adjudicadas			Obras Concluídas		
	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€)*	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€)*	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€)*
2011	45	40,60	16,6	43	24,6	12,3	48	193,60	23,3
2012	38	23,50	19,0	33	53,0	9,2	37	54,85	20,9
2013	64	335,40	26,2	62	347,8	28,2	45	135,70	13,4

(*) Valor total dos eventos independentemente da sua plurianualidade.

7.5. CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO

Em 2013 o investimento em obras de construção nova e obras individualizadas de requalificação da rede rodoviária teve expressão muito diminuta. Foram anunciadas e adjudicadas 4 obras de vias, no valor de 0,5M€ e anunciadas 2 Obras de Arte, no valor de 0,5M€.

Construção e Requalificação de Vias									
Ano	Concursos Lançados			Obras Adjudicadas			Obras Concluídas		
	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€)*	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€)*	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€)*
2011	2	1,8	0,7	0	0	0	5	20,6	148,1
2012	4	0	1	6	1,8	1,7	5	0	1,1
2013(**)	4	0	0,5	4	0	0,5	2	0	0,2

(*) Valor total dos eventos independentemente da sua plurianualidade.

(**) Portegens EasyToll.

Construção de Obras de Arte									
Ano	Concursos Lançados			Obras Adjudicadas			Obras Concluídas		
	N.º eventos	N.º O.A.	Investimento (M€)*	N.º Eventos	N.º O.A.	Investimento (M€)*	N.º Eventos	N.º O.A.	Investimento (M€)*
2011	15	18	34	12	17	7,2	9	16	2,8
2012	2	3	8,7	6	7	17,4	10	15	15,3
2013	2	2	0,5	0	0	0	2	2	0,5

(*) Valor total dos eventos independentemente da sua plurianualidade.

7.6. CONSERVAÇÃO DE OBRAS DE ARTE

A manutenção de obras de arte constitui uma das principais prioridades de intervenção da EP. A evolução das intervenções no período 2011/2013 apresenta-se no quadro seguinte:

Conservação e Requalificação de Obras de Arte									
Ano	Concursos Lançados			Obras Adjudicadas			Obras Concluídas		
	N.º eventos	N.º O.A.	Investimento (M€)*	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€)*	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€)*
2011	39	98	18,7	32	68	15,4	54	87	21,5
2012	22	42	1,1	28	65	7,2	35	85	24,3
2013	41	74	15,1	42	84	16,5	23	48	15,4

(*) Valor total dos eventos independentemente da sua plurianualidade.

Relativamente à conservação de obras de arte, em 2013, foram adjudicadas 42 empreitadas, com intervenção em 84 obras de arte, num investimento total de 16,5M€, que duplicou o investimento comparativamente com 2012.

7.7. EXPROPRIAÇÕES

O investimento em 2013 no pagamento de indemnizações por expropriação, de parcelas cuja gestão do processo expropriativo pertence à EP, ascendeu ao montante global aproximado de 14,6M€.

	2011	2012	2013
Pago EP (M€)	16,5	6,5	5,9
N.º Parcelas Expropriadas	690	290	180
Pago Conc. (M€)	8,8	14,6	8,7
N.º Parcelas Expropriadas	391	383	313
Total Pago (M€)	25,3	21,1	14,6
N.º Parcelas Expropriadas	1.081	673	493

À semelhança de anos anteriores, manteve-se o esforço de resolução de processos expropriativos amigáveis, cujas Declarações de Utilidade Pública (DUP) se encontram publicadas há dois ou mais anos, relativo a parcelas com processos ainda não encerrados.

Em resultado do trabalho desenvolvido, tem vindo a reduzir-se o número de processos de parcelas amigáveis por concluir, sendo que no final de 2013, este conjunto de processos correspondia apenas a cerca de 2,5% do total do acervo de processos de parcelas amigáveis pendentes em aberto, constatando-se que em cerca de 80% dos processos por concluir, o seu não encerramento é da responsabilidade dos expropriados e demais interessados.

Durante o ano de 2013 foram concluídos 400 processos de expropriação, através da formalização dos respetivos autos de expropriação amigável, encontrando-se ainda pendentes 9.960 processos.

Assinala-se também o elevado número de processos litigiosos ativos, que se quantificaram em 1.950, cujo acompanhamento técnico se realiza pela Direção de Gestão de Ativos em permanente ligação aos mandatários externos ou internos, incluindo aquele número uma fração muito significativa de parcelas das Concessões do Estado a cargo da EP, de acordo com os respetivos contratos, nomeadamente da Concessão do Grande Porto, Autoestradas do Atlântico e Autoestradas do Norte (AENOR).

Tem vindo, em paralelo, a proceder-se à elaboração de projetos de expropriação por meios internos, tendo o número de projetos elaborados pela Direção de Gestão de Ativos, representado já uma percentagem de cerca de 60% do número total de projetos anualmente aprovado em 2013, que se cifrou em 31 projetos.

7.8. PONTE 25 DE ABRIL

Em 2013, conforme objetivo traçado no Programa Anual de Segurança enviado no início do ano ao membro do Governo responsável pela área das infraestruturas rodoviárias, a EP deu continuidade ao trabalho executado nos anos anteriores, no âmbito do novo modelo de gestão, e desenvolveu novas atividades necessárias à adequada gestão da Ponte, designadamente:

- Manual da Qualidade - Conclusão do manual de inspeção e conservação;
- Inspeção e Manutenção da Infraestrutura - Contratação de serviços integrados de inspeção, operação e manutenção das plataformas móveis e manutenção de elevadores;
- Monitorização e Observação da Infraestrutura - Desenvolvimento do plano de instrumentação da ponte, observação do comportamento global e definição do modelo de repartição de encargos da estrutura;
- Projetos de Reparação e Conservação - Elaboração dos projetos de reparação de anomalias detetadas na viga de rigidez da ponte suspensa e de reparação dos aparelhos de apoio do encontro norte do viaduto de acesso e do betão das juntas do tabuleiro. Elaboração do projeto de separação dos circuitos de alimentação dos postos de transformação existentes nos maciços de amarração da Ponte suspensa;
- Empreitadas de Reparação e Conservação - Conclusão da empreitada de trabalhos de reparação e conservação, iniciada em agosto de 2010;
- Gestão Integrada da Segurança de Exploração - Revisão de documentação que integra o sistema de gestão de segurança da infraestrutura, com a elaboração de versão atualizada dos “Procedimentos Operacionais de Referência” e “Contatos”; Execução de exercício de posto de comando “Command Post Exercises - CPX” para teste ao Plano de Emergência Integrado.

7.9. CONCESSÕES DO ESTADO

Em 2013 deu-se continuidade ao trabalho de renegociação dos contratos de concessão e de subconcessão.

Relativamente às concessões do Estado destaca-se, pelo impacto que se estima vir a trazer nas contas anuais do setor, o acordo preliminar alcançado com o grupo ASCENDI, abrangendo os contratos das concessões Grande Porto, Costa de Prata e Beiras Litoral e Alta, inicialmente em regime SCUT, e também os contratos das concessões Grande Lisboa e Norte que originalmente foram firmados em regime de “portagem real”. As principais marcas do progresso destas negociações verificaram-se no mês de maio com a assinatura de um protocolo de acordo.

Neste mês foram, igualmente, estabelecidos acordos preliminares com as concessionárias NORSCUT e SCUTVIAS entidades gestoras das concessões Interior Norte e Beira Interior, respetivamente.

De realçar o facto de a Comissão de Negociação (CN), entidade criada pelo Despacho n.º 16198-F/2012, do coordenador da Unidade Técnica de Acompanhamento de Projectos (UTAP), para estas renegociações, ter entregue o seu relatório ao governo.

Estima-se que a renegociação deste conjunto de sete concessões venha a permitir uma redução dos encargos de disponibilidade de cerca de 2.500M€, no decurso das próximas três décadas.

As negociações com a EUROSCUT, grupo que gere as concessões Algarve e Norte Litoral, também prosseguiram ao longo de 2013, não tendo, no entanto, sido estabelecido nenhum acordo preliminar.

A assinatura de acordos finais deverá ocorrer no decurso de 2014, sujeitando-se de seguida os novos contratos à fiscalização do Tribunal de Contas.

Pela primeira vez no quadro recente das concessões estatais, e por intermédio do Despacho Conjunto n.º 7841-C/2013, de 17 de junho, dos senhores Secretário de Estado das Finanças e Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, o Estado rescinde o contrato da concessão do Túnel do Marão, e atribui os ativos à responsabilidade da EP. Em paralelo decorrem ações judiciais interpostas pelas duas partes com os respetivos pedidos indemnizatórios.

As restantes concessões do Estado, designadamente a AE Douro Litoral, Litoral Centro, Oeste e Lusoponte têm em curso alguns processos arbitrais em que por vezes a EP é chamada a prestar assistência ao regulador IMT.

7.10. SUBCONCESSÕES

No que se refere às subconcessões há a assinalar a conclusão da maior parte dos trabalhos de construção e as aberturas dos sublanços respetivos, exceção feita para as subconcessões do Algarve Litoral e do Baixo Alentejo, cujas obras estão suspensas.

No quadro seguinte constam os lanços que abriram ao tráfego no ano de 2013.

Subconcessão AE Transmontana (Auto-Estradas XXI – Subconcessionária Transmontana, S.A)				
AE	Lanço/ Sublanço	Ext. (km)	Entrada em serviço	portagem
A4/IP4	Vila Real (Parada de Cunhos) / Nó de Vila Real Sul	4,0	6-set-13	sim
A4/IP4	Nó de Vila Real Sul / Nó com a A24/ IP3	3,0	2-ago-13	sim
A4/IP4	Nó com a A24/ IP3 / Nó de Vila Real Nascente	4,0	2-ago-13	não
A4/IP4	Justes / Murça (Alargamento)			
	troço Nó de Pópulo / Nó de Murça	7,0	1-mar-13	não
A4/IP4	Amendoeira / Vale Nogueira	15,0	2-ago-13	não
A4/IP4	Vale Nogueira / Nó de Sta Comba Rossas	2,8	2-ago-13	não
A4/IP4	Nó de Sta Comba de Rossas / Bragança Poente	14,2	19-jul-13	não
	Sub-total (AE Transmontana)	50,0		

Subconcessão Pinhal Interior (Ascendi Pinhal - Estradas do Pinhal Interior, S.A.)				
AE	Lanço/ Sublanço	Ext. (km)	Entrada em serviço	portagem
A13/IC3	IC3 Avelar Sul / Avelar Norte	10,9	1-fev-13	sim
A13/IC3	Troço Alvaiázere / Avelar Sul (IC8)	9,9	1-fev-13	sim
A13/IC3	IC3 Variante a Tomar (Nó EN110 / Nó IC9)	8,0	1-mar-13	sim
EN238	EN238 Sertã / Oleiros (km 3,4 - km 8,7)	5,3	31-mai-13	não
	Sub-total (Pinhal Interior)	34,1		
	TOTAL	84,1		

Os processos negociais com a subconcessionária do Pinhal Interior e da AE Transmontana registaram progressos mais significativos tendo sido assinados acordos subsequentes aos memorandos de entendimento (MoU) firmados em maio e setembro de 2012, respetivamente.

Refira-se que estes processos deverão ser objeto de apreciação e aprovação pela CN. Para esse efeito, foram efetuadas diversas reuniões conjuntas com membros da UTAP e da CN.

Estima-se que a conclusão destas negociações se traduza na transferência de cerca de 723 km de Estradas Nacionais para a esfera de operação e conservação direta da EP.

Estes km foram inseridos no âmbito dos novos contratos de Conservação Corrente, confirmando-se que esta transferência não trouxe custos adicionais ao nível desses contratos.

A este propósito refira-se que a maior parte dos contratos prevê que em 2014 se dê início à remuneração das subconcessionárias, processo que exige da parte da EP a medição de níveis de tráfego e de disponibilidade das vias subconcessionadas.



8. REDUÇÃO DE PAGAMENTOS NO ÂMBITO DAS PPP

As renegociações das PPP implicam sempre uma estimativa de redução de pagamentos futuros em função dos pressupostos previstos nos casos base e a estimativa dos novos casos renegociados.

Importa, nos Relatórios e Contas Anuais, verificar a redução de pagamentos efetivamente verificada. É esse valor que publicamos no quadro abaixo.

(m€, a preços correntes, com IVA)

Disponibilidade Infraestrutura - Pagamentos Realizados	Caso Base	Encargos Reais	Redução de Encargos
Concessões do Estado - Portagem Real	173.073	115.217	57.856
Concessões do Estado - Portagem SCUT e ex-SCUT	726.052	654.544	71.508
Subconcessões EP + TM	22.594	-1.367	23.961
Sub-Total	921.719	768.394	153.325
Outros Encargos - Pagamentos Realizados			
Custos de cobrança de portagens ex-SCUT	88.035	52.086	35.949
Comparticipações e compensações	4.654	-13,861	18.515
Sub-Total	92.688	38.225	54.463
Total Encargos - Pagamentos Realizados	1.014.407	806.619	207.788

Concessões de Portagem Real = Norte + Grande Lisboa.



9. CONTRATAÇÃO

Durante o ano de 2013 consolidaram-se procedimentos internos de atuação e de controlo, com articulação de diversas áreas para além da área de contratação, designadamente a financeira e a de sistemas de informação da empresa, tendo sido objeto de acomodação um conjunto de novas exigências procedimentais que decorrem da reclassificação da empresa para efeitos orçamentais e do regime da assunção de compromissos.

A política de contratação da EP tem por base os seguintes princípios:

- i) O recurso ao concurso público (nacional ou internacional) como procedimento de contratação preferencial, limitando-se os ajustes diretos para procedimentos de contratação específicos, quer em termos do objeto a contratar, quer em termos do enquadramento em que os mesmos se verificam;
- ii) O recurso, por regra, à contratação eletrónica;
- iii) A existência de normas e procedimentos comuns, aplicáveis a qualquer processo de contratação.

Pretende-se, desta forma, garantir o rigor e transparência dos procedimentos de contratação, assim como garantir as melhores condições de aquisição.

PRINCIPAIS NÚMEROS

Apresentam-se de seguida os principais números relativos à contratação pública da EP no ano de 2013:

Tipo de Procedimento	Concursos Lançados 2011		Concursos Lançados 2012		Concursos Lançados 2013	
	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor
Concursos Públicos	144	105,2	90	51,8	156	211,9
Ajuste Direto (convite a 1 empresa)	69	4,4	88	6,2	111	6,5
Ajuste Direto (convite a várias empresas)	19	2,3	19	1,3	27	1,6
Concursos Limitados	2	0,4	1	0,2	3	0,7
TOTAL	234	112,3	198	59,5	297	220,6

(M€)		
Tipo de Aquisição	Quantidade	Valor
Concursos Públicos		
Empreitada	103	188,9
Aquisição de Bens e Serviços	25	20,2
Projetos	28	2,9
Ajuste Direto (convite a 1 empresa)		
Empreitada	11	0,9
Aquisição de Bens e Serviços	90	5,3
Projetos	10	0,4
Ajuste Direto (com convite a várias empresas)		
Empreitada	5	0,5
Aquisição de Bens e Serviços	17	0,8
Projetos	5	0,2
Concursos Limitados	3	0,7
TOTAL	297	220,6

Da análise destes quadros salientam-se os seguintes aspetos:

i) O aumento do número de procedimentos de contratação lançados em 2013 comparativamente ao ano anterior (mais 50% do que em 2012);

ii) O valor associado aos procedimentos de contratação lançados em 2013 através de concurso público ou concurso limitado por prévia qualificação, representa 96% do valor da totalidade dos procedimentos promovidos pela empresa. Este valor sobe para 97% considerando também os ajustes diretos com convite a mais do que uma empresa;

iii) Nos procedimentos de contratação de empreitadas, que representam, em valor, 86% do valor total de procedimentos de contratação, a percentagem de concursos públicos é de 87%.

Ainda relativamente aos 297 procedimentos de contratação lançados em 2013 verifica-se que 279 foram desenvolvidos através da plataforma eletrónica de contratação, o que representa 94% do total.



10. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

PUBLICIDADE

Em 2013, no que se refere a gastos com publicidade e propaganda, tendo presentes as obrigações decorrentes do Decreto-Lei n.º 231/2004, de 13 de dezembro, da Resolução de Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de junho e da Portaria n.º 1297/2010, de 21 de dezembro, verificou-se uma despesa total de 83.542,90€.

A EP participou com o ACP KIDS no Programa Nacional de Educação Rodoviária que teve como objetivo sensibilizar as crianças do pré-escolar e do 1.º ciclo para a importância da segurança rodoviária e da consciência das regras de circulação na via pública, envolvendo toda a comunidade escolar: alunos, professores, formadores e pais. Esta ação teve um patrocínio no valor de 60.000,00€.

O valor remanescente, cerca de 19.840€, foi utilizado em patrocínios a revistas de especialidade e inscrições em congressos de temas relevantes para a EP, onde destacamos o “7.º Congresso Rodoviário Português”, no LNEC, o “Arrábida 50 – Colóquio Internacional sobre Pontes e Património” e o “Museu do Caramulo – Concurso e Exposição de Fotografia”.



11. SUSTENTABILIDADE

11.1. SEGURANÇA RODOVIÁRIA

A melhoria das condições de circulação e segurança rodoviária continua a ser um dos principais objetivos das políticas de atuação da EP, o que é comprovado pela redução substancial no número de vítimas mortais na última década e em que a rede da EP foi a que mais contribuiu para essa redução da sinistralidade a nível do país.

Em 2013, o investimento da EP na segurança rodoviária incidiu prioritariamente, nas atividades de eliminação de pontos negros, reformulação geométrica de interseções e implementação de equipamentos dirigidos aos utilizadores mais vulneráveis.

CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DO CONTRATO DE CONCESSÃO

O contrato de concessão celebrado entre o Estado e a EP define três indicadores de sinistralidade rodoviária: número de pontos negros; gravidade dos acidentes nas travessias urbanas; e número de vítimas mortais.

A EP definiu metas para o período 2012-2014 tendo como referência as taxas de redução anteriormente definidas considerando, no caso das vítimas mortais (VM), a sua manutenção e, nos outros indicadores, a sua redução para metade a partir de 2011.

PLANO DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA

Tendo como base os indicadores de sinistralidade rodoviária, os objetivos estabelecidos no contrato de concessão, as deficiências detetadas na rede rodoviária ao nível da segurança quer no âmbito das inspeções realizadas quer as comunicadas pelos clientes e, principalmente, pelas autarquias e outras entidades, a EP prepara anualmente o plano de segurança, o qual, a par das outras intervenções na rede, tem como principal objetivo a melhoria da segurança rodoviária.

O Plano de Segurança Rodoviária de 2013, com uma execução total de 4,3M€, contemplou as seguintes principais áreas de intervenção:

(M€)

	N.º intervenções com execução em 2013	Investimento executado
Sinalização vertical	Renovação e adequação de equipamentos a nível nacional	0,7
Marcação rodoviária	Marcação rodoviária em 1.000 km de estrada	1,5
Reformulação geométrica de interseções + Eliminação de pontos negros + Tratamento de travessias urbanas	(19 reformulações de interseções + 9 eliminação de pontos negros + 4 tratamentos de travessias urbanas)	0,6
Modernização e manutenção dos equipamentos semaforicos	Uniformização, reparação e manutenção de equipamentos semaforicos	0,5
Guardas de segurança e dispositivos de proteção para motociclistas	Colocação de sistemas de retenção rodoviários	1,2
TOTAL		4,3

11.2. AMBIENTE

A estratégia no domínio do ambiente demonstra o compromisso da empresa a favor do desenvolvimento sustentável e as práticas instituídas constituem um suporte para a inovação de processos, numa perspetiva integrada, desde o projeto, passando pela construção, operação e manutenção.

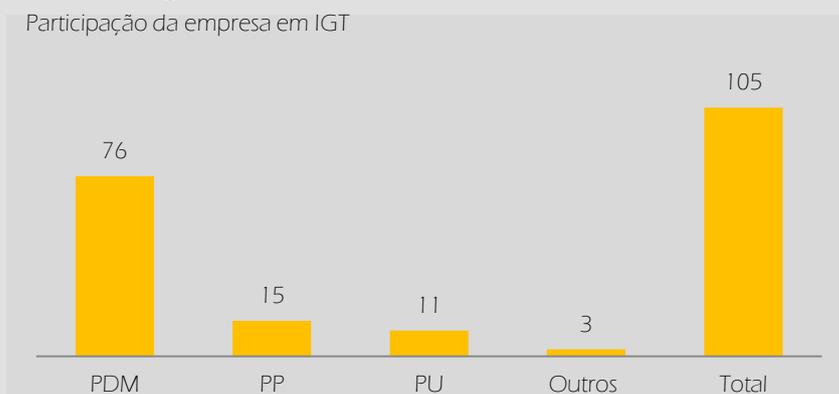
Estando identificados um conjunto de indicadores de desempenho e ferramentas de gestão que permitem manter os níveis de desempenho, minimizando riscos ambientais, constatou-se que em 2013 se atingiram resultados que mostram uma gestão ambiental eficaz, eficiente e equilibrada.

Num quadro de maturidade da rede rodoviária, os projetos e sequentes obras, desenvolvidos pela empresa são maioritariamente de conservação de vias, reabilitação de obras de arte e de segurança rodoviária, integrando sempre a componente ambiental.



Atividade Ambiental em Projeto e Obra em 2013

No contexto de solicitações externas às quais a empresa procura responder de uma forma proactiva, destaca-se a participação em processos relativos a Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), pela relevância do contributo no planeamento e gestão do território.



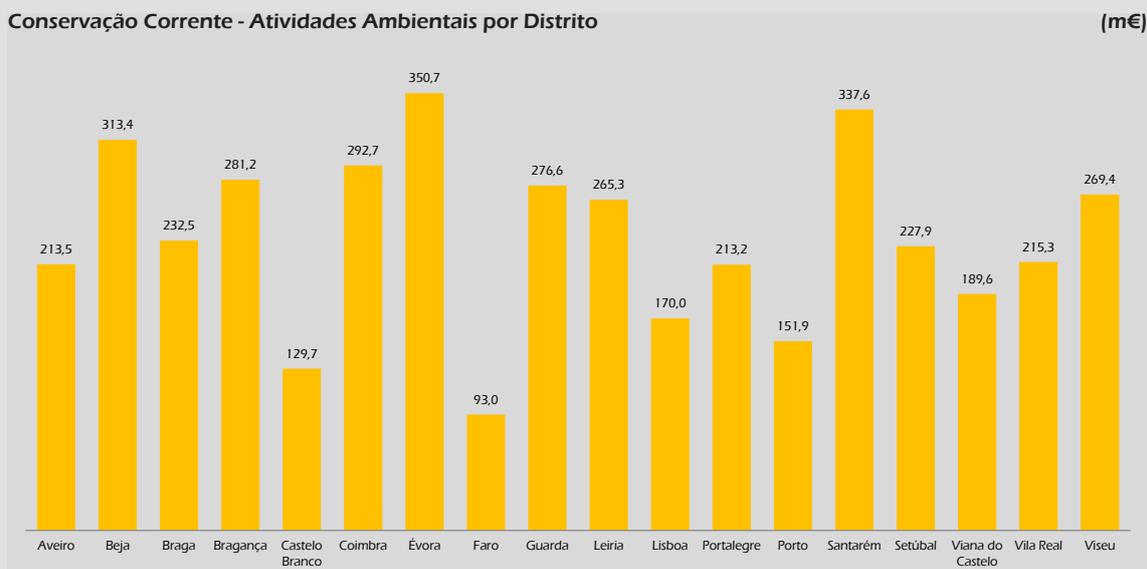
PDM – Planos Diretores Municipais
 PP – Planos de Pormenor
 PU – Planos de Urbanização

Participação da Empresa em IGT em 2013

No quadro de uma rede rodoviária consolidada, a gestão ambiental na operação e manutenção do património da EP, responde ao desafio da sustentabilidade, articulando-se com as dimensões social e económica.

A importância das atividades ambientais nos Contratos de Conservação Plurianual 2010-2013 ficou demonstrada também em 2013, respondendo às

preocupações de enquadramento paisagístico das vias em consonância com a segurança rodoviária e também de atuação no âmbito da prevenção da floresta contra incêndios.



11.3. CAPITAL HUMANO

O efetivo da empresa registou em 2013 uma redução de 7,4% face a 2012, a qual resultou da diminuição do conjunto de trabalhadores em regime de contratação a termo e também da continuidade da vigência do plano de rescisões amigáveis, ao abrigo do qual se efetuou a saída de 62 colaboradores.

À semelhança dos anos mais recentes, a EP assegurou o cumprimento do quadro legal de referência da política restritiva determinada pelo Governo, na pendência do Programa de Assistência Económica e Financeira para o setor empresarial do Estado, com destaque para a Lei do Orçamento de Estado (LOE) de 2013, dada a repercussão direta em domínios da gestão de recursos humanos.

Esta diminuição resulta do agravamento da medida de redução remuneratória determinada na LOE para 2013 e, em grande parte, da diminuição do efetivo, superando largamente a EP a meta de 3% fixada no mesmo diploma legal.

A empresa manteve o Plano Social de Racionalização de Quadros (PSRQ), orientado para diminuir o impacto dos custos sociais da diminuição do efetivo, consubstanciado na cessação da relação laboral por mútuo acordo dependente da iniciativa do colaborador, harmonizado com a possibilidade da dispensa do mesmo por parte da empresa.

Custos de Pessoal

(M€)

Encargos Totais	2010		2011		2012		2013	
Pessoas ao serviço	38,7	93%	33,5	94%	33,5	91%	34,7	91%
Indemnizações PSRQ	0,6	1%	1,1	3%	2,7	7%	2,7	7%
Aposentados	2,6	6%	1,1	3%	0,8	2%	0,6	2%
TOTAL	42,0		35,7		37,0		38,0	
Encargo Médio (pessoa ao serviço)	0,033		0,030		0,031		0,034	

(m€)

	2010	2011	2012	2013	Redução 2013/2010 %
Ajudas de Custo	841	459	329	326	- 61%
Deslocações e Estadas	280	181	148	114	-59%

Informação complementar de sustentabilidade da empresa, nos domínios económico, social e ambiental, encontra-se disponível no Relatório de Sustentabilidade de 2013, produzido pela EP.



12. POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO

12.1. RISCO FINANCEIRO

A atividade da EP está exposta a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado, risco de liquidez e riscos de fluxos de caixa associados à taxa de juro, entre outros.

A gestão do risco financeiro é controlada pela Direção Financeira e de Mercados de acordo com as diretrizes recebidas da Tutela e as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

A EP iniciou o seu endividamento bancário, junto da banca comercial, em meados de 2005, tendo o seu financiamento evoluído da seguinte forma:



Durante o ano de 2013, o endividamento líquido aumentou 266M€, obtido junto do acionista, resultante dos pagamentos referentes a concessões do Estado. Se somarmos a este valor o aumento de capital de 9M€, verifica-se que o esforço do contribuinte foi de 275M€, enquanto que em 2012 foi de 408M€.

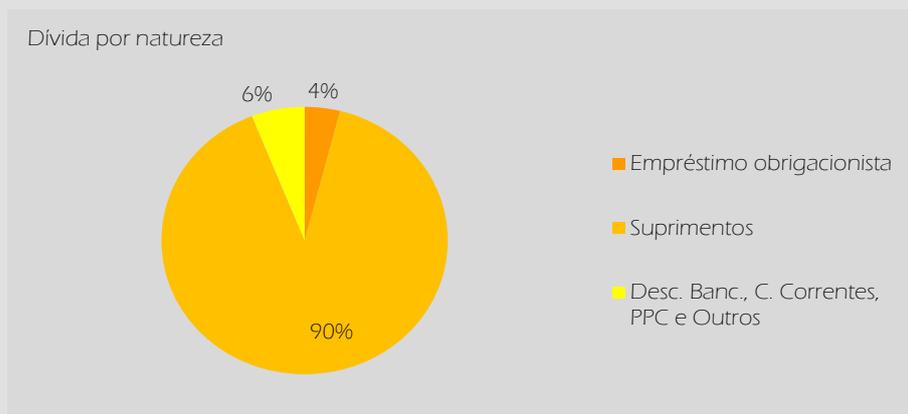
A EP não tem ativos ou passivos em moedas que não o Euro, pelo que não tem riscos de câmbio associados à sua atividade.

12.1.1 RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção de um nível adequado de caixa e equivalentes de caixa para fazer face às responsabilidades assumidas e procurar adequar a maturidade dos passivos aos ativos da empresa.

Durante o período compreendido entre 2005 e 2007, a dívida bancária da EP era constituída por linhas de crédito de curto prazo, nomeadamente por descobertos bancários e contas correntes. A partir de 2008, converteram-se algumas destas linhas em Programas de Papel Comercial e negociaram-se novas linhas de crédito.

No final de 2009, a EP integrou, na sua dívida, a componente de médio/ longo prazo, através da contratação junto do Banco Europeu de Investimento de um financiamento a 20 anos. Em meados de julho de 2010, a EP reforçou esta componente, ao emitir um empréstimo obrigacionista de 125M€, também pelo período de 20 anos, diversificando tanto as entidades financiadoras como os instrumentos de financiamento. Desde 2011 que a EP tem vindo a receber suprimentos do acionista, tendo o valor de suprimentos ascendido a 2.877 M€ no final de 2013, representando cerca de 90% do endividamento da EP.



Em 31 de dezembro de 2013, a dívida da empresa na componente de empréstimos não correntes passou a ter um peso mais significativo face ao ano anterior. Assim, a repartição da dívida da empresa, por maturidade, é a seguinte:

(m€)

31-12-2013	Corrente	Não corrente		Total
	Até um ano	Entre 2 e 5 anos	Superior a 5 anos	
Financiamentos Obtidos	19.978	100.693	379.122	499.793
Suprimentos	728.505	2.092.008	241.039	3.061.551
	748.483	2.192.701	620.161	3.561.344

(m€)

31-12-2012	Corrente	Não corrente		Total
	Até um ano	Entre 2 e 5 anos	Superior a 5 anos	
Financiamentos Obtidos	43.004	95.102	403.857	541.963
Suprimentos	513.611	2.280.899	-	2.794.510
	556.615	2.376.001	403.857	3.336.473

Os quadros anteriores correspondem aos valores a pagar referentes aos financiamentos e suprimentos contratados e desembolsados, incluindo os juros que a EP prevê pagar referentes aos mesmos.

Os restantes exfluxos financeiros significativos são os referentes aos pagamentos de contratos de concessão e subconcessão, que se encontram apresentados pelo seu valor anual até 2050 na nota 34, período que engloba a totalidade da vida dos atuais contratos.

12.1.2 RISCO DE TAXA DE JURO

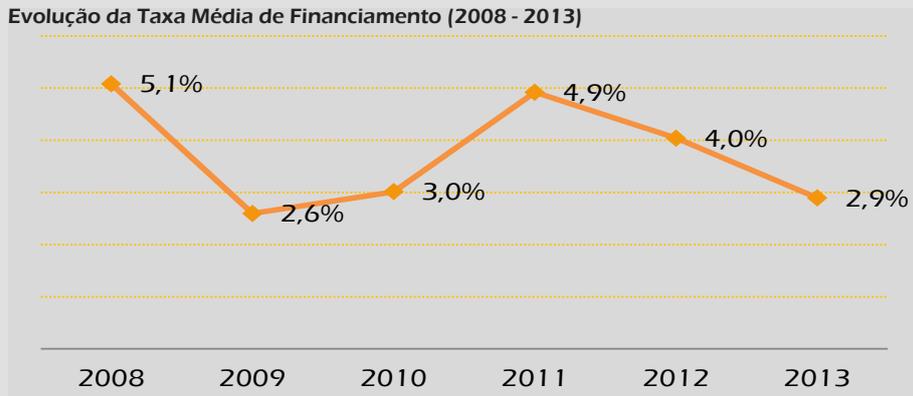
Juros suportados e instrumentos de cobertura de risco

No gráfico seguinte indicam-se os montantes de juros de financiamento pagos entre os anos de 2008 e de 2013:



O aumento do valor de juros pagos durante o ano de 2013 está relacionado com o aumento do valor de financiamentos em resultado da fase de investimento em que se encontra a EP.

Evolução da Taxa Média de Financiamento (2008 - 2013)



Durante o ano de 2010, a EP contratou um instrumento financeiro derivado, SWAP taxa de juro com maturidade de 15 de julho de 2030 e que tinha como montante subjacente 125M€, que se destinou a minimizar o risco de exposição a variação de taxa de juro. Este SWAP encontrava-se mesurado pelo seu justo valor e foi liquidado antecipadamente em junho de 2013, não tendo a EP qualquer SWAP ativo à data de 31 de dezembro de 2013.

(m€)

31-12-2013	Taxa Variável	Taxa Fixa	Total
Financiamentos Obtidos	-	326.493	326.493
Suprimentos	-	2.861.978	2.861.978
	-	3.188.471	3.188.471

(m€)

31-12-2012	Taxa Variável	Taxa Fixa	Total
Financiamentos Obtidos	29.293	325.659	354.952
Suprimentos	-	2.585.600	2.585.600
	29.293	2.911.259	2.940.552

Dada a natureza dos ativos a financiar e à modalidade de financiamento que tem estado disponível à EP, a totalidade dos financiamentos apresenta a 31 de dezembro de 2013 taxas de remuneração fixas, pelo que a exposição da EP ao risco de taxa de juro é atualmente muito limitado.

12.1.3 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar as suas obrigações contratuais. As receitas da EP resultam principalmente da Contribuição de Serviço Rodoviário que é cobrada e entregue à EP pela Autoridade Tributária e Aduaneira e das portagens que apresentam uma base de cliente diversificada e composta por operações de reduzido valor pelo que a EP não tem riscos de crédito significativos.

Durante o ano de 2013, a EP cumpriu o previsto no n.º 7 do artigo 124.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, ao nível do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, segundo o qual: “As empresas públicas não financeiras devem manter as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP, E.P.E., sendo -lhes para esse efeito aplicável o regime da tesouraria do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de junho, alterado pelas Leis n.os 3-B/2000, de 4 de abril, e 107 -B/2003, de 31 de dezembro”, pelo que se considera que os seus depósitos não têm um risco de crédito associado significativo.

12.2. GESTÃO DE CAPITAL

O objetivo da EP em relação à gestão de capital é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da posição financeira. Nesta fase de investimento do contrato de concessão da EP, em que anualmente se tem registado um aumento do endividamento, este tem sido e deverá continuar a ser acompanhado com periódicos aumentos de capital.



13. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após 31 de dezembro de 2013 existiram, até à data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, os seguintes eventos subsequentes:

- i) Em 13 de janeiro de 2014, o Eng.º João Albino Correia Grade cessou as funções de membro do Conselho de Administração, por motivo de renúncia, com produção de efeitos a partir de 1 de março;
- ii) Em 1 de maio de 2014, a Dra. Graça Maria Valente Montalvão Fernandes cessou funções de Presidente do Conselho Fiscal, por motivo de renúncia;
- iii) Por deliberação social unânime por escrito, de 24 de fevereiro de 2014, foi aumentado o capital social em 318.060.000 €, através da emissão de 63.612 novas ações nominativas, no valor de 5.000 € cada, inteiramente subscrito pelo Estado, perfazendo assim o capital social à presente data de 791.050.000 €.



14. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Para o Resultado Líquido apurado no exercício no valor de 14.763.971,21€, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação:

Resultado líquido do período 14.763.971,21€

Reserva Legal 738.198,56€

Reserva Geral 1.476.397,12€

Reserva para investimentos 12.549.375,53€

Foi constituída a Reserva Legal nos termos da lei, bem como a Reserva Geral e a Reserva para Investimentos, de acordo com o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 374/2007, de 7 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 110/2009, de 18 de maio.



15. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

15.1. OBJETIVOS DE GESTÃO

De acordo com o previsto no artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, os objetivos de gestão definidos para o ano de 2013 foram estabelecidos em consonância com os objetivos estratégicos da empresa, que se sintetizam de seguida:

- Otimização do investimento;
- Otimização da eficiência de execução;
- Incremento da receita total;
- Melhoria da perceção do nível de serviço;
- Melhoria do posicionamento corporativo;
- Eficiência do seu modelo de governação.

Todos os objetivos de gestão da empresa para o ano de 2013 foram cumpridos, conforme se apresenta no quadro seguinte:

Indicadores do Acionista				
Indicador	Unidade	Meta 2013	Valor Real	Desvio (%)
Custos Operacionais (Cash)	M€	225	158	-29,8
Free Cash Flow	M€	-288	-279	3,1
Receita total (Cash)	M€	736	769	4,5
Receitas com serviços complementares	M€	9,3	12	29,0
Índice de Segurança Rodoviária	Nº	110	119*	8,2
Índice Sustentabilidade Ambiental	Nº	100	100	0

* Valor provisório. Resultados definitivos ainda não disponíveis.

Nota: os objetivos de gestão têm maior desenvolvimento no ponto 5.2

15.2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO E LIMITES DO ENDIVIDAMENTO

Gestão do risco financeiro, nos termos do Despacho n.º 101/2009-SETF, de 30 de janeiro, e do cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento, definidos para 2013, no Despacho n.º 155/2011-MEF, de 28 de abril:

Anos	2009	2010	2011	2012	2013
Encargos Financeiros (€)	28.868.220	49.550.000	106.198.291	118.183.270	96.408.263
Taxa Média de Financiamento (%)	2,6	3,0	4,9	4,0	2,9

Passivo Remunerado (€)	2012	2013	Var. absoluta	Variação %
Passivo não corrente	17.404.570	17.290.321	-114.248	-1,0
Financiamentos obtidos	2.485.009	2.534.548	49.539	2,0
Passivo Corrente	655.638	1.457.469	801.831	122,0
Financiamentos obtidos	455.544	653.923	198.379	44,0
Total Passivo Remunerado	2.940.553	3.188.471	247.918	8,0

Os valores dos financiamentos obtidos apresentados são líquidos de especializações de encargos financeiros.

Os valores do quadro anterior incluem a previsão da totalidade dos encargos financeiros a suportar com os financiamentos atualmente existentes, pelo que não conciliam com os valores presentes na Demonstração da Posição Financeira.

15.3. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS E ATRASOS NOS PAGAMENTOS

Evolução do prazo médio de pagamento a fornecedores, em conformidade com a Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril:

PMP	2012				2013				Variação 4.ºT 2013/4.ºT 2012 (%)
	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	
Prazo (dias)	17	23	29	29	27	18	18	17	-41,0

Não existiam dívidas a fornecedores vencidas em prazos superiores a 90 dias, à exceção de situações de processos em contencioso ou de faturas em receção e conferência.

15.4. RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA

Não foram emitidas recomendações pelo acionista, aquando da aprovação das contas de 2012.

15.5. REMUNERAÇÕES

Mesa da Assembleia Geral

Mandato	Cargo	Nome	Estatuto Remuneratório Fixado	Remuneração Anual (€)		
				Bruta	Reduções (Lei OE)	Bruta após Reduções
2012-2014	Presidente *	Paulo Manuel Marques Fernandes	575,00	0,00	0,00	0,00
2012-2014	Vice - Presidente	Paulo Miguel Garcês Ventura	470,00	470,00	47,00	423,00
2012-2014	Secretário	Maria Fernanda Joanaz da Silva Martins	299,50	599,00	59,90	539,10

* Em 2013 não houve pagamentos ao Presidente da Assembleia Geral

Conselho de Administração

Mandato	Cargo	Nome	Designação	
			Doc.	Data
2012-2014	Presidente	António Manuel Palma Ramalho	DUE	17-07-2012
2012-2014	Vice - Presidente	José Serrano Gordo	DUE	17-07-2012
2012-2014	Vogal	João Albino Correia Grade	DUE	17-07-2012
2012-2014	Vogal	Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira	DUE	17-07-2012

Nome	EGP				OPRLO	
	Fixado	Classificação	Vencimento (€)	Despesas de Representação (€)	Identificar Entidade	Pagadora
António Manuel Palma Ramalho	S	B	4.864,34	1.945,74	n.a	D
José Serrano Gordo	S	B	4.377,90	1.751,16	n.a	D
João Albino Correia Grade	S	B	3.891,47	1.556,59	n.a	D
Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira	S	B	3.891,47	1.556,59	n.a	D

Nota: EGP – Estatuto do Gestor Público; OPRLO – Opção pela remuneração do lugar de origem; O/D: Origem/Destino

Nome	Remuneração Anual (€)						
	Variável	Fixa	Subsídio de Férias e Natal	Redução Lei 12-A/2010	Redução (Lei OE)	Redução anos anteriores	Bruta após Reduções
António Manuel Palma Ramalho	0,00	81.720,91	9.728,68	4.572,48	8.687,71	0,00	78.189,40
José Serrano Gordo	0,00	73.548,72	8.755,80	4.115,23	7.818,93	0,00	70.370,36
João Albino Correia Grade	0,00	65.376,70	7.782,94	3.657,98	6.893,97	0,00	62.607,69
Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira	0,00	65.376,70	7.782,94	3.657,98	6.893,97	0,00	62.607,69

Nome	Sub. Refeição (€)	Benefícios Sociais (€)						
		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Seguro de Acidentes Pessoais	Outros	
		Identificar	Valor				Identificar	Valor
António Manuel Palma Ramalho	0,00	Segurança Social	16.312,84	0,00	0,00	0,00	Seguro Acidentes Trabalho	493,80
José Serrano Gordo	0,00	Segurança Social	16.155,54	0,00	0,00	0,00	Seguro Acidentes Trabalho	444,36
João Albino Correia Grade	0,00	Segurança Social	14.869,42	0,00	0,00	0,00	Seguro Acidentes Trabalho	395,40
Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira	0,00	Segurança Social	16.869,42	0,00	0,00	0,00	Seguro Acidentes Trabalho	395,40

Nome	Acumulação de Funções - Valores Anuais (€)					
	Entidade	Função	Regime	Bruta	Redução (Lei OE)	Bruta após Reduções
António Manuel Palma Ramalho	n.a					
José Serrano Gordo	n.a					
João Albino Correia Grade	n.a					
Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira	n.a					

Encargos com Viaturas

Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura (€)	Modalidade (1)	Ano início	Ano termo	N.º Prestações	Valor da renda mensal (€)	Valor anual (€)
S	N	46.089,54	Aquisição	2007	-	-	-	-
S	N	49.622,28	ALD	2009	2013	48	822,32	9.867,78
S	N	49.622,28	ALD	2009	2013	48	822,32	9.867,78
S	N	49.622,28	ALD	2009	2013	48	822,32	9.867,78
S	S	38.234,98	ALD	2013	2017	48	686,14	8.233,68
S	S	36.967,45	ALD	2013	2017	48	652,59	7.831,08
S	S	37.647,24	ALD	2013	2017	48	667,39	8.008,68

(1) Aquisição; ALD; Leasing ou outra.

Nome	Plafond mensal definido (€)	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				Observações
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguros	
António Manuel Palma Ramalho	415,90	2.560,09	-	5.948,54	712,17	
José Serrano Gordo	374,31	2.592,89	-	363,26	-	
João Albino Correia Grade	332,72	3.925,23	-	295,94	-	
Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira	332,72	2.544,23	-	1.272,68	-	

Nome	Gastos Anuais associadas a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em serviço	Custos com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto Total com Viagens
				Identificar	Valor	
António Manuel Palma Ramalho	838,57	341,10	0,00		0,00	1.179,67
José Serrano Gordo	0,00	258,70	0,00		0,00	258,70
João Albino Correia Grade	0,00	102,00	0,00		0,00	102,00
Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira	0,00	102,00	0,00		0,00	102,00

Fiscalização

Conselho Fiscal

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal €)
			Doc.	Data	
2012-2014	Presidente	Graça Maria Valente Nunes Montalvão Fernandes	DUE	17-07-2012	1.362,00
2012-2014	Vogal	William Hall Woolston	DUE	17-07-2012	969,50
2012-2013	Vogal	António do Carmo Guerreiro Nuno de Abreu Peixoto	DUE	17-07-2012	969,50
2013-2014	Vogal	Bernardo Xavier Alabaça	DUE	31-10-2013	969,50

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruta (inclui Subsídio de Férias e de Natal)	Redução (Lei OE)	Bruta após Reduções
Graça Maria Valente Nunes Montalvão Fernandes	19.068,00	1.906,80	17.161,20
William Hall Woolston	13.573,00	1.357,30	12.215,70
António do Carmo Guerreiro Nuno de Abreu Peixoto	10.775,86	1.050,30	9.725,56
Bernardo Xavier Alabaça	0,00	0,00	0,00

ROC

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		Remuneração (€)		N.º de Mandatos Exercidos na Sociedade
		Nome	Número	Limite Fixado	Contratada	
Triénio 2012-2014	ROC	Esteves, Pinho & Associados, SROC, LDA.	192	20.700,00/ano	20.700,00/ano	3
Triénio 2012-2014	ROC Suplente	Luis Manuel Moura Esteves	944	na	na	3

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruta	Reduções (Lei OE)	Bruta após Reduções
Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda.	21.451,80	751,80	20.700,00

Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo SROC/ROC				Data Contratação		Remuneração Anual (€)		
Nome	N.º Inscrição OROC	N.º Registo CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços	Redução (Lei OE)	Bruta após Reduções	
PricewaterhouseCoopers & Associados, Soc. de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	183	9077	23-09-2013	2013 e 2014	99.600,00 (49.800,00/ano)	i)	99.600,00 (49.800,00/ano)	

i) O contrato anterior tinha o valor de 192.500€ para o triénio 2010-2012, o que representa um custo anual de 64.166,67€. O atual valor anual apresenta assim uma redução do custo anual superior a 20% face ao contrato anterior.

Restantes Trabalhadores

Em 2013 verificou-se um aumento dos custos com pessoal da ordem dos 3,6%, o qual decorreu da reposição dos subsídios de férias e de Natal, suspensos em 2012, e das alterações introduzidas pela LOE 2013 que implicaram incremento das contribuições da entidade patronal para a Caixa Geral de Aposentações e para a Segurança Social.

Estas medidas tiveram uma repercussão de cerca de 4,5M€ nos encargos, sem os quais se apuraria uma redução de cerca de 3,4%.

Esta diminuição resulta do agravamento da medida de redução remuneratória determinada na LOE para 2013 e, em grande parte, da diminuição do efetivo em 7,4%, superando largamente a EP a meta de 3% fixada no mesmo diploma legal.

A empresa manteve o Plano Social de Racionalização de Quadros (PSRQ), orientado para diminuir o impacto dos custos sociais da diminuição do efetivo, consubstanciado na cessação da relação laboral por mútuo acordo dependente da iniciativa do colaborador, harmonizado com a possibilidade da dispensa do mesmo por parte da empresa.

15.6. APLICAÇÃO DO ARTIGO 32.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

No âmbito da EP, em cumprimento do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, não são utilizados cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento, para realização de despesas ao serviço da empresa, pelos membros do Conselho de Administração, bem como não há também lugar a reembolso aos mesmos de quaisquer despesas de representação pessoal.

15.7. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

A EP aplicou em 2013, como sempre o fez, todas as normas de contratação pública que lhe são aplicáveis.

Existe, igualmente, na EP um procedimento interno denominado PS.14 Contratação Pública, que assegura a contratação de empreitadas e bens e serviços de acordo com as normas legais e técnicas em vigor. O processo de contratação é aplicável a todas as unidades orgânicas da EP.

Mais se refere que este procedimento se encontra em fase de revisão, atendendo à reestruturação orgânica da empresa.

A EP, no ano de 2013, não teve qualquer contrato celebrado com valor igual ou superior a 5M€.

15.8. SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS

A EP, atendendo à sua natureza, não está obrigada a seguir o Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP). Contudo, tendo aderido ao mesmo para algumas contratações, como a lei permite e sendo considerada como entidade voluntária, procedeu à contratação de três contratos de Vigilância e Segurança, via os Acordos Quadro, na ANCP.

No futuro, e sempre que o objeto a contratar se enquadre na oferta dos acordos quadro disponíveis, a EP poderá optar por esta via, caso seja mais vantajoso para a defesa dos interesses da empresa.

15.9. PARQUE DE VEÍCULOS DO ESTADO

A EP, atenta a sua natureza, não se encontra vinculada ao chamado Parque de Veículos do Estado.

15.10. MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS

Plano de Redução de Custos	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2010		Cumprimento
						Absoluta	%	
CMVMC(M€)	509,8	971,8	1.264,9	908,2	388,6	-583,2	-60,0	S
FSE (M€) S/ Cob. Portagens, CSR, Conser. Periódica e O&M Subconc.	53,3	72,3	64,4	62,4	65,8	-6,5	-9,0	N
Despesas com deslocações/ Estadas (M€)	0,3	0,3	0,2	0,1	0,1	-0,2	-59,3	S
Despesas com ajudas de custo (M€)	0,8	0,8	0,5	0,3	0,3	-0,5	-61,2	S
Despesas com comunicações (M€)	0,7	0,8	0,7	0,6	0,6	-0,2	-29,0	S
Gastos com pessoal (M€)	39,7	38,7	33,5	33,5	34,7	-4,0	-10,4	S
Total (M€)	602,8	1.082,8	1.362,9	1.004,1	489,1	-593,7	-54,8	
Volume de negócios (M€)	1.116,8	1.629,6	2.045,7	1.673,1	1.100,0	-529,6	-32,5	
Peso dos Gastos no VN (%)	54%	66%	67%	60%	44%	-22%	-33,3	

Quadro de Pessoal	2010	2011	2012	2013
Número de RH sem Órgãos Sociais e dirigentes	1073	1050	1062	978
Número de dirigentes sem Órgãos Sociais	112	112	108	105
Número de Órgãos Sociais	8	6	7	7
Gastos totais com pessoal (M€)	38,7	33,5	33,5	34,7
Gastos com RH sem Órgãos Sociais e sem dirigentes (M€)	30,3	26,2	26,2	27,1
Gastos com dirigentes (M€)	7,7	6,7	6,6	7,2
Gastos com Órgãos Sociais (M€)	0,8	0,6	0,7	0,4
Rescisões / indemnizações (M€)	0,6	1,1	2,7	2,7

15.11. PRINCÍPIO DE UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

Durante o ano de 2013, a EP cumpriu o previsto no n.º 7 do artigo 124.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, ao nível do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, segundo o qual: *“As empresas públicas não financeiras devem manter as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP, E.P.E., sendo -lhes para esse efeito aplicável o regime da tesouraria do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de junho, alterado pelas Leis n.os 3-B/2000, de 4 de abril, e 107-B/2003, de 31 de dezembro”.*

15.12. RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS

1. O conjunto de recomendações feitas pelo Tribunal de Contas no Relatório n.º 15/2012 diz respeito a fases diferentes do ciclo de vida dos contratos celebrados em regime de parceria público privada. Num primeiro grupo, destacam-se recomendações que dizem respeito, quer à fase de lançamento, quer à fase de preparação dos contratos de concessão/subconcessão celebrados em regime de parceria pública privada. Num segundo grupo, existem recomendações que dizem respeito à fase de execução dos contratos de concessão/subconcessão também celebrados em regime de parceria público privada, incluindo eventuais renegociações e/ou processo de reposição de equilíbrio financeiro dos contratos de concessão/subconcessão. A maioria das recomendações apresentadas no Relatório n.º 15/2012 do TC tem como destinatário o Estado/Parceiro.

Com a aprovação do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, encontra-se em vigor um novo regime jurídico aplicável em matérias de âmbito das parcerias público privadas, sendo que este regulamento legal apresenta a definição de normas gerais aplicáveis à intervenção do Estado na definição, conceção, preparação, lançamento, adjudicação, alteração, fiscalização e acompanhamento global das parcerias público privadas. No mesmo disposto legal é criada uma Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos, dotada de autonomia administrativa, que depende diretamente do membro do Governo responsável pela área das finanças.

Nesse sentido, o conjunto de recomendações apresentadas em sede de Relatório Final, com exceção da recomendação que refere a reorçamentação plurianual dos encargos públicos com as concessões/subconcessões rodoviárias do Estado, deverão ter como destinatários o Estado e/ou a Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos. De destacar que será da responsabilidade das comissões (unidade técnica/equipa de projeto e comissão de negociação), os procedimentos de preparação, lançamento e contratação e a renegociação dos contratos de concessão/subconcessão rodoviários. Quanto aos procedimentos relacionados com distribuição de benefícios, reposição de equilíbrio financeiro e/ou renegociação de concessões/subconcessões, também estes se encontram previstos no Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, através dos artigos n.ºs 21, 22 e 23, onde se enquadra a distribuição de benefícios, reposição de equilíbrio financeiro e renegociação de contrato, comissão de negociação e aprovação do relatório de negociação, respetivamente.

2. Relativamente às subconcessões que foram objeto de auditoria pelo Tribunal de Contas, foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 245, de 19 de dezembro, o despacho n.º 16198-F/2012, do coordenador da Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos, através do qual foi constituída e nomeada a Comissão de Negociação a quem incumbirá a renegociação dos contratos das ex-SCUT's, concessões Norte e Grande Lisboa e das Subconcessões do Algarve Litoral, Autoestrada Transmontana, Baixo Alentejo, Baixo Tejo, Litoral Oeste e Pinhal Interior.

O Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, em articulação com o despacho supra referido, acolhe as recomendações efetuadas pelo Tribunal de Contas e apresentadas no relatório, especificamente em matéria de renegociação de concessões/subconcessões.

Considerando, assim, o novo enquadramento legal, o destinatário das recomendações deste Relatório n.º 15/2012 do TC, é o Estado, em concreto, a Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos.

3. Por último, no que refere à recomendação “Igualmente por questões de transparência, deverá ser obrigatória a reorçamentação plurianual dos encargos públicos com as concessões do Estado, cujas responsabilidades recaem, no atual Modelo de Gestão e Financiamento do Setor Rodoviário (NMGFSR), sobre a EP, contribuindo, deste modo, para o crescente endividamento e insustentabilidade financeira desta empresa”, confirma-se que este procedimento já se encontra implementado na empresa, quer ao nível interno, através do Plano de Investimento, quer ao nível externo, através do registo mensal no Sistema Central de Encargos Plurianuais, a funcionar junto da Direção-Geral do Orçamento, ao abrigo do despacho do Senhor Secretário de Estado do Orçamento, de 9 de setembro de 2011, consubstanciado em algumas circulares emanadas pela DGO.

15.13. INFORMAÇÃO DISPONÍVEL NO SITE DO SEE

Informação no Site do SEE	Divulgação			Comentário
	S	N	N.A.	
Estatutos atualizados (PDF)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da empresa:				
Missão, objetivos, políticas, obg. serv. público e modelo de financiamento	X			
Modelo de Governo / Identificação Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transações:				
Regulamentos internos e externos	X			
Transações Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	X			
Outras transações	X			
Análise de sustentabilidade económica, social e ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação financeira histórica e atual	X			
Esforço financeiro do Estado	X			

15.14. QUADRO RESUMO DE CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao Ponto do Relatório
	S	N	NA		
Objetivos de gestão / Planos de Atividade e orçamento:					
1- Sustentabilidade financeira					
Custos Operacionais (Cash)	X			158 ME (-30% face à meta)	
Free Cash Flow	X			-279 ME (+3% face à meta)	
2- Desenvolver novos Serviços					
Receita total (Cash)	X			769 ME (+5% face à meta)	
Receitas com serviços complementares	X			12 ME (+29% face à meta)	
3- Potenciar o relacionamento com stakeholders					
Índice de Segurança Rodoviária	X			119 (+8% face à meta)	
Índice Sustentabilidade Ambiental	X			100 % face à meta	
Gestão do Risco Financeiro				Taxa média de financiamento	
Limites de Crescimento do Endividamento		X		Aumento endividamento líquido de 266ME - 9% face a 2012	Aumento de endividamento dentro do definido no orçamento da EP e Orçamento de Estado para 2013
Evolução do PMP a Fornecedores	X			De 29 dias no último trimestre de 2012 para 17 dias no último trimestre 2013	
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X				Não existiam dívidas a fornecedores vencidas em prazos superiores a 90 dias
Recomendações do acionista na última aprovação de contas:			X		Não foram feitas recomendações pelo acionista
Remunerações					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos do art.º 37.º da Lei 66-B/2012			X		
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 27º da Lei 66-B/2012	X			34.715,88 €	
Órgãos sociais - redução 5% por aplicação art.º 12º da Lei 12-A/2010	X			16.003,67 €	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art.º 75.º da Lei 66-B/2012	X			Redução de 20 %	
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 27 da Lei 66-B/2012	X			1.248.045,22 €	
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 35.º da Lei 66-B/2012	X			626.000,00 €	
Artigo 32º do EGP					
Utilização de cartões de crédito	X				Não são utilizados cartões de crédito
Reembolso de despesas de representação pessoal	X				Não existem despesas de representação pessoal
Contratação Pública					
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	X			A EP aplica o Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável	
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas			X	A EP não tem participadas	
Contratos submetidos a visto prévio do TC	X			65 contratos / Valor global = 56.606.182,77 €	
Auditorias do Tribunal de Contas					
Relatório n.º 15/2012 - TC - Auditoria ao Modelo de de Gestão, Financiamento e Regulação do Setor Rodoviário					
Recomendação do Relatório n.º 15/2012 - TC - Auditoria ao Modelo de de Gestão, Financiamento e Regulação do Setor Rodoviário [pág.22 do Relatório n.º 15/2012] - "Iguamente por questões de transparência, deverá ser obrigatória a reorientação plurianual dos encargos públicos com as concessões do Estado, cujas responsabilidades recaem, no atual Modelo de Gestão e Financiamento do Setor Rodoviário [NMGFSR], sobre a EP, SA, contribuindo, deste modo, para o crescente endividamento e insustentabilidade financeira desta empresa".	X				No que refere a esta recomendação, confirma-se que este procedimento já se encontra implementado na empresa, quer ao nível interno, através do Plano de Investimentos, quer ao nível externo, através do registo mensal no Sistema Central de Encargos Plurianuais, a funcionar junto da Direção-Geral do Orçamento, ao abrigo do Despacho do Secretário de Estado do Orçamento de 9 de setembro de 2011, consubstanciado em algumas circulares emanadas pela DGO.
Parque Automóvel			X		A EP, atenta a sua natureza, não se encontra vinculada ao chamado Parque de Veículos do Estado.
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (art.º 64º da Lei nº 66-B/2013)	X			Redução do peso dos gastos no volume de negócios de 60% para 44%	
Redução de Trabalhadores (art.º 63º da Lei 66-B/2012)	X				
N.º trabalhadores	X			-87 (-7,44%)	
N.º de cargos dirigentes	X			-3 (-2,77%)	
Princípio da Unidade de Tesouraria (art.º 124 da Lei 66-B/2012)	X				

15.15. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

	Cumprimento das Orientações Legais	Identificação		Divulgação		Página do RGS 2013	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
I	Missão, Objetivos e Políticas						
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa.	X		X		4	
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida.	X		X		4	
3.	Indicação dos objetivos e do grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar.	x		x		5	Relatório & Contas de 2013.
4.	Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa.	x		x		5	Relatório & Contas de 2013.
II	Estrutura de Capital						
1.	Estrutura de capital.	X		X		8	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.	X			x	8	As ações da EP só podem ser detidas por entes públicos.
3.	Acordos parassociais.	x			x	8	A EP não dispõe de acordos parassociais.
III	Participações Sociais e Obrigações Detidas						
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos.	X			x	9	
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.	x			x	9	Não existem.
3.	A prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades.	x			x	9	Não existem.
4.	Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.	x			x	9	Os membros dos órgãos sociais de administração e de fiscalização da EP não detêm ações ou obrigações da empresa.
5.	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.	x			x	9	Não existem.
6.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses.	x		x		9	
IV	Órgãos Sociais e Comissões						
A.	Mesa da Assembleia Geral						
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração.	x		x		12	
2.	Identificação das deliberações acionistas.	x		x		12	O Estado é o único acionista.
B.	Administração e Supervisão						
1.	Modelo de governo adotado.	x		x		12	
2.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros.	x		x		12	
3.	Composição, duração do mandato, número de membros efetivos.	x		x		13	
4.	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS.	x		x		13	
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	x		x		13	
6.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.	x			x	15	Não se verificam.
7.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais.	x		x		15	
8.	Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.	x		x		17	
9.	Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão.	x		x		19	

	Cumprimento das Orientações Legais	Identificação		Divulgação		Página do RGS 2013	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
C. Fiscalização							
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efetivos e suplentes.	x		x		22	
2.	Identificação dos membros da fiscalização.	x		x		23	
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	x		x		23	
4.	Funcionamento da fiscalização.	x		x		24	
D. Revisor Oficial de Contas							
1.	Identificação do ROC, SROC.	x		x		25	
2.	Indicação das limitações legais.	x			x	26	Não existem limitações legais.
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo.	x		x		26	
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade.	x			x	26	Não aplicável.
E. Auditor Externo							
1.	Identificação.	x		x		26	
2.	Política e periodicidade da rotação.	x			x	27	
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados.	x		x		27	
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga.	x		x		29	
V. Organização Interna							
A. Estatutos e Comunicações							
1.	Alteração dos estatutos da sociedade - regras aplicáveis.	x		x		31	
2.	Comunicação de irregularidades.	x			x	31	
3.	Indicação das políticas antifraude.	x		x		31	
B. Controlo interno e gestão de riscos							
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).	x		x		33	
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI.	x		x		33	
3.	Principais medidas adotadas na política de risco.	x		x		34	
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional.	x		x		34	
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.	x		x		35	
6.	Identificação principais tipos de riscos.	x		x		35	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.	x		x		36	
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade.	x		x		36	
C. Regulamentos e Códigos							
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos.	x		x		36	
2.	Códigos de Conduta e de Ética.	x		x		40	
D. Sítio de Internet							
	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada.	x		x		41	
VI Remunerações							
A. Competência para a Determinação							
	Indicação do órgão competente para fixar remuneração.	x		x		43	
B. Comissão de Fixação de Remunerações							
	Composição.	x			x	43	Não existe atualmente comissão de fixação de remunerações.

	Cumprimento das Orientações Legais	Identificação		Divulgação		Página do RGS 2013	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
C. Estrutura das Remunerações							
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	x		x		43	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada.	x		x		44	
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.	x			x	44	Durante a vigência do programa de Assistência Económica e Financeira, não haverá lugar à atribuição de prémios de gestão, de acordo com o disposto no artigo 37.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.
4.	Diferimento do pagamento da componente variável.	x			x	44	Não aplicável.
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio.	x			x	44	Não aplicável.
6.	Regimes complementares de pensões.	x			x	45	Não aplicável.
D. Divulgação das Remunerações							
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida.	x		x		45	
2.	Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.	x			x	45	Não aplicável.
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios.	x.			x	45	Não aplicável.
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos.	x			x	45	Não aplicável.
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade.	x		x		46	
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.	x		x		46	
VII Transações com partes Relacionadas e Outras							
1.	Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas.	x		x		48	
2.	Informação sobre outras transações.	x		x		48	
VIII Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental							
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	x		x		56	Relatório & Contas de 2013.
2.	Políticas prosseguidas.	x		x		56	Relatório de Sustentabilidade de 2013.
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:					57	
a)	Responsabilidade social;	x		x			Relatório de Sustentabilidade de 2013.
b)	Responsabilidade ambiental;						
c)	Responsabilidade económica.						
IX Avaliação do Governo Societário							
1.	Cumprimento das Recomendações.	x		x		59	
2.	Outras informações.	x			x	-	Não existem informações adicionais que, além das vertidas nos pontos anteriores, sejam consideradas relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.

O Conselho de Administração,

António Manuel Palma Ramalho, Presidente

José Serrano Gordo, Vice-Presidente

Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira, Vogal



2013
Demonstrações
Financeiras

16. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Demonstração da Posição Financeira

	Nota	milhares de euros (m€)	
		31 de dezembro 2013	31 de dezembro 2012
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	25.260	26.308
Propriedades de investimento		126	131
Ativos intangíveis	9	18.725.396	18.153.110
Ativos por impostos diferidos	10	88.526	77.009
		18.839.308	18.256.558
Corrente			
Clientes	11	36.004	24.523
Adiantamentos a fornecedores	23	36.534	16.151
Ativos para imposto corrente	12	533	-
Estado e outros entes públicos	12	682.722	592.443
Outras contas a receber	11	107.505	83.086
Diferimentos	13	404	504
Ativos não correntes detidos para venda		3	3
Caixa e equivalentes de caixa	14	17.715	36.122
		881.419	752.832
Total do ativo		19.720.727	19.009.390
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital realizado	15	472.990	464.000
Reservas legais	16	65.288	63.454
Outras reservas	16	282.313	243.566
Resultados transitados		137.582	141.476
		958.173	912.495
Resultado líquido do período		14.764	36.688
Total do capital próprio		972.937	949.183
Passivo			
Não corrente			
Provisões	18	830.453	824.370
Financiamentos obtidos	19	318.970	325.659
Suprimentos	20	2.215.578	2.159.350
Passivos por impostos diferidos	10	3.705	7.599
Outras contas a pagar	21	3.276.886	3.375.616
Outros passivos não correntes	22	-	14.195
Diferimentos	13	10.644.729	10.697.781
		17.290.321	17.404.570
Corrente			
Fornecedores	23	25.703	11.991
Adiantamentos de clientes		10.521	4.014
Passivos para imposto corrente	12	-	3.929
Estado e outros entes públicos	12	2.015	1.827
Financiamentos obtidos	19	7.130	52.446
Suprimentos	20	661.415	426.250
Outras contas a pagar	21	740.464	144.852
Diferimentos	13	10.222	10.329
		1.457.469	655.638
Total do passivo		18.747.790	18.060.207
Total do capital próprio e do passivo		19.720.727	19.009.390

As notas das páginas 85 a 145 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras apresentadas supra.

O Técnico Oficial de Contas,

O Conselho de Administração,

Demonstração do Rendimento Integral

milhares de euros (m€)

	Nota	31 de dezembro	31 de dezembro
		2013	2012
Vendas e serviços prestados	24	1.100.003	1.673.070
Subsídios à exploração		-	5
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	25	(388.584)	(902.097)
Fornecimentos e serviços externos	26	(163.113)	(187.816)
Conservação, Reparação e Segurança	26	(108.311)	(134.514)
Outros FSE correntes	26	(54.802)	(53.302)
Gastos com o pessoal	27	(34.691)	(33.498)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	11	(94)	(3.256)
Provisões (aumentos/ reduções)	18	(24.247)	(26.393)
Outros rendimentos e ganhos	28	68.107	61.742
Outros gastos e perdas	29	(3.393)	(4.404)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		553.988	577.353
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	8, 9	(203.286)	(211.755)
		(203.286)	(211.755)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		350.702	365.599
Juros e rendimentos similares obtidos	30	5.512	272
Juros e gastos similares suportados	30	(330.134)	(311.437)
Resultados antes de impostos		26.079	54.434
Imposto sobre o rendimento do período	31	(11.315)	(17.746)
Resultado líquido do exercício		14.764	36.688
Outros rendimentos do período		-	-
Resultado integral		14.764	36.688

As notas das páginas 85 a 145 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras apresentadas supra.

O Técnico Oficial de Contas,

O Conselho de Administração,

Demonstração da Alteração dos Capitais Próprios

milhares de euros (m€)

	Nota	"Capital realizado"	Reservas legais	Outras reservas	"Resultados transitados"	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2012		330.000	56.265	186.497	61.961	143.772	778.495
Alterações no período							
Aplicação do Resultado ano anterior		-	7.189	53.175	83.408	(143.772)	-
Transição de Normativo contabilístico		-	-	3.894	(3.894)	-	-
Resultado integral do período		-	-	-	-	36.688	36.688
		-	7.189	57.069	79.514	(107.084)	36.688
Operações com detentores de capital no período							
Realizações de capital		134.000	-	-	-	-	134.000
A 31 de dezembro de 2012		464.000	63.454	243.566	141.476	36.688	949.183
Alterações no período							
Aplicação do Resultado ano anterior		-	1.834	34.853	-	(36.688)	-
Transição de Normativo contabilístico		-	-	3.894	(3.894)	-	-
Resultado integral do período		-	-	-	-	14.764	14.764
		-	1.834	38.747	(3.894)	(21.924)	14.764
Operações com detentores de capital no período							
Realizações de capital	15	8.990	-	-	-	-	8.990
A 31 de dezembro de 2013		472.990	65.288	282.313	137.582	14.764	972.937

As notas das páginas 85 a 145 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras apresentadas supra.

O Técnico Oficial de Contas,

O Conselho de Administração,

Demonstração de Fluxos de Caixa

milhares de euros (m€)

	Nota	31 de dezembro	31 de dezembro
		2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		745.356	729.643
Pagamentos a fornecedores		(112.675)	(113.220)
Pagamentos ao pessoal		(38.509)	(35.163)
Caixa gerada pelas operações		594.172	581.260
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(31.187)	(59.332)
Outros recebimentos/ pagamentos		(93.304)	(119.901)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		469.681	402.027
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
ativos fixos tangíveis		(586)	(1.100)
ativos intangíveis		(635.981)	(742.129)
Recebimentos provenientes de:			
ativos fixos tangíveis		736	4.229
Subsídios ao investimento		6.161	30.786
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		(629.670)	(708.215)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		702.628	880.779
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	15	8.990	134.000
Outras operações de financiamento		-	194
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(451.085)	(548.715)
Juros e gastos e similares		(105.652)	(103.603)
Outras operações de financiamento		(8.988)	-
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		145.893	362.655
Caixa e seus equivalentes no início do período	14	30.978	(25.490)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14	16.881	30.978
Varição de caixa e seus equivalentes		(14.096)	56.468

As notas das páginas 85 a 145 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras apresentadas supra.

O Técnico Oficial de Contas,

O Conselho de Administração,

17. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Os valores estão expressos em milhares de euros (m€) exceto quando expressamente indicado o contrário.

1 Introdução

A EP – Estradas de Portugal, S.A. (doravante designada por EP ou empresa) é uma sociedade anónima de capitais públicos, resultante da transformação societária da EP – Estradas de Portugal, E.P.E., ocorrida com base no Decreto-Lei n.º 374/2007, de 7 de novembro.

A EP tem por objeto o financiamento, a conservação, a exploração, a requalificação e o alargamento das vias que integram a Rede Rodoviária Nacional, e ainda a conceção, projeto, construção, financiamento, conservação, exploração, requalificação e alargamento das vias que integram a Rede Rodoviária Nacional Futura.

A EP rege-se pelo Decreto-Lei n.º 374/2007, de 7 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 110/2009, de 18 de maio, pelos seus estatutos, publicados em anexo àquele diploma legal e que dele fazem parte integrante, pelo regime jurídico do setor público empresarial e das empresas públicas, consagrado no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, pelo Código das Sociedades Comerciais, pelos regulamentos internos bem como pelas normas especiais que lhe sejam aplicáveis.

Nos termos do n.º 1 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, a função acionista é exercida exclusivamente pelo Ministro de Estado e das Finanças, com faculdade de delegação, sem prejuízo da devida articulação com o Ministro da Economia.

A EP encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número de Identificação Fiscal 504 598 686 e com sede na Praça da Portagem, em Almada.

Em 23 de novembro de 2007, o Estado celebrou com a EP um contrato de concessão (doravante designado “Contrato”), cujas bases foram aprovadas em anexo ao Decreto-Lei n.º 380/2007, de 13 de novembro, alterado pela Lei n.º 13/2008, de 29 de fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 110/2009, de 18 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 44-A/2010, de 5 de maio.

Este Contrato, cujo terminus ocorre às 24h do dia 31 de dezembro de 2082, tem como objeto a concessão pelo Estado Português à EP do seguinte:

- Conceção, construção, financiamento, conservação, exploração, requalificação e alargamento das vias que integram a Rede Rodoviária Nacional;
- Conceção, projeto, construção, financiamento, conservação, exploração, requalificação e alargamento das vias que integram a Rede Rodoviária Nacional Futura;
- Financiamento, exploração, conservação, requalificação e alargamento das vias que compõem a Rede Rodoviária Nacional ou a Rede Rodoviária Nacional Futura mas que integrem, igualmente, a Rede Concessionada, ficando no entanto estas responsabilidades sujeitas ao termo inicial dos contratos de concessão atualmente em vigor entre o Estado e terceiros. O termo inicial marca também o fim da assunção pela empresa de todos os pagamentos a efetuar pelo Estado e os recebimentos a arrecadar por este, no âmbito dos referidos contratos.

A EP não pode celebrar quaisquer negócios, tendo por objeto ativos da concessão, que possam vir a colocar em causa a efetiva e contínua afetação dos mesmos à prestação do serviço público, exceto quando existe necessidade de substituição, ou quando estes se venham a avaliar como desadequados para a realização das atividades de concessão, podendo ser cedidos ou alie-

para a realização das atividades de concessão, podendo ser cedidos ou alienados, mediante a aprovação do concedente. Os ativos da concessão revertem para o Estado no final da concessão.

Pelo contrato de concessão, celebrado para vigorar desde 2008, durante 75 anos, são receitas próprias da EP, entre outras, as seguintes:

- As taxas de portagem nas vias portajadas;
- O produto da Contribuição de Serviço Rodoviário;
- Os rendimentos da exploração do estabelecimento da Concessão;
- Os rendimentos da exploração do empreendimento Concessionário.

A EP tem obrigações cotadas no Open Market da Frankfurt Stock Exchange.

As demonstrações financeiras da empresa e respetivas notas deste anexo são apresentadas em milhares de euros, salvo indicação explícita em contrário, sendo esta a moeda funcional da empresa.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 28 de maio de 2014. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da EP, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

Estas demonstrações financeiras estão preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia (de agora em diante "IFRS") emitidas e em vigor ou emitidas e adotadas antecipadamente à data de 31 de dezembro de 2013.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas segundo o custo histórico, exceto no que respeita aos instrumentos financeiros derivados, valorizados ao justo valor.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 4.

2.2. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Foram publicadas novas normas e alterações às normas anteriormente em vigor, como segue:

i) Impacto de adoção de normas e interpretações que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2013:

Normas

- **IAS 1** (alteração), 'Apresentação de demonstrações financeiras'. Esta alteração modifica a apresentação de itens contabilizados como Outros rendimentos integrais (ORI), ao exigir às Entidades que separem os itens contabilizados em ORI, em função de serem, ou não, reciclados no futuro por resultados do exercício, bem como o respetivo efeito do imposto, quando os itens sejam apresentados pelo valor bruto. A adoção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da empresa.
- **IAS 12** (alteração), 'Imposto sobre o rendimento'. Esta alteração requer que uma entidade mensure o imposto diferido relacionado com um ativo, atendendo à forma como a entidade espere vir a realizar o valor contabilístico do ativo através do uso ou da venda. A alteração também incorpora as orientações contabilísticas da SIC 21 na IAS 12, sendo esta primeira revogada. A adoção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da empresa.
- **IAS 19** (revisão), 'Benefícios dos empregados'. Esta revisão à IAS 19 introduz alterações significativas no reconhecimento e mensuração de gastos com planos de benefícios definidos e benefícios de cessação de emprego, bem como nas divulgações para todos os benefícios dos empregados. Os desvios atuariais são reconhecidos de imediato, e apenas, em Outros rendimentos integrais (o método do corredor deixa de ser permitido). O custo financeiro dos planos de benefícios definidos com fundos constituídos é calculado com base no valor líquido das responsabilidades não fundeadas. Os benefícios de cessação de emprego apenas são reconhecidos, quando cessa a obrigação do empregado prestar serviço no futuro. A adoção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da empresa.
- **Melhorias às normas 2009 – 2011**, O ciclo de melhorias anuais, afeta os seguintes normativos: IFRS 1 (segunda adoção da IFRS 1 e respetivas isenções), IAS 1 (apresentação de demonstrações financeiras adicionais quando uma alteração de política contabilística é obrigatória ou voluntária), IAS 16 (classificação de peças de reserva e equipamento de serviço quando a definição de ativo fixo tangível é cumprida), IAS 32 (classificação de impactos fiscais relacionados com transações que envolvem Capitais próprios ou Dividendos), e IAS 34 (isenção de divulgação de ativos e passivos por segmento). A adoção destas alterações não teve impacto nas demonstrações financeiras da empresa.
- **IFRS 1** (alteração) 'Adoção pela primeira vez das IFRS'. Esta alteração cria uma isenção adicional, para os casos em que uma Entidade que tenha sido sujeita a hiperinflação severa, apresenta Demonstrações Financeiras IFRS pela primeira vez. A outra alteração reporta-se à substituição de referências a uma data fixa por 'data de transição para IFRS', nas isenções à adoção retrospectiva. A adoção desta alteração não teve impactos nas Demonstrações Financeiras da empresa, uma vez que estas já são apresentadas em IFRS.
- **IFRS 1** (alteração), 'Adoção pela primeira vez das IFRS – Empréstimos do

Governo'. Esta alteração clarifica a forma como um adotante pela primeira vez contabiliza um empréstimo do Governo com taxas de juro inferiores às taxas de juro de mercado, na transição para IFRS. A alteração introduz uma exceção à aplicação retrospectiva das IFRS, atribuindo a mesma dispensa de aplicação que havia sido concedida aos preparadores de Demonstrações Financeiras em IFRS em 2009. A adoção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da empresa, uma vez que estas já são apresentadas em IFRS.

- **IFRS 7** (alteração) 'Divulgações – Compensação de ativos e passivos financeiros'. Esta alteração faz parte do projeto de "compensação de ativos e passivos financeiros" do IASB, e introduz novos requisitos de divulgação sobre o direito de uma entidade compensar (ativos e passivos), as quantias compensadas, e os seus efeitos na exposição ao risco de crédito. A adoção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da empresa.

- **IFRS 13** (nova), 'Justo valor: mensuração e divulgação'. A IFRS 13 tem como objetivo melhorar a consistência das demonstrações financeiras, ao apresentar uma definição precisa de justo valor e uma única fonte de mensuração de justo valor, assim como as exigências de divulgação a aplicar transversalmente a todas as IFRS. A adoção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da empresa.

Interpretações

- **IFRIC 20** (nova), 'Custos de descoberta na fase de produção de uma mina a céu aberto'. Esta interpretação refere-se à contabilização dos custos de remoção de resíduos, verificados durante a fase de produção (fase inicial) de uma mina de superfície, como um ativo, considerando que a remoção de desperdícios gera dois tipos de benefícios potenciais: extração imediata de recursos minerais e melhoria do acesso a quantidades adicionais de recursos minerais, a serem extraídos no futuro. A adoção desta interpretação não teve impacto nas Demonstrações Financeiras do exercício.

ii) Novas normas alterações a normas existentes e interpretações publicadas e aplicáveis obrigatoriamente, para os períodos anuais da empresa que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014, ou em períodos posteriores, que a empresa não adotou antecipadamente:

Normas

- **IAS 32** (alteração) 'Compensação de ativos e passivos financeiros (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014). Esta alteração faz parte do projeto de "compensação de ativos e passivos" do IASB, o qual visa clarificar a noção de "deter atualmente o direito legal de compensação", e clarifica que alguns sistemas de regularização pelos montantes brutos (as câmaras de compensação) podem ser equivalentes à compensação por montantes líquidos. A empresa irá aplicar esta alteração no início do período anual em que o mesmo se tornar efetivo.

- **IAS 36** (alteração) 'Divulgação do valor recuperável para ativos não financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014). Esta alteração trata da divulgação de informação sobre o valor recuperável de ativos em imparidade, quando este tenha sido mensurado através do modelo do justo valor menos custos de vender. Não é expetável que esta alteração venha a ter impacto nas Demonstrações Financeiras da empresa.

- **IAS 39** (alteração) 'Novação de derivados e continuidade da contabilida-

de de cobertura' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014). A alteração à IAS 39 permite que uma entidade mantenha a contabilização de cobertura, quando a contraparte de um derivado que tenha sido designado como instrumento de cobertura, seja alterada para uma câmara de compensação, ou equivalente, como consequência da aplicação de uma lei ou regulamentação. Não é exetável que esta alteração venha a ter impactos nas Demonstrações Financeiras da empresa.

- **Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - 'Entidades de investimento'** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014). A alteração define uma Entidades de investimento ('Investment entities') e introduz uma exceção à aplicação da consolidação no âmbito da IFRS 10, para as entidades que qualifiquem como as Entidades de investimento, cujos investimentos em subsidiárias devem ser mensurados ao justo valor através de resultados do exercício, por referência à IAS 39. Divulgação específicas exigidas pela IFRS 12. Esta alteração não é aplicável à empresa.

- **IAS 19** (alteração), 'Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2014). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições são independentes do número de anos de serviço. Não é exetável que esta alteração venha a ter impactos nas Demonstrações Financeiras da empresa.

- **IFRS 10** (nova), 'Demonstrações financeiras consolidadas' (a aplicar na União Europeia em períodos anuais que comecem, o mais tardar, em ou após 1 de janeiro de 2014). A IFRS 10 substitui todos os procedimentos e orientações contabilísticas relativas a controlo e consolidação, incluídas na IAS 27 e na SIC 12, alterando a definição de controlo e os critérios aplicados para determinar o controlo. O princípio fundamental de que uma entidade consolidada apresenta a empresa-mãe e as suas subsidiárias como uma única entidade, permanece inalterado. A nova norma não produz impactos ao nível das demonstrações financeiras da EP, a empresa somente prepara contas individuais.

- **IFRS 11** (nova), 'Acordos conjuntos' (a aplicar na União Europeia em períodos anuais que comecem, o mais tardar, em ou após 1 de janeiro de 2014). A IFRS 11 foca-se nos direitos e obrigações dos acordos conjuntos em detrimento da sua forma legal. Os acordos conjuntos podem ser operações conjuntas (direitos sobre os ativos e obrigações) ou empreendimentos conjuntos (direitos sobre os ativos líquidos pela aplicação do método de equivalência patrimonial). A consolidação proporcional empreendimentos conjuntos deixa de ser permitida. A empresa irá aplicar a IFRS 11 no período anual em que esta se tornar efetiva. Não é exetável que esta nova norma venha a ter impacto nas Demonstrações Financeiras da EP.

- **IFRS 12** (nova), 'Divulgação de interesses em outras entidades' (a aplicar na União Europeia em períodos anuais que comecem, o mais tardar, em ou após 1 de janeiro de 2014). Esta norma estabelece os requisitos de divulgação para todas as naturezas de interesses em outras entidades, como: subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades estruturadas, de forma a permitir a avaliação da natureza, riscos e efeitos financeiros associados aos interesses da empresa. Não é exetável que esta nova norma venha a ter impacto nas Demonstrações Financeiras da EP.

- **Alterações à IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12, 'Regime de transição'** (a aplicar na União Europeia em períodos anuais que comecem, o mais tardar,

em ou após 1 de janeiro de 2014). Esta alteração clarifica que, quando um tratamento contabilístico diferente das orientações da IAS 27/SIC 12 resultar da adoção da IFRS 10, os comparativos apenas devem ser ajustados para o período contabilístico imediatamente precedente, sendo as diferenças apuradas reconhecidas no início do período comparativo, em Capitais próprios. A alteração introduzida na IFRS 11, refere-se à obrigação de testar para imparidade o investimento financeiro que resulte da descontinuação da consolidação proporcional. Os requisitos de divulgação específicos estão incluídos na IFRS 12. Estas alterações não deverão ter impacto nas demonstrações financeiras da EP.

- **IAS 27** (revisão 2011), 'Demonstrações financeiras separadas' (a aplicar na União Europeia em períodos anuais que comecem, o mais tardar, em ou após 1 de janeiro de 2014). A IAS 27 foi revista, na sequência da emissão da IFRS 10, e contém os requisitos de contabilização e divulgação para os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, quando a Entidade prepara demonstrações financeiras separadas. A empresa irá aplicar esta revisão à norma no início do período anual em que se tornar efetiva. Não é exetável que estas alterações venham a produzir impactos significativos nas contas da EP.

- **IAS 28** (revisão 2011), 'Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos' (a aplicar na União Europeia em períodos anuais que comecem, o mais tardar, em ou após 1 de janeiro de 2014). A IAS 28 foi revista, na sequência da emissão da IFRS 11, e prescreve o tratamento contabilístico para investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, definindo ainda os requisitos de aplicação do método de equivalência patrimonial. A empresa irá aplicar esta revisão à norma no início do período anual em que se tornar efetiva. Não é exetável que estas alterações venham a produzir impactos significativos nas demonstrações financeiras da EP.

- **Melhorias às normas 2010 - 2012**, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2014). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. A empresa irá aplicar as melhorias às normas do ciclo 2010-2012 no período em que se tornarem efetivas.

- **Melhorias às normas 2011 - 2013**, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2014). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13, e IAS 40. A empresa irá aplicar as melhorias às normas do ciclo 2010-2012 no período em que se tornarem efetivas, exceto quanto às melhorias à IFRS 1 por a empresa já aplicar IFRS.

- **IFRS 9** (nova), 'Instrumentos financeiros – classificação e mensuração' (data de aplicação ainda não definida). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IFRS 9 corresponde à primeira parte do novo normativo IFRS para instrumentos financeiros, a qual prevê a existência de duas categorias de mensuração: custo amortizado e justo valor. Todos os instrumentos de capital próprio são mensurados ao justo valor. Os instrumentos financeiros são mensurados ao custo amortizado apenas quando a empresa o detenha para receber fluxos de caixa contratuais, e os fluxos de caixa correspondam a capital/valor nominal e juros. Caso contrário, os instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor através de resultados. A empresa irá aplicar a IFRS 9 no exercício em que esta se tornar efetiva.

- **IFRS 9** (alteração), 'Instrumentos financeiros – contabilidade de cobertura' (data de aplicação ainda não definida). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração corresponde à terceira fase da IFRS 9, e reflete uma revisão substancial das regras de contabilidade de cobertura da IAS 39, eliminando a avaliação quantitativa da eficácia da cobertura, permitindo que um maior número de itens possa ser elegível como itens cobertos, e permitindo o diferimento de determinados impactos de instrumentos de cobertura em Outros rendimentos integrais. Esta alteração visa aproximar a contabilidade de cobertura às práticas de gestão de risco da empresa. A empresa irá aplicar a IFRS 9 no exercício em que esta se tornar efetiva.

Interpretações

- **IFRIC 21** (nova), 'Taxas do governo' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IFRIC 21 é uma interpretação à IAS 37 e ao reconhecimento de passivos, clarificando que o acontecimento passado que resulta numa obrigação de pagamento de uma taxa ou imposto ("levy") corresponde à atividade descrita na legislação relevante que obriga ao pagamento. A empresa irá aplicar a IFRIC 21 no exercício em que esta se tornar efetiva.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Conversão cambial

i) Cotações utilizadas

Não ocorreram no exercício quaisquer operações em moeda diferente do Euro.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para

que se encontre na sua condição de utilização. Os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, apenas quando for provável que os benefícios económicos futuros que lhe estão associados fluam para a entidade e quando o custo poder ser fiavelmente mensurado; a quantia escriturada da parte substituída é desreconhecida da Demonstração da posição financeira.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os gastos a suportar com a desmontagem, desmantelamento ou remoção de ativos, quando se traduzam em montantes significativos, serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos são calculadas utilizando o método das quotas constantes. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 10 e 50 anos
Equipamento básico	Entre 5 e 8 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Ferramentas	Entre 4 e 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 e 8 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 1 e 10 anos

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico líquido de depreciações do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do rendimento integral.

3.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objetivo de valorização do capital, obtenção de rendas, ou ambas. As propriedades de investimento foram inicialmente valorizadas ao custo, sendo valorizadas subsequentemente de acordo com o modelo de custo, o qual é aplicado a todos os ativos classificados como propriedades de investimento. As propriedades de investimento são depreciadas pelo método das quotas constantes, conforme a vida útil atribuída.

3.4. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados consoante as transações que lhe deram origem, conforme os parágrafos abaixo:

Reconhecimento inicial

A EP, através da aplicação da IFRIC 12 considera que o ativo resultante do Direito de Exploração que lhe foi atribuído pelo contrato de concessão com o Estado classifica como um ativo intangível.

O Direito de Concessão foi reconhecido por efeito de uma Concentração de Atividades Empresariais, aquando da alteração do objeto social da empresa conforme explicado na Nota 1. O registo inicial foi mensurado ao montante atribuído ao Direito de Concessão no contrato de concessão da EP e posteriores alterações indicadas na Nota 1.

O reconhecimento do Direito de Concessão originou o registo de uma diferença de integração negativa pelo desreconhecimento das diferentes componentes da Rede Rodoviária Nacional, constantes na Demonstração da posição financeira de abertura da empresa. Esta diferença de integração foi deduzida ao Direito de Concessão.

Os restantes ativos intangíveis resultam de transações de aquisição separadas e o seu custo reflete:

- O preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos;
- Qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Reconhecimento subsequente

A empresa valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo Modelo do Custo, conforme definido pela IAS 38 – Ativos Intangíveis.

O Direito de Concessão é aumentado pelo desenvolvimento da atividade de gestão da rede de infraestrutura rodoviária nacional que inclui, nomeadamente, a construção, financiamento e exploração da Rede Rodoviária Nacional (que inclui a Rede Concessionada) bem como da Rede Rodoviária Nacional Futura, o que pode acontecer mediante a:

(i) Prestação de serviços de construção

É aumentado aquando da conclusão de cada componente significativa da Rede Rodoviária Nacional Futura, pelo seu valor de execução. A construção pode ocorrer mediante construção direta da empresa ou mediante subconcessão.

Até à conclusão de cada componente, é reconhecido como ativo intangível em curso a proporção do valor da execução esperada da obra, mediante a aplicação do método da percentagem de acabamento que é apurado com base na evolução física real de cada obra.

Dispêndios efetuados pela empresa relativos ao lançamento de concursos de subconcessão são reconhecidos como ativos intangíveis, até ao momento em que a natureza do dispêndio efetuado seja faturada ao subconcessionário.

Os gastos com financiamentos associados à construção têm o tratamento definido na Nota 3.5.

(ii) Aquisição de direitos futuros sobre a Rede Concessionada

É aumentado pelos pagamentos, líquidos de recebimentos, relativos às concessões, acumulados efetuados até ao momento do termo inicial de cada concessão, data a partir da qual a empresa tem direito aos benefícios económicos subjacentes ao respetivo troço.

Até ao termo inicial, são registados em ativo intangível em curso quando

despendidos.

Os custos com financiamentos associados a esta aquisição têm o tratamento definido na Nota 3.5.

O contrato de concessão da EP apresenta as seguintes definições para os 3 componentes fundamentais do Empreendimento da Concessão:

“Rede Concessionada — Designa as vias que integram a Rede Rodoviária Nacional e que se encontram, na data de assinatura do Contrato de Concessão, sujeitas a um Contrato de Concessão do Estado ou aquelas que o Estado incluiu em concurso público ainda pendente, na mesma data, com vista ao respetivo concessionamento;”

“Rede Rodoviária Nacional — Designa aqueles Itinerários Principais, Itinerários Complementares, Estradas Nacionais e Estradas Regionais, previstos no PRN 2000, que se encontram em serviço ou cuja construção teve já início à data da assinatura do Contrato de Concessão. Considera-se iniciada a construção dos Itinerários Principais, Itinerários Complementares, Estradas Nacionais e Estradas Regionais previstos no PRN 2000 a partir do momento em que se encontrar outorgado pelo Estado, ou pela EP — Estradas de Portugal, S.A., o contrato tendente à sua construção;”

“Rede Rodoviária Nacional Futura — Designa aqueles Itinerários Principais, Itinerários Complementares, Estradas Nacionais e Estradas Regionais, previstos no PRN 2000 ou nos diplomas que o venham a modificar ou substituir e que entrem em vigor até 5 (cinco) anos antes do termo de vigência do Contrato de Concessão, que não se encontram construídos à data da assinatura do Contrato de Concessão. Considera-se que não estão construídos os Itinerários Principais, Itinerários Complementares, Estradas Nacionais e Estradas Regionais previstos no PRN 2000 para cuja construção não foi outorgado, pelo Estado ou pela EP — Estradas de Portugal, S. A., à data de assinatura do Contrato de Concessão, o respetivo contrato;”

Amortização

A EP amortiza o Direito de Concessão com base na sua melhor estimativa sobre o padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, o qual assenta no método de unidade de produção, como definido pela IFRIC 12.

A unidade de produção corresponde à melhor estimativa de proveitos inerentes aos réditos diretamente associados aos direitos já adquiridos pela empresa, o que exclui as receitas relativas à atividade de cobrança de portagens antes dos termos iniciais das concessões subjacentes.

Eventuais alterações de estimativas são corrigidas prospectivamente, afetando o valor das amortizações de exercícios futuros.

O valor amortizável do Direito de Concessão, revisto anualmente de acordo com as melhores expectativas da empresa, corresponde ao montante total global dos custos incorridos e responsabilidades assumidas no âmbito da concessão geral da infraestrutura rodoviária nacional.

Os restantes ativos intangíveis são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.

3.5. Capitalização de custos de financiamentos obtidos

A empresa capitaliza os encargos financeiros associados à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis.

A EP considera como ativo qualificável todos aqueles que demorem um período superior a 12 meses a ficarem concluídos para o seu uso pretendido, sendo o ativo qualificável mais significativo o Direito de Concessão sobre a rede de infraestrutura viária. Qualquer componente da Rede Rodoviária Nacional ou da Rede Rodoviária Nacional Futura é considerado um componente desse mesmo ativo qualificável, desde que a duração estimada da sua construção seja superior a doze meses.

Os componentes do Direito de Concessão que qualificam para a capitalização de gastos de empréstimos são essencialmente os resultantes da:

(i) Prestação de serviços de construção

A prestação de serviços de construção dura habitualmente mais de 1 ano pelo que os encargos associados aos financiamentos obtidos para a sua concretização são considerados elegíveis, independentemente de os serviços serem prestados diretamente pela EP ou mediante subconcessão.

(ii) Aquisição de direitos futuros sobre a Rede Concessionada

Os pagamentos efetuados por conta da aquisição de direitos futuros sobre a Rede Concessionada até ao termo inicial de cada troço da atual Rede Concessionada.

Os encargos financeiros diretos são considerados como custo do componente especificamente financiado. Sempre que não existam financiamentos diretamente atribuíveis a cada componente da rede em curso, é utilizada uma taxa média ponderada dos financiamentos ativos durante o período a qual é aplicada aos dispêndios ocorridos com o desenvolvimento da referida rede.

Não são considerados para efeitos do cálculo da base para a capitalização dos gastos de financiamento obtidos os componentes que foram construídos com recurso a subsídios ou que estão em condições de entrar em funcionamento, independentemente da conclusão da empreitada em que se inserem.

3.6. Imparidade de activos

A empresa realiza os testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a EP avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos cus-

tos de venda e o seu valor de uso.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.7. Activos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data do reconhecimento inicial de acordo com o objetivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

i) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados – incluem os ativos financeiros, não derivados, detidos para negociação respeitantes a investimentos de curto prazo, e ativos designados ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial. São reconhecidos inicialmente pelo justo valor, sendo os custos da transação reconhecidos em resultados. Estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem na rubrica de “Variações de justo valor”.

ii) Empréstimos concedidos e contas a receber – inclui os ativos financeiros, não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo. São classificados na demonstração da posição financeira como “Clientes” e “Outras contas a receber” (Nota 11), e são reconhecidos ao custo amortizado usando a taxa de juro efetiva, deduzidos de qualquer perda de imparidade. O ajustamento por imparidade das contas a receber é efetuado quando existe evidência objetiva de que a EP não irá receber os montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transações que lhe deram origem. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração do rendimento integral em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de existir.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.8. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja muito provável e o ativo esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica. Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de

gastos de venda, não sendo amortizados a partir do momento da sua classificação como detidos para venda.

3.9. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados na Demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

3.10. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.11. Passivos financeiros

A IAS 39 prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias:

- i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;
- ii) Outros passivos financeiros

Os Outros passivos financeiros incluem os “Financiamentos obtidos” (Nota 19), “Suprimentos” (Nota 20), “Outras contas a pagar” (Nota 21) e “Fornecedores” (Nota 23).

Os Financiamentos obtidos e Suprimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração do rendimento integral ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os passivos classificados como “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são reconhecidos inicialmente ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são classificados como passivo corrente, exceto se existir direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

3.12. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados

na demonstração do rendimento integral, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando ocorram prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2010 a 2013 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base na Demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data da Demonstração da posição financeira, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que exista razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

3.13. Benefícios aos empregados

A EP concedeu pensões de reforma antecipada temporária e complementos de pensões de reforma e sobrevivência a um universo restrito e fechado de colaboradores.

Estes complementos de vencimentos de pós emprego são pagos pela Caixa Geral de Aposentações aos colaboradores e debitados por esta à EP até os mesmos colaboradores estarem em condições para serem reformados pela lei geral.

As responsabilidades com o pagamento das referidas prestações são revistas anualmente. O valor presente da obrigação é determinado utilizando o método das rendas vitalícias imediatas, pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios que são perfeitamente identificáveis, utilizando a taxa de juro de obrigações de "rating" elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima das da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido na Demonstração da posição financeira corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data da Demonstração da posição financeira.

3.14. Provisões

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete

a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da responsabilidade em causa.

3.15. Subsídios e apoios do Governo

Os subsídios recebidos do Estado português e da União Europeia são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que as condições para o recebimento do subsídio serão cumpridas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis são reconhecidos como um proveito diferido.

Os subsídios são subsequentemente creditados na demonstração do rendimento integral numa base pro-rata da depreciação/amortização dos ativos a que estão associados, sendo registados na rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”.

Subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração do rendimento integral no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

3.16. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a EP detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração do rendimento integral numa base linear, durante o período da locação.

3.17. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.18. Rédito

O rédito da empresa no âmbito da Concessão acordada com o Estado está definido no respetivo contrato de concessão e contempla essencialmente:

(i) Contribuição do Serviço Rodoviário (CSR)

A Contribuição de Serviço Rodoviário (CSR) criada pela Lei nº 55/2007, de

31 de agosto, constitui a contraprestação paga pelos utilizadores pelo uso da rede rodoviária nacional e incide sobre a gasolina e o gasóleo rodoviário sujeitos ao imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) e dele não isento.

O encaixe financeiro é realizado com um desfasamento de cerca de dois meses relativamente à data de cobrança, pelo que se procede à especialização do rédito do exercício.

(ii) Outros Réditos decorrentes do Contrato de Concessão

Para a prossecução do seu objeto social a empresa tem de proceder à prestação de serviços de construção no âmbito do desenvolvimento da rede de infraestrutura rodoviária nacional.

O resultado da construção de cada nova componente da Rede de Infraestrutura Rodoviária Nacional é registado, de acordo com o método da percentagem de acabamento.

O montante de rédito a reconhecer resulta do produto entre a percentagem de acabamento e o valor total da obra. O valor total da obra é o montante acordado com o Concedente (Estado) ou, não estando acordado, é o resultado do somatório das componentes de gastos específicos à obra em causa quer internos ou externos.

O valor a receber resultante da prestação de serviços de construção, no âmbito da Concessão, é permutado pelo Direito de Concessão conforme referido na Nota 25.

No caso em que o valor total da obra esteja acordado com o Concedente, sempre que o somatório dos gastos específicos incorridos e a incorrer excederem o rédito acordado, é imediatamente reconhecida em resultados a perda estimada.

(iii) O valor das taxas de portagem – Estradas em administração própria ou Subconcessionada

A atividade de cobrança de portagens sobre as vias da Rede sob administração própria ou subconcessionada é reconhecida nos resultados do ano de acordo com as portagens reais do período, dado que se tratam de portagens em vias onde o Direito de exploração da Concessão pela EP já é pleno.

(iv) O valor das taxas de portagem – Estradas em administração concessionada

A atividade de cobrança de portagens sobre as vias da Rede Concessionada é reconhecida de acordo com as portagens reais do período sendo que o valor resultante desta atividade é deduzido ao investimento da EP na aquisição dos direitos sobre essa mesma rede Concessionada de acordo com o estipulado no contrato de Concessão da EP com o Estado Português.

3.19. Instrumentos financeiros derivados

A EP utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou otimizar os gastos de

financiamento.

Os critérios utilizados pela EP para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura;
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

A EP utiliza instrumentos financeiros com objetivo de cobertura de fluxos de caixa que respeitam, essencialmente, a coberturas de taxa de juro de financiamentos obtidos que, contudo, não configuram relações perfeitas de cobertura e, portanto, não receberam tratamento de contabilização de cobertura, mas que permitem mitigar, de forma muito significativa, o efeito de variações de taxa de juro dos financiamentos a pagar em relação aos quais a EP pretende cobrir o risco de taxa de juro. Os instrumentos derivados, embora contratados com os objetivos atrás referidos em relação aos quais a empresa não aplicou contabilidade de cobertura são registados ao justo valor, sendo as variações subseqüentes registadas diretamente nas rubricas de Resultados financeiros da demonstração do rendimento integral.

3.20. Política contabilística para justo valor de ativos e passivos

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo, se existir um mercado ativo, a cotação de mercado é aplicada. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13 – Mensuração do justo valor.

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

A EP aplica técnicas de valorização para os instrumentos financeiros não cotados, tais como derivados. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam informação de mercado como as curvas de taxa de juro.

Para alguns tipos de instrumentos financeiros mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado, para os quais a EP utiliza estimativas e pressupostos internos. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

3.21. Entidades relacionadas

A revisão do IAS 24 – Divulgações de entidades relacionadas veio estabelecer a obrigatoriedade de divulgar as transações existentes com o Estado, e com entidades que sejam consideradas relacionadas, pelo facto de serem igualmente detidas pelo Estado. Consideram-se partes relacionadas, as en-

ou mais intermediários, controle, seja controlada ou estiver sob o controlo comum. São também partes relacionadas as entidades nas quais a EP tenha um interesse que lhe confira influência significativa.

A EP adotou a exceção permitida pela norma, para as entidades públicas, de divulgar apenas as transações mais significativas (ver nota 36).

3.22. Relato por segmentos

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade:

i) Que desenvolve atividades de negócio de que obtém réditos e pelas quais incorre em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outras componentes da mesma entidade);

ii) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo Conselho de Administração para efeitos de tomada de decisão sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho;

O Conselho de Administração, principal responsável pela tomada de decisão, analisa na sua tomada de decisão não apenas os elementos dos resultados operacionais mas também o investimento a realizar na constituição dos ativos de cada segmento.

A empresa apresenta como segmentos operacionais, a “Operação e Manutenção”, “Construção Própria”, “Concessões” e “Subconcessões”.

O contrato de Concessão é refletido nas contas da EP como um direito de exploração único e indivisível que representa a rede rodoviária nacional e não um conjunto de vias individualizadas.

Em termos de informação de gestão, analisada pelo CA as áreas de negócio da EP são agregadas da seguinte forma:

- Operação e manutenção: atividade relacionada com a gestão e conservação das vias e obras de arte e melhoria da segurança da rede rodoviária sob gestão direta da EP;
- Construção própria: atividade relacionada com obras de construção e requalificação de vias e obras de arte sob gestão direta da EP;
- Concessões: atividade relacionada com a gestão dos contratos de concessão do Estado Português;
- Subconcessões: atividade relacionada com a gestão dos contratos de subconcessão da EP.

4. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato

financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

4.1. Estimativas contabilísticas relevantes

i) Ativos intangíveis

A EP amortiza o seu Direito de Concessão pelo método das unidades equivalentes conforme descrito na nota 3.4, sendo essa amortização portanto baseada na estimativa da totalidade dos rendimentos a gerar pela Concessão até ao seu termo e na valorização da totalidade dos investimentos a efetuar pela EP.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

ii) Padrão estimado das receitas

O montante e o momento da ocorrência das receitas futuras são essenciais para determinar o método das unidades equivalentes, no qual assenta o cálculo da amortização do Direito de Concessão.

Este padrão é estimado com base no histórico recente e nas melhores perspectivas da Administração da EP para o futuro.

Procedeu-se, igualmente, a uma análise de sensibilidade à evolução das receitas da EP ao longo da vida do Contrato e seu impacto nas amortizações do exercício. As análises realizadas foram:

a) Considerou-se que o crescimento real das receitas de portagem após o termo inicial dos contratos de concessão seria de 0% e o crescimento real da CSR seria de acordo com o estimado pela DGEG (Direção Geral de Energia e Geologia) de 2015 a 2020 e após 2021 seria de 0%, mantendo-se o crescimento de acordo com o IPC.

b) Considerou-se que o crescimento real das receitas de portagem após o termo inicial dos contratos de concessão seria de 1% até 2040 e 0% após 2041 e o crescimento real da CSR seria de acordo com o estimado pela DGEG de 2015 a 2020 e após 2021 seria de 0,5%, mantendo-se o crescimento de acordo com o IPC.

c) Considerou-se que o crescimento real das receitas de portagem após o termo inicial dos contratos de concessão seria de 1% e o crescimento real da CSR seria de acordo com o estimado pela DGEG de 2015 a 2020 e após 2021 seria de 1%, mantendo-se o crescimento de acordo com o IPC.

O resultado das diferentes análises no exercício de 2013 é apresentado no seguinte quadro:

(M€)

Análise sensibilidade Crescimento CSR e Portagens			
	Crescimento de 0% para CSR após 2020 e Rec. Portagem após reversão	Crescimento de 0,5% para CSR após 2020 e Rec. Portagem 1% após reversão até 2039 e 0% após 2040	Crescimento de 1% para CSR após 2020 e Rec. Portagem 1% após reversão
Amortizações do Exerc.	200,7	185,8	147,0
Amortizações de Subsídios	(51,0)	(48,0)	(40,3)
Total	149,7	137,7	106,7
Diferença		(11,9)	(43,0)

Por questão de prudência e como efetuado em período anteriores, dado que se trata de uma série muito longa, considerou-se um crescimento real de 0% das receitas de portagem após o termo inicial dos contratos de concessão e da CSR após 2020, mantendo-se o crescimento de acordo com o IPC.

iii) Conservação periódica de estradas e obras de arte

Com base em levantamentos técnicos de necessidades de reparação e do controlo de um índice de qualidade médio das vias e obras de arte é apurado um custo anualizado necessário para a manutenção programada a desenvolver que permita, de acordo com o estipulado no Contrato de Concessão da EP, a manutenção do índice de qualidade médio da rede nos valores em que a mesma foi recebida.

iv) Provisões

A empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

As provisões resultantes de processos judiciais em curso são avaliadas periodicamente pelos advogados internos e externos à EP responsáveis pelos processos em causa.

Relativamente à Provisão para Estradas Desclassificadas, a EP faz um levantamento exaustivo das estradas desclassificadas ainda sobre a sua responsabilidade e verifica, com base em análises técnicas sobre o custo de intervenção de preparação das mesmas para entrega aos municípios, se o valor de provisão registado é o adequado.

Em resultado da evolução do processo do IVA descrito na nota 12 foi constituída uma provisão para o processo do IVA que se estima ser o impacto de uma decisão desfavorável à EP que equivale à totalidade do IVA deduzido pela EP em atividades financiadas pela CSR.

v) Construção por via de Subconcessões

A construção por via de contratos de subconcessão é registada refletindo a evolução física da obra com base em informação da percentagem de

acabamento da obra obtida junto das subconcessionárias e validada pela EP.

vi) Impostos sobre o rendimento

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existe forte segurança de que existirão resultados e matéria coletável futura disponível para a utilização das diferenças temporárias, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expetável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos sejam revertidos. A avaliação dos ativos por impostos diferidos é avaliada pela Gestão no final de cada período de relato, tendo em conta a expectativa de performance da EP no futuro. Os impostos diferidos são determinados com base na legislação fiscal em vigor, ou em legislação publicada para aplicação futura. As alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos, sendo um aspeto analisado cuidadosamente pela Gestão.

4.2. Principais julgamentos na aplicação de políticas contabilísticas relevantes

ij) Valor amortizável do Direito de Concessão

O montante a considerar como valor amortizável do Direito de Concessão, implica a assunção de montantes de execução de obras e manutenção programada até ao termo da concessão.

As alterações entre os valores planeados, contratados e executados podem variar por diversos fatores exógenos à empresa com impacto no montante de amortização a registar no futuro.

5 Política de gestão do risco

5.1. Risco Financeiro

A atividade da EP está exposta a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado, risco de liquidez e riscos de fluxos de caixa associados à taxa de juro, entre outros.

A gestão do risco financeiro é controlada pelo departamento financeiro de acordo com as diretrizes recebidas da Tutela e as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

A EP iniciou o seu endividamento bancário, junto da banca comercial, em meados de 2005, tendo o seu financiamento evoluído da seguinte forma:



Durante o ano de 2013, o endividamento líquido da EP excluindo especializações aumentou 266M€, resultante dos pagamentos referentes a concessões do Estado.

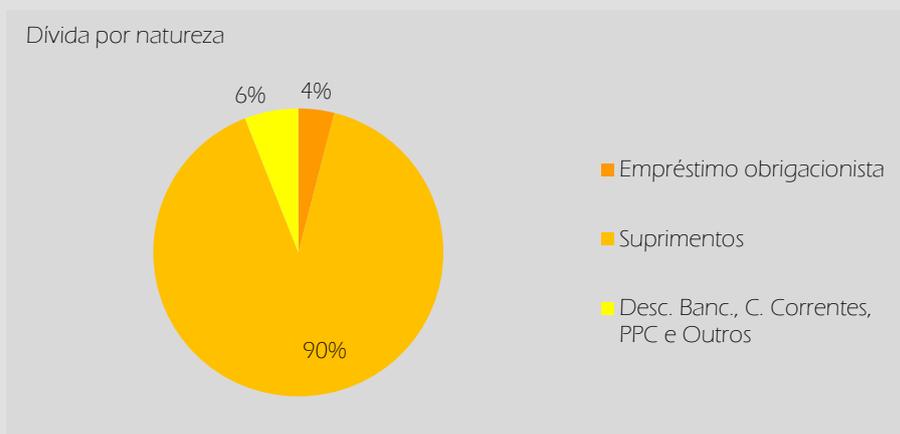
A EP não tem ativos ou passivos em moedas que não o Euro, pelo que não tem riscos de câmbio associados à sua atividade.

5.2. Risco de liquidez

A gestão risco de liquidez implica a manutenção de um nível adequado de caixa e equivalentes de caixa para fazer face às responsabilidades assumidas e procurar adequar a maturidade dos passivos aos ativos da empresa.

Durante o período compreendido entre 2005 e 2007, a dívida bancária da EP era constituída por linhas de crédito de curto prazo, nomeadamente por descobertos bancários e contas correntes. A partir de 2008, converteram-se algumas destas linhas em Programas de Papel Comercial e negociaram-se novas linhas de crédito.

No final de 2009, a EP integrou, na sua dívida, a componente de médio/ longo prazo, através da contratação junto do Banco Europeu de Investimento de um financiamento a 20 anos. Em meados de julho de 2010, a EP reforçou esta componente, ao emitir um empréstimo obrigacionista de 125M€, também pelo período de 20 anos, diversificando tanto as entidades financiadoras como os instrumentos de financiamento. Desde 2011 que a EP tem vindo a receber suprimentos do acionista, tendo o valor de suprimentos ascendido a 2.877m€ no final de 2013, representando cerca de 90% do endividamento da EP.



Em 31 de dezembro de 2013, a dívida da empresa na componente de empréstimos não correntes passou a ter um peso mais significativo face ao ano anterior. Assim, a repartição da dívida da empresa, por maturidade, é a seguinte:

31-12-2013	Corrente	Não corrente		Total
	Até um ano	Entre 2 e 5 anos	Superior a 5 anos	
Financiamentos Obtidos	19.978	100.693	379.122	499.793
Suprimentos	728.505	2.092.008	241.039	3.061.551
	748.483	2.192.701	620.161	3.561.344

31-12-2012	Corrente	Não corrente		Total
	Até um ano	Entre 2 e 5 anos	Superior a 5 anos	
Financiamentos Obtidos	43.004	95.102	403.857	541.963
Suprimentos	513.611	2.280.899	-	2.794.510
	556.615	2.376.001	403.857	3.336.473

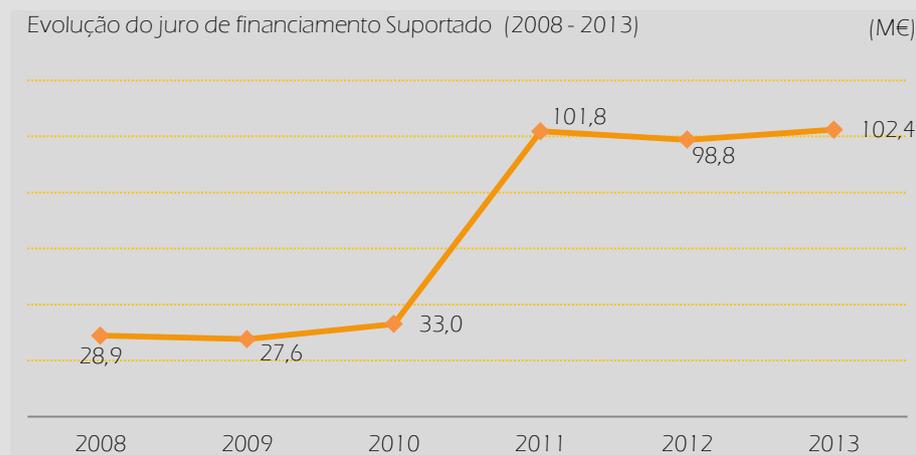
Os quadros anteriores correspondem aos valores a pagar referentes aos financiamentos e suprimentos contratados e desembolsados, incluído os juros que a EP prevê pagar referentes aos mesmos.

Os restantes exfluxos financeiros significativos são os referentes aos pagamentos de contratos de Concessão e Subconcessão, que se encontram apresentados pelo seu valor anual até 2050 na nota 34, período que engloba a totalidade da vida dos atuais contratos.

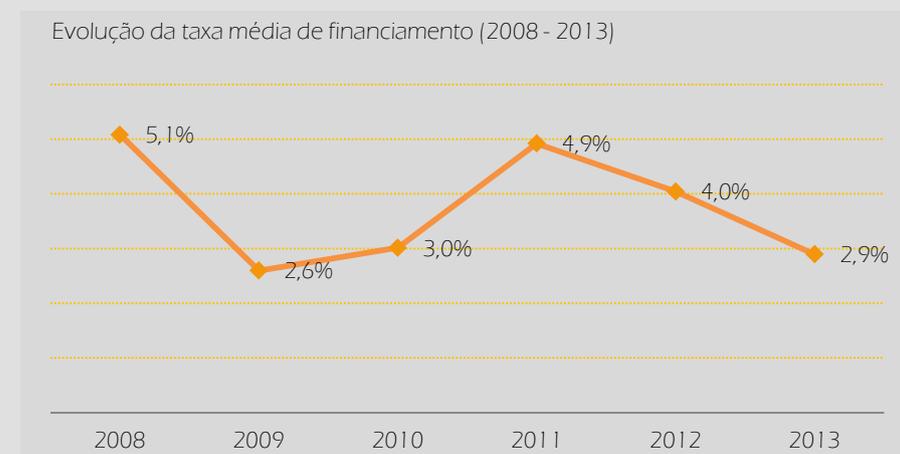
5.3. Risco de taxa de juro

Juros suportados e instrumentos de cobertura de risco

No gráfico seguinte indicam-se os montantes de juros de financiamento pagos entre os anos de 2008 e de 2013:



O aumento do valor de juros pagos durante o ano de 2013 está relacionado com o aumento do valor de financiamentos em resultado da fase de investimento em que se encontra a EP.



Durante o ano de 2010, a EP contratou um instrumento financeiro derivado, SWAP taxa de juro com maturidade de 15 de julho de 2030 e que tinha como montante subjacente 125M€, que se destinou a minimizar o risco de exposição a variação de taxa de juro. Este SWAP encontrava-se mesurado pelo seu justo valor e foi liquidado antecipadamente em junho de 2013, não tendo a EP qualquer SWAP ativo à data de 31 de dezembro de 2013.

31-12-2013	Taxa Variável	Taxa Fixa	Total
Financiamentos Obtidos	-	326.493	326.493
Suprimentos	-	2.861.978	2.861.978
	-	3.188.471	3.188.471

31-12-2012	Taxa Variável	Taxa Fixa	Total
Financiamentos Obtidos	29.293	325.659	354.952
Suprimentos	-	2.585.600	2.585.600
	29.293	2.911.259	2.940.552

Dada a natureza dos ativos a financiar e à modalidade de financiamento que tem estado disponível à EP, a totalidade dos financiamentos apresenta a 31 de dezembro de 2013 taxas de remuneração fixas, pelo que a exposição da EP ao risco de taxa de juro é atualmente muito limitado.

5.4. Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar as suas obrigações contratuais. As receitas da EP resultam principalmente da Contribuição de Serviço Rodoviário (CSR) que é cobrada e entregue à EP pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e das portagens que apresentam uma base de cliente diversificada e composta por operações de reduzido valor pelo que a EP não tem riscos de crédito significativos.

Durante o ano de 2013, a EP cumpriu o previsto no n.º 7 do artigo 124.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, ao nível do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, segundo o qual: “As empresas públicas não financeiras devem manter as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP, E.P.E., sendo -lhes para esse efeito aplicável o regime da tesouraria do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de junho, alterado pelas Leis n.os 3-B/2000, de 4 de abril, e 107-B/2003, de 31 de dezembro”, pelo que se considera que os seus depósitos não têm um risco de crédito associado significativo.

5.5. Gestão do capital

O objetivo da EP em relação à gestão de capital é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da posição financeira. Nesta fase de investimento do contrato de concessão da EP, em que anualmente se tem registado um aumento do endividamento, este tem sido e deverá continuar a ser acompanhado com periódicos aumentos de capital.

6 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

A empresa não procedeu i) a alterações das políticas contabilísticas para os períodos apresentados, ii) alterações de estimativas contabilísticas que se espere que produzam efeitos em períodos futuros, iii) correção de erros de períodos anteriores.

7 Relato por segmentos

A empresa apresenta como segmentos operacionais, a “Operação e Manutenção”, “Construção Própria”, “Concessões” e “Subconcessões”.

O contrato de Concessão é refletido nas contas da EP como um direito de exploração único e indivisível que representa a rede rodoviária nacional e não um conjunto de vias individualizadas.

Em termos de informação de gestão, analisada pelo CA, os diferentes segmentos operacionais definidos, comportam as seguintes atividades:

- **Operação e manutenção:** atividade relacionada com a gestão e conservação das vias e obras de arte e melhoria da segurança da rede rodoviária sob gestão direta da EP;
- **Construção própria:** atividade relacionada com obras de construção e requalificação de vias e obras de arte sob gestão direta da EP;
- **Concessões:** atividade relacionada com a gestão dos contratos de concessão do Estado Português;
- **Subconcessões:** atividade relacionada com a gestão dos contratos de subconcessão da EP.

Resultados

Apresentam-se de seguida os Resultados para os exercícios de 2013 e 2012 por segmento operacional:

Segmento Operacional	(M€)					
	2013	2012	2013		2012	
	Ganhos e Rend. Operacionais		EBITDA	Margem EBITDA	EBITDA	Margem EBITDA
Operação e Manutenção	518	522	343	66%	318	61%
Construção Própria	4	19	0	0%	0	0%
Concessões	307	311	94	31%	118	38%
Subconcessões	288	839	79	28%	108	13%
Não alocado	3	8	-14	-430%	-10	-125%
Total	1.120	1.700	503	44,9%	533	31%
Amortizações Líq. Subsídios			(152)		(168)	
EBIT			351		366	
Resultados Financeiros			(325)		(311)	
RAI			26		54	
Impostos sobre o Rendimento			(11)		(18)	
Resultado Líquido do Período			15		37	

Em 2013 verificou-se uma redução dos rendimentos da EP principalmente devido à redução dos ganhos obtidos com a construção de subconcessões que ascendeu a 288M€ em 2013 face aos 839M€ em 2012. Esta redução traduz a fase de conclusão da construção destas subconcessões.

- **Operação e Manutenção:** Os Gastos relacionados com a operação e manutenção de vias e obras de arte, tanto em 2013 como em 2012, são financiados pela receita da Contribuição do Serviço Rodoviário (CSR), apresentando uma margem EBITDA superior a 60%. Apesar da redução de receita da CSR, registou-se uma variação positiva do EBITDA deste segmento, por a descida de receitas verificada ter sido mais do que compensada por um esforço adicional de redução de despesa principalmente na rubrica de conservação periódica.

- **Construção Própria:** Durante o ano de 2013 verificou-se uma forte redução de atividade deste segmento de negócio. A sua margem é reduzida dado que apenas reflete a alocação dos custos internos.

- **Concessões:** O EBITDA deste segmento é constituído fundamentalmente pelos proveitos resultantes da capitalização de encargos financeiros, uma vez que o resultado da atividade de cobrança de portagem das Concessões é deduzido ao valor do ativo intangível, conforme nota 3.4.

- **Subconcessões:** Em 2013 verificou-se uma redução do EBITDA em resultado da redução da capitalização de encargos financeiros ter sido muito superior ao incremento registado na cobrança de portagens.

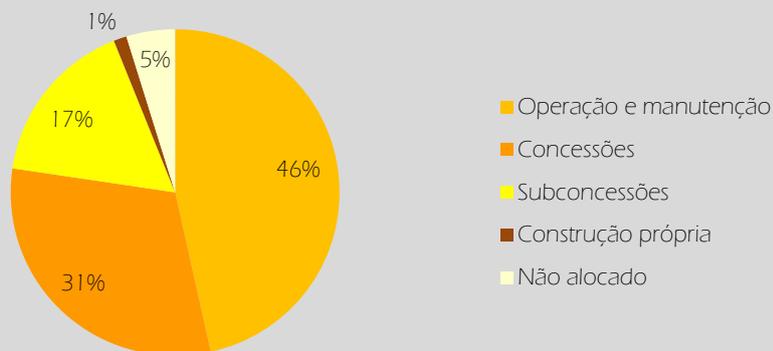
Posição Financeira

	(M€)			
	2013	2012	% 2013	% 2012
Activo	19.721	19.016	100,0%	100,0%
Operação e Manutenção	9.174	9.344	46,5%	49,1%
Concessões	6.080	5.533	30,8%	29,1%
Subconcessões	3.269	3.029	16,6%	15,9%
Construção Própria	252	249	1,3%	1,3%
Não alocado	944	860	4,8%	4,5%
Passivo	18.748	18.066	100,0%	100,0%
Operação e Manutenção	9.115	9.061	48,6%	50,2%
Concessões	5.638	5.376	30,1%	29,8%
Subconcessões	3.831	3.382	20,4%	18,7%
Construção Própria	113	137	0,6%	0,8%
Não alocado	51	109	0,3%	0,6%

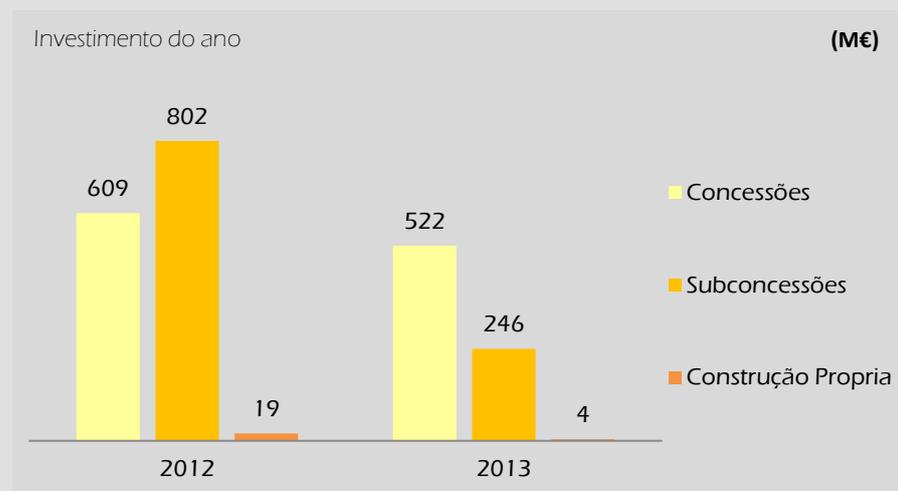
Activo

A 31 de dezembro de 2013, o ativo líquido total da EP ascendeu a 19.700M€. Numa análise ao Ativo por segmento de negócio da empresa verifica-se que os ativos do segmento Operação e Manutenção de vias e obras de arte representam cerca de 47% dos Ativos da EP. O principal ativo deste segmento, como nos restantes, é a sua parcela no Direito de Concessão que foi atribuído à EP aquando da assinatura do Contrato de Concessão com o Estado, que na sua globalidade representa 95% do total dos ativos da EP.

Ativo por segmento de negócio



Do volume de investimento anual registado no ativo destacam-se as concessões e subconcessões que representam a maior fatia do investimento da EP. Comparativamente com o período homólogo as subconcessões apresentam uma redução significativa na sequência da fase da respetiva construção e as concessões apresentam adicionalmente uma redução em resultado da redução de pagamentos do melhor desempenho da receita de portagens destas concessões e de uma menor capitalização de encargos financeiros.



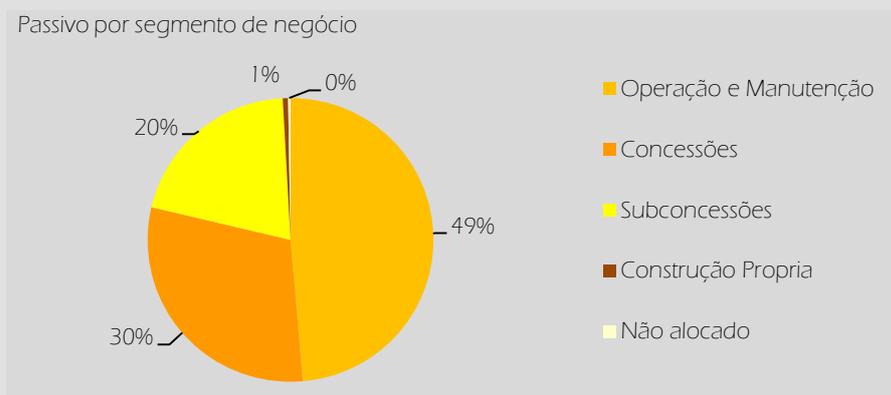
Passivo

Na distribuição do Passivo por segmento, a Operação e Manutenção apresenta um peso semelhante ao do Ativo que é explicado pela alocação a este segmento dos subsídios ao investimento contabilizados em passivo não corrente.

O endividamento financeiro da EP foi contraído para financiamento do investimento realizado em concessões, uma vez que o investimento neste segmento foi superior ao acréscimo de endividamento anual.

O passivo alocado às subconcessões representa as responsabilidades assumidas pela EP decorrentes da execução da construção das diferentes subconcessões, tendo presente que estes contratos têm um período de carência de cinco anos para o início dos pagamentos, o que resulta num aumento

gradual do peso desta área de negócio no total dos passivos nesta fase inicial dos contratos.



Incluído neste passivo encontram-se provisões de valor significativo conforme descrito na nota 18, que se apresentam a seguinte repartição por segmento de negócio:

	(M€)			
	2013	2012	% 2013	% 2012
Provisões	830	824	100,0%	100,0%
Operação e Manutenção	712	688	85,7%	83,4%
Concessões	0	0	0,0%	0,0%
Subconcessões	0	0	0,0%	0,0%
Construção Propria	113	128	13,6%	15,5%
Não alocado	6	9	0,8%	1,1%

8 Ativos fixos tangíveis

Durante os períodos apresentados os movimentos registrados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equip. transporte	Ferramentas e outros	Equip. administrativo	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2012								
Custo de aquisição	1.115	36.851	3.631	5.620	10.894	23.898	2.201	84.210
Depreciações acumuladas	-	(16.183)	(1.099)	(5.603)	(10.841)	(23.453)	-	(57.179)
Valor líquido	1.115	20.668	2.532	17	53	445	2.201	27.032
31 de dezembro de 2012								
Adições	-	98	361	131	15	105	2.035	2.745
Alienações	-	(19)	-	(16)	-	-	-	(36)
Transferências e abates	(123)	892	216	-	-	-	(2.847)	(1.862)
Depreciação - exercício	-	(753)	(586)	(42)	(32)	(189)	-	(1.602)
Depreciação - alienações	-	14	-	16	-	-	-	31
Depreciação- transf. e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	992	20.899	2.522	107	36	361	1.390	26.308
31 de dezembro de 2012								
Custo de aquisição	992	37.821	4.207	5.735	10.908	24.003	1.390	85.057
Depreciações acumuladas	-	(16.923)	(1.685)	(5.628)	(10.873)	(23.642)	-	(58.750)
Valor líquido	992	20.899	2.522	107	36	361	1.390	26.308

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equip. transporte	Ferramentas e outros	Equip. administrativo	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2013								
Custo de aquisição	992	37.821	4.207	5.735	10.908	24.003	1.390	85.057
Depreciações acumuladas	-	(16.923)	(1.685)	(5.628)	(10.873)	(23.642)	-	(58.750)
Valor líquido	992	20.899	2.522	107	36	361	1.390	26.308
31 de dezembro de 2013								
Adições	-	-	14	-	53	6	609	682
Alienações	-	795	-	(67)	-	-	-	728
Transferências e abates	-	-	1.159	(1.482)	(4.147)	(13.582)	(1.928)	(19.980)
Depreciação - exercício	-	(772)	(828)	(42)	(26)	(143)	-	(1.810)
Depreciação - alienações	-	-	-	67	-	-	-	67
Depreciação- transf. e abates	-	-	68	1.482	4.147	13.570	-	19.267
Valor líquido	992	20.921	2.935	66	63	212	71	25.261
31 de dezembro de 2013								
Custo de aquisição	992	38.616	5.380	4.186	6.814	10.427	71	66.486
Depreciações acumuladas	-	(17.695)	(2.445)	(4.120)	(6.751)	(10.215)	-	(41.226)
Valor líquido	992	20.921	2.935	66	63	212	71	25.260

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica "Gastos/(reversões) de Depreciações e amortizações do exercício" da Demonstração do rendimento integral pela sua totalidade.

A EP detém diversas parcelas sobrantes resultantes dos seus processos de expropriação decorrentes da atividade de construção da RRN. Uma vez que a possibilidade de utilização ou comercialização das mesmas está dependente de diversas contingências legais e/ou comerciais, a EP considera que es-

tas parcelas sobranes representam ativos contingentes e não os regista ou divulga até que seja provável que venham a gerar um influxo de benefícios económicos para a empresa, momento em que são registadas como Ativos Detidos para Venda ou Propriedades de Investimento, consoante o destino dado às mesmas.

9 Ativos Intangíveis

Durante os períodos apresentados os movimentos registados em rubricas do ativo fixo intangível foram como segue:

	Direito de Concessão	Software	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2012				
Custo de aquisição	17.857.547	6.461	70	17.864.078
Imparidade acumulada	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(931.434)	(5.972)	(33)	(937.439)
Valor Líquido	16.926.113	489	37	16.926.639
Adições	1.434.930	1.678	10	1.436.618
Alienações	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-
Amortização - exercício	(209.165)	(966)	(17)	(210.147)
Amortização - abates e alienações	-	-	-	-
Valor Líquido	18.151.879	1.201	30	18.153.109
31 de dezembro de 2012				
Custo de aquisição	19.292.477	8.138	80	19.300.696
Imparidade acumulada	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(1.140.599)	(6.938)	(50)	(1.147.586)
Valor Líquido	18.151.879	1.201	30	18.153.109

	Direito de Concessão	Software	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2013				
Custo de aquisição	19.292.477	8.138	80	19.300.696
Imparidade acumulada	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(1.140.599)	(6.938)	(50)	(1.147.586)
Valor líquido	18.151.879	1.201	30	18.153.109
Adições	773.050	503	-	773.553
Alienações	-	(3.989)	-	(3.989)
Transferências e abates	-	204	-	204
Amortização - exercício	(200.676)	(795)	-	(201.470)
Amortização - abates e alienações	-	3.989	-	3.989
Valor líquido	18.724.253	1.113	30	18.725.396
31 de dezembro de 2013				
Custo de aquisição	20.065.527	4.856	80	20.070.463
Imparidade acumulada	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(1.341.274)	(3.743)	(50)	(1.345.068)
Valor líquido	18.724.253	1.113	30	18.725.396

O valor dos intangíveis refere-se essencialmente ao direito resultante do Contrato de Concessão, o qual foi inicialmente reconhecido pelo valor acor-

dado entre a EP e o Estado. O valor deste direito é incrementado mediante investimentos realizados no âmbito do Contrato.

O ativo é constituído mediante a percentagem de acabamento de cada obra, independentemente de essa construção ser efetuada diretamente pela EP ou em regime de Parcerias Público Privadas (PPP).

Dos 773M€ de investimentos no período, cerca de 246M€ correspondem a construção de subconcessões, 522M€ a pagamentos líquidos de recebimentos de concessões do Estado e 5M€ a obra própria da EP.

Nestes valores estão incluídos encargos financeiros capitalizados no valor de 144M€ em 2013 (210M€ em 2012). Ver nota 25.

As amortizações do exercício são calculadas ao abrigo da IFRIC 12 pelo método das unidades equivalentes e incidem sobre o valor do investimento total, já realizado ou a realizar no futuro, no âmbito da Concessão entre a EP e o Estado, com base nos fluxos económico-financeiros para o período da Concessão. Estes valores foram revistos e aprovados pelo Conselho de Administração em outubro de 2013.

A estimativa do investimento total da Concessão teve por base os seguintes principais pressupostos:

- Os encargos anuais com as concessões Ex-SCUT têm efeito até 2032, e representam a melhor estimativa com base nos resultados dos acordos preliminares obtidos entre a Comissão de Negociação e as Concessionárias;
- Os encargos com a construção presente nos contratos de subconcessão, valorizada ao custo de cada caso base, incorporando já as alterações resultantes dos Memorandos de Entendimentos;
- Investimento direto da EP na modernização da rede viária, o qual se divide em investimento de requalificação e construção de variantes;
- Os restantes investimentos da EP consistem em instalação e melhoria de equipamentos e estudos, projetos, fiscalização e assistência;
- Os encargos com conservação periódica refletem as novas diretrizes resultantes da implementação do novo plano estratégico conforme detalhado na nota 26;
- O Plano Rodoviário Nacional 2000 é realizado até 2040;

O valor do investimento total é amortizado em função da melhor estimativa das receitas a gerar no período da concessão.

A estimativa das receitas anuais teve por base os seguintes principais pressupostos:

- Contribuição do Serviço Rodoviário (CSR), até 2014, assume o expresso no orçamento 2013 da EP. De 2015 a 2020 foram considerados a evolução dos consumos de combustíveis de acordo com a Direção Geral de Energia e Geologia e uma taxa de crescimento das tarifas de 2%/ano. A partir de 2021, a CSR evolui com base num pressuposto de crescimento anual dos consumos de gasolina e gasóleo rodoviário de 0% e de evolução dos valores unitários por litro consumido, de acordo com o IPC (2%/ano). Adicionalmente, não foram consideradas as isenções sobre os consumos de biogolina e biogásóleo a partir de 2015;
- Receitas de portagens das subconcessões baseiam-se nos casos base, ou em estudos de tráfego efetuados por consultores especializados mais recentes, disponíveis à data da revisão e aprovação dos fluxos económico-financeiros para o período da Concessão. Após a reversão das subconcessões

para a EP, considera-se um crescimento de acordo com o IPC, com base no último ano destes estudos e casos base;

- Após a reversão das Ex-SCUT para a EP, considera-se um crescimento de acordo com o IPC, com base em estudos de tráfego efetuados por consultores especializados mais recentes disponíveis à data;

- Nas Concessões do Estado em regime de portagem real, após a reversão das concessões para a EP, considera-se um crescimento de acordo com o IPC, com base no último ano dos respetivos casos base ou em estudos de tráfego efetuados por consultores especializados mais recentes disponíveis à data;

- Em geral, as restantes receitas operacionais (receitas de áreas de serviço, telemática e outras) foram estimadas em 2013, no âmbito da preparação do K16 para os próximos 3 anos, assumindo-se após esse período um crescimento nominal em linha com o IPC.

Com base nestes pressupostos, a amortização registada no exercício de 2013 ascendeu a 200,7M€.

10 Ativos e passivos por impostos Diferidos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados na Demonstração da posição financeira pelo seu valor bruto.

É convicção do Conselho de Administração que os resultados fiscais gerados no futuro permitirão a reversão da totalidade dos ativos por impostos diferidos registados.

Os ativos e passivos por impostos diferidos foram valorizados à taxa nominal de IRC que é expetável que sejam revertidos, tendo sido utilizada uma taxa nominal de 29.5%, sendo que anteriormente eram valorizados à taxa de 29% ou 31.5% consoante a sua perspetiva temporal de utilização.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os exercícios apresentados, foi como se segue:

Impacto dos movimentos nas rubricas de Impostos diferidos

	31.12.2013	31.12.2012
Impacto na demonstração dos resultados		
Activos por impostos diferidos	11.517	24.133
Passivos por impostos diferidos	3.894	3.956
	15.410	28.090
Impactos no capital próprio		
Activos por impostos diferidos	-	-
Passivos por impostos diferidos	-	-
	-	-
Impacto líquido dos impostos diferidos	15.410	28.090

Os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue:

Ativos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	Provisões Plano Social	Provisão Estradas Desclassificadas	Provisão IVA	Conser-vação Periódica	Bene-fícios aos colabора-dores	Ajusta-mento clientes	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2012	2.027	349	34.341	13.604	821	-	1.735	52.876
Alterações no período								
Constituição/reversão por capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversão por resultados	(841)	-	-	-	-	-	-	(841)
Constituição por resultados	772	1.618	6.511	15.944	-	129	-	24.974
Movimento do período	(68)	1.618	6.511	15.944	-	129	-	24.133
A 31 de dezembro de 2012	1.959	1.967	40.852	29.547	821	129	1.735	77.009

	Provisões Plano Social	Provisão Estradas Desclassificadas	Provisão IVA	Conser-vação Periódica	Bene-fícios aos colabора-dores	Ajusta-mento clientes	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2013	1.959	1.967	40.852	29.547	821	129	1.735	77.009
Alterações no período								
Constituição/reversão por capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversão por resultados	(613)	-	-	-	(174)	-	-	(787)
Efeito alteração de taxa de imposto	(85)	(125)	(3.006)	653	(41)	(11)	30	(2.586)
Constituição por resultados	-	-	6.500	8.339	-	50	-	14.890
Movimento do período	(698)	(125)	3.494	8.992	(215)	39	30	11.517
A 31 de dezembro de 2013	1.261	1.842	44.346	38.540	606	168	1.765	88.526

Passivos por impostos diferidos – Movimentos do ano

	Transição de norma-tivo	Total
A 1 de janeiro de 2012	11.555	11.555
Alterações no período		
Constituição/reversão por capital	-	-
Constituição por resultados	-	-
Reversão por resultados	(3.956)	(3.956)
Movimentos do período	(3.956)	(3.956)
A 31 de dezembro de 2012	7.599	7.599

	Transição de norma-tivo	Total
A 1 de janeiro de 2013	7.599	7.599
Alterações no período		
Constituição/reversão por capital	-	-
Constituição por resultados	-	-
Efeito de alteração de taxa de imposto	63	63
Reversão por resultados	(3.956)	(3.956)
Movimentos do período	(3.894)	(3.894)
A 31 de dezembro de 2013	3.705	3.705

11 Clientes e Outras contas a receber

No período findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a decomposição das rubricas de Clientes e Outras contas a receber, é como segue:

	31.12.2013			31.12.2012		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes	36.004	-	36.004	24.523	-	24.523
Clientes Cobrança Duvidosa	3.349	-	3.349	3.256	-	3.256
	39.353	-	39.353	27.779	-	27.779
Imparidade clientes	(3.349)	-	(3.349)	(3.256)	-	(3.256)
Total Clientes	36.004	-	36.004	24.523	-	24.523
Acrescimo Rendimentos CSR	85.921	-	85.921	81.518	-	81.518
Fundos Comunitários	965	-	965	215	-	215
Outros	26.602	-	26.602	7.336	-	7.336
	113.488	-	113.488	89.069	-	89.069
Imparidade de outras contas a receber	(5.982)	-	(5.982)	(5.982)	-	(5.982)
Total Outras contas a Receber	107.505	-	107.505	83.086	-	83.086

Acréscimo de Rendimentos CSR corresponde ao reconhecimento do proveito dos dois últimos meses do período contábilístico uma vez que a CSR é faturada e cobrada com esse mesmo desfasamento de tempo.

O valor de Fundos Comunitários corresponde aos valores de fundos comunitários de subsídios ao investimento a receber, considerando a despesa já incorrida e os pedidos de reembolso correspondentes efetuados.

A rubrica Outros apresenta um aumento significativo em resultado de notas de crédito de fornecedores recebidas em dezembro de 2013 que serão apenas descontadas em pagamentos efetuados em 2014.

Dos 36.004m€ do valor a receber de clientes a 31 de dezembro de 2013, 21.666m€ são referentes a valores a receber de portagens, apenas recebidas em 2014 pela EP.

Antiguidade de saldos a receber de clientes

31.12.2012	Total em dívida	até 30 dias	de 30 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 361 dias
Clientes	24.523	17.437	2.756	1.322	3.008
Clientes Cobrança Duvidosa	3.256	-	5	98	3.153
Total	27.779	17.437	2.761	1.420	6.161

31.12.2013	Total em dívida	até 30 dias	de 30 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 361 dias
Clientes	36.004	23.894	9.235	814	2.061
Clientes Cobrança Duvidosa	3.349	-	-	391	2.958
Total	39.353	23.894	9.235	1.205	5.019

Os saldos com antiguidade elevada e não considerados de cobrança duvidosa referem-se principalmente a saldos de entidades públicas, no âmbito da execução de obras na RRN.

Imparidade de Clientes

	31.12.2013	31.12.2012
Início Período	3.256	-
Aumentos	94	3.256
Utilizações	-	-
Reduções	-	-
Fecho Período	3.349	3.256

O ajustamento de clientes resulta de saldos de clientes, que, com base na análise efetuada às contas correntes foram considerados como de recuperabilidade duvidosa.

Imparidade de outras contas a receber

	31.12.2013	31.12.2012
Início Período	5.982	5.982
Aumentos	-	-
Utilizações	-	-
Reduções	-	-
Fecho Período	5.982	5.982

A EP analisa periodicamente a qualidade dos seus saldos a receber, não tendo considerado necessário qualquer imparidade adicional no período aos já registados, e não existiu adicionalmente qualquer alteração à situação dos saldos ajustados em períodos anteriores. Todos os saldos em imparidade resultam da execução de obras na RRN.

12 Estado e outros entes públicos

	31.12.2013		31.12.2012	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento i)	533	-	-	3.929
Total Ativos/Passivos para imposto corrente	533	-	-	3.929
Retenção Imposto s/ Rendimento	-	477	-	367
Imposto s/ valor acrescentado - IVA ii)	682.722	-	592.443	-
Contribuições p/ SS, CGA e ADSE	-	1.534	-	1.458
Outros impostos	-	4	-	2
Total Estado e outros entes públicos	682.722	2.015	592.443	1.827

i) Para os períodos apresentados o saldo credor/devedor de IRC tem a seguinte decomposição:

	31.12.2013	31.12.2012
Pagamentos por conta	27.465	42.305
Retenções na fonte	71	67
Estimativa de IRC	(27.002)	(46.301)
Total	533	(3.929)

ii) Como referido nesta nota, na rubrica de Estado e outros entes públicos consta um saldo a receber de IVA no montante de 682.722m€, dos quais já

foram efetuados pedidos de reembolso no valor de 227.562m€. Este saldo a recuperar resulta fundamentalmente do IVA deduzido pela EP na sua atividade, considerando que a EP tem direito a esta dedução devido ao facto do Estado ter arrecadado IVA sobre uma receita própria da EP - Contribuição de Serviço Rodoviário - o qual, segundo os mecanismos legalmente estabelecidos para a sua liquidação e cobrança, lhe foi entregue pelas distribuidoras de combustível.

A EP tem dois processos a correr, sendo o primeiro relativo ao pedido de reembolso de IVA até junho de 2009 e o segundo relativo ao pedido de reembolso de IVA de julho a setembro e dedução de outubro de 2009.

O primeiro processo, relativo ao pedido de reembolso de IVA até junho de 2009, veio a ser indeferido pela Autoridade Tributária e Aduaneira que emitiu notificações de liquidações adicionais de IVA e juros no montante de 277.124m€ e 11.697m€, respetivamente.

Não concordando com aquelas liquidações por as considerar indevidas, em 30 de novembro de 2010 a EP apresentou no Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada impugnação judicial do indeferimento ao Recurso Hierárquico, tendo o pedido da EP sido considerado improcedente em primeira instância já em janeiro de 2013. A EP, não concordando com a decisão, apresentou recurso da mesma em 6 de março de 2013.

O segundo processo, referente ao pedido de reembolso de IVA de julho a setembro e dedução de outubro de 2009, que também veio a ser indeferido pela AT, foram emitidas notificações de liquidações adicionais de IVA e juros no montante de 64.506m€ e 763m€ respetivamente. Em 29 de julho de 2011, a EP apresentou no Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada impugnação judicial do indeferimento ao Recurso Hierárquico, tendo o pedido da EP sido considerado improcedente em primeira instância já em janeiro de 2013. A EP, não concordando com a decisão, apresentou recurso da mesma em 11 de março de 2013.

Em resultado da evolução descrita do processo do IVA, a EP reforçou em 2013 a provisão no valor de 22.198m€, ascendendo o seu valor acumulado em 31 de dezembro de 2013 a 281.459m€, o que corresponde ao IVA que a EP estima que deixaria de receber da AT caso fosse considerado que a CSR não é uma receita sujeita a IVA. Ver Nota 18.

13 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a empresa tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

	31.12.2013	31.12.2012
Seguros	20	1
Trabalhos especializados	13	115
Outros serviços	371	388
Gastos a reconhecer	404	504
Subsídios ao Investimento	10.313.014	10.357.212
Fee Assinatura Concessão Grande Lisboa	25.666	26.833
Fee Assinatura Concessão Douro Litoral	153.749	161.436
Venda Prazo Concessão Brisa	152.300	152.300
Rendimentos não correntes a reconhecer	10.644.729	10.697.781
Fee Assinatura Concessão Grande Lisboa	1.167	1.167
Fee Assinatura Concessão Douro Litoral	7.687	7.687
Contratos Promessa Compra e Venda - Imóveis	140	140
Outros rendimentos	1.228	1.334
Rendimentos correntes a reconhecer	10.222	10.329

Os gastos a reconhecer referem-se a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não prestados.

Os rendimentos a reconhecer resultam essencialmente de subsídios ao investimento no valor de 10.313M€ (ver nota 17), de recebimentos antecipados de rendimentos de concessões no valor de 340.6M€ e de valores de vendas de imóveis já faturados aquando do contrato de promessa de compra e venda que apenas serão reconhecidos como rendimentos no momento da escritura e de valores de proveitos referentes ao Canal Técnico Rodoviário.

14 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2013, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

Detalhe da caixa e depósitos bancários	31.12.2013	31.12.2012
Caixa	106	509
Depósito Bancários	17.609	35.613
Subtotal (Demonstração de Posição Financeira)	17.715	36.122
Decobertos Bancários	(834)	(5.144)
Total (Demonstrações de Fluxos de Caixa)	16.881	30.977

De referir que não existem quaisquer restrições à movimentação destes valores.

Os descobertos bancários na Demonstração da Posição Financeira são apresentados no Passivo Corrente na rubrica de Financiamentos Obtidos conforme explicitado na Nota 19.

15 Capital

Em dezembro de 2013 ocorreu um aumento de capital no valor de 8.990m€ através da emissão de 1.798 novas ações nominativas, de 5.000€ cada, subscritas ao par pelo acionista Estado Português já integralmente realizadas.

O capital social da EP – Estradas de Portugal, S. A., à data de 31 de dezembro de 2013 é composto por 94.598 ações nominativas escriturais de 5m€ cada representativas do capital social no valor de 472.990m€ e encontra-se integralmente subscrito e realizado pelo Estado, sendo detidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças através do qual são exercidos os direitos do Estado como acionista.

16 Reservas

As rubricas “Reservas” registaram os seguintes movimentos durante o período findo em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

	Reserva Estatutária - Geral	Reserva Estatutária - Investimento	Reserva de Transição	Total Outras Reservas	Reserva Legal	Total
1 de Janeiro de 2012	23.025	112.226	51.246	186.497	56.265	242.762
Adições	14.377	38.735	-	53.112	7.189	60.301
Regularização por resultados	-	-	3.957	3.957	-	3.957
Alienações	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2012	37.403	150.961	55.203	243.566	63.454	307.020
Adições	3.669	31.185	-	34.853	1.834	36.688
Regularização por resultados	-	-	3.894	3.894	-	3.894
Alienações	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2013	41.071	182.145	59.097	282.313	65.288	347.601

A legislação comercial, estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que este represente pelo menos 20% do Capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

De acordo com o art.º 22º do Decreto-Lei nº 374/2007 de 7 de novembro a EP deve constituir anualmente as seguintes reservas:

a) Reserva geral - Uma percentagem não inferior a 10% dos resultados de cada exercício, apurados de acordo com as normas contabilísticas vigentes, é destinada à constituição da reserva geral.

- Esta reserva pode ser utilizada para cobrir eventuais prejuízos do exercício.

b) Reserva para investimentos:

i) A parte dos resultados apurados em cada exercício que lhe seja anualmente destinada;

ii) As receitas provenientes de participações, subsídios, subvenções ou quaisquer compensações financeiras de que a empresa seja beneficiária e destinadas a esse fim;

iii) Os rendimentos especialmente afetos a investimentos.

17 Subsídios ao Investimento

A rubrica do Passivo Não Corrente “Diferimentos” incorpora os subsídios ao investimento recebidos pela EP para financiar o ativo intangível referente ao Direito de Concessão e ainda não reconhecidos por via de resultados. Estes subsídios são amortizações ao longo do período da concessão à taxa do referido ativo intangível. Estes subsídios registam os seguintes movimentos durante o período findo em 31 de dezembro de 2013:

	Subsídios ao Investimento
A 31 de dezembro de 2011	10.371.714
Aumentos	29.591
Abates	-
Amortizações	(44.094)
31 de dezembro de 2012	10.357.212

	Subsídios ao Investimento
A 31 de dezembro de 2012	10.357.212
Aumentos	6.810
Abates	-
Amortizações	(51.008)
31 de dezembro de 2013	10.313.014

18 Provisões

A evolução das provisões para Outros riscos e encargos nos exercícios de 2013 e 2012 é como segue:

	Riscos Gerais	Expropri.	Empreita-das	Benefí-cios aos colabore-adores	Estradas Desclas.	Plano Social	Emp. Fase Negocial	Processo IVA	Total
1 de janeiro de 2012	18.832	84.893	69.834	3.394	411.306	6.435	1.398	233.953	830.046
Dotação	858	1.516	16.501	-	5.137	2.452	352	25.307	52.123
Redução	(3.562)	(12.420)	(33.123)	(772)	(4.088)	(2.669)	(1.164)	-	(57.799)
31 de dezembro de 2012	16.128	73.989	53.211	2.622	412.354	6.218	587	259.260	824.370
Saldo corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	16.128	73.989	53.211	2.622	412.354	6.218	587	259.260	824.370
	16.128	73.989	53.211	2.622	412.354	6.218	587	259.260	824.370

	Riscos Gerais	Expropri.	Empreita-das	Benefícios aos colabore-adores	Estradas Desclas.	Plano Social	Emp. Fase Negocial	Processo IVA	Total
1 de janeiro de 2013	16.128	73.989	53.211	2.622	412.354	6.218	587	259.260	824.370
Dotação	5.986	5.823	6.484	-	-	773	-	22.198	41.264
Redução	(3.467)	(12.993)	(14.530)	(569)	(878)	(2.718)	(25)	-	(35.180)
31 de dezembro de 2013	18.647	66.819	45.165	2.052	411.476	4.273	562	281.459	830.454
Saldo corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	18.647	66.819	45.165	2.052	411.476	4.273	562	281.459	830.454
	18.647	66.819	45.165	2.052	411.476	4.273	562	281.459	830.453

Provisões para Processos judiciais em curso

- **Riscos gerais:**

Da análise realizada pelo Gabinete Jurídico foi admitido um risco de 18.647€ reportado a 31 de dezembro 2013 inerente a responsabilidades potenciais de processos de contencioso geral sem conexão com empreitadas.

- **Expropriações**

Esta provisão foi constituída para fazer face ao risco da EP vir a efetuar pagamentos adicionais relativos aos processos de expropriação que se encontram em litígio. Esta resulta da consulta realizada pelo Gabinete de Contencioso geral, aos advogados externos e internos dos processos.

Do total de 12.993m€ reduzidos a esta provisão, 8.543m€ são respeitantes a pagamentos de processos findos no exercício, dos quais 8.158m€ são correspondentes a processos expropriativos de concessões do Estado e apenas 385m€ a obra própria da EP.

É de referir que pela sua natureza a totalidade dos reforços e reduções desta provisão tem como contrapartida ativos intangíveis em curso.

- **Empreitadas:**

No caso dos Processos de Contencioso Geral Com Conexão com Empreitada, da análise efetuada pelos advogados externos e internos aos processos, foi estimado um risco de 45.165m€. Este valor é influenciado pela redução desta provisão no período em cerca de 14.530m€ dos quais 13.605m€ correspondem a libertação de provisões resultantes de processos findos em que o encargo suportado pela EP foi inferior ao valor de risco provisionado. É de referir que pela sua natureza a totalidade dos reforços e reduções desta

- **Processo IVA:**

Foi decidido em 2010, por uma questão de prudência e em resultado da evolução do processo do IVA descrito na nota 12, a constituição de uma provisão para o processo do IVA que se estima ser o impacto de uma decisão desfavorável à EP.

Uma vez que a questão que originou o diferendo entre a EP e a AT foi a aceitação ou não da CSR como uma receita sujeita a IVA, foi constituída uma provisão que equivale à totalidade do IVA deduzido pela EP em atividades financiadas pela CSR. De referir ainda que a contrapartida desta provisão foi efetuada com base na classificação contabilística da despesa que originou o IVA dedutível, ou seja, IVA deduzido relativo a gastos do exercício foi provisionado por contrapartida de gastos (20.636m€) e o IVA deduzido relativo à aquisição ou construção de ativos foi provisionado por contrapartida de ativo intangível (1.563m€).

Provisões para outras situações não Contenciosas

- **Provisão para Estradas Desclassificadas**

A concretização dos Protocolos de Transferência para a tutela das Autarquias originou a utilização desta provisão no valor de 878m€. Foi efetuado um estudo interno pela EP que resultou na redução da estimativa de custo da transferência futura de estradas desclassificadas considerado no apuramento desta provisão em anos anteriores, o que em conjunto com o aumento dos kms de estradas desclassificadas sobre a tutela da EP, principalmente pela construção das subconcessões, resultou em que fosse considerado pela EP que a provisão registada reflete a melhor estimativa para cumprir com as obrigações de requalificação das estradas desclassificadas, ainda a cargo da empresa.

- **Provisão para Plano Social**

Esta provisão destina-se a fazer face aos compromissos com o Plano Social de Racionalização de Quadros já assumidos pela EP a 31 de dezembro de 2013. Este consiste num plano de rescisões por mútuo acordo desenvolvido no sentido de adaptar a organização ao Plano Estratégico o que implica, na sequência da reestruturação orgânica, a revisão dos perfis funcionais, particularmente em áreas de maior transformação organizacional, e consequente ajustamento dessas equipas.

O valor provisionado corresponde à melhor estimativa da Gestão para os valores das compensações a pagar aos colaboradores abrangidos por este plano.

- **Provisão para Empreitadas em fase negocial**

De acordo com a informação recebida dos serviços competentes, a melhor estimativa de risco associada a estes processos ascende a 562m€.

- **Benefícios aos colaboradores**

A EP tem atribuídos benefícios de pensões de reforma antecipada temporária e complementos de pensões de reforma e sobrevivência, que a 31 de dezembro de 2013 apresenta o valor de 2.052m€.

Os complementos de reforma e sobrevivência atribuídos aos empregados constituem um plano de benefícios definidos, em que a EP efetua pagamentos de reforma antecipada a um grupo fechado de colaboradores que estão abrangidos por este programa até ao momento da sua reforma pela Caixa Geral de Aposentações.

O mais recente estudo atuarial efetuado teve por base os seguintes pressupostos principais:

Principais Pressupostos	
Taxa de desconto	4,0%
Taxa de crescimento das pensões	1,0%
Tábua de mortalidade	Tábua francesa TV 88/90

Reformas Antecipadas Temporárias	
Legislação	Art. 12º do Decreto-Lei nº 237/99 de 25 de Junho, art. 10º do Decreto-Lei nº 227/2002 de 30 de Outubro e art. 16º do Decreto-Lei nº 239/2004, de 21 de Dezembro
Elegibilidade	Trabalhadores da Ex-JAE, que em 31 de Dezembro de 2000, tivessem 30 ou mais anos de serviço ou 50 ou mais anos de idade e pelo menos 20 anos de serviço
Data fim do pagamento	Data em que o aposentado atinja os 60 anos de idade com 36 anos de serviço, na presunção que se tivesse mantido ao serviço da empresa, ou complete 70 anos de idade
Atualização	De acordo com a portaria dos aumentos para a função pública
Numero de pagamentos anuais	As pensões são pagas 14 vezes por ano, com exceção dos anos 2012 e 2013 onde o pagamento dos subsídios de férias e de Natal é o seguinte: abaixo de 600€ são pagos ambos; entre 600 e 1.100€ apenas 1 e acima dos 1.100 € não há lugar a pagamento de subsídios.

Acidentes de trabalho - Pensões de Invalidez	
Legislação	Lei nº2127, de 3 de Agosto de 1965
Data fim do pagamento	Vitalício
Atualização	Por decisão do tribunal e a pedido do Ministério Público
Numero de pagamentos anuais	As pensões são pagas 13 vezes por ano

Acidentes de trabalho - Pensões de Sobrevivência	
Legislação	Decreto-Lei nº 38523, de 23 de Novembro de 1951
Elegibilidade	Cônjuges, enquanto mantiverem o estado civil de viúvos e filhos até aos 18 anos ou 21 se frequentarem o ensino secundário ou equiparado e, independentemente da idade, se sofrerem de incapacidade absoluta e permanente para o trabalho
Data fim do pagamento	Vitalício
Atualização	De acordo com a portaria dos aumentos para a função pública
Numero de pagamentos anuais	As pensões são pagas 14 vezes por ano

Esta provisão é referente a responsabilidades sobre benefícios atribuídos a um grupo já reduzido de beneficiários, cerca de 48, por um período de tempo limitado, pelo que foi opinião do Conselho de Administração que não era necessária a avaliação anual sobre estas responsabilidades por empresa especializada, tendo esta responsabilidade sido avaliada por meios internos.

19 Financiamentos Obtidos

O detalhe dos financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do exercício, é como segue:

	31.12.2013			31.12.2012		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Papel Comercial	-	-	-	24.149	-	24.149
Empréstimos Obrigacionistas	-	125.000	125.000	-	125.000	125.000
Empr. Banc. em Conta Corrente	6.689	193.970	200.659	-	200.659	200.659
Descobertos Bancários	834	-	834	5.144	-	5.144
	7.523	318.970	326.493	29.293	325.659	354.952
Gastos com financiamento - especialização	(4.337)	-	(4.337)	(4.833)	-	(4.833)
Gastos com financiamento (antecipação)	3.945	-	3.945	27.986	-	27.986
	7.130	318.970	326.101	52.446	325.659	378.105

Considerando a atual conjuntura dos mercados financeiros, o acionista deverá manter o seu apoio à empresa, dotando-a dos meios necessários para suprir as necessidades de financiamento, nomeadamente no curto prazo. Ver adicionalmente nota 20.

A exposição dos empréstimos da EP às alterações das taxas de juro nos períodos contratuais em curso é a seguinte:

	31.12.2013	31.12.2012
Taxas de juro variáveis		
correntes	-	29.293
não correntes	-	-
	-	29.293

No que respeita à maturidade dos empréstimos não correntes, esta decompõe-se da seguinte forma:

	31.12.2013	31.12.2012
Entre 2 e 5 anos	53.509	40.132
Superior a 5 anos	265.461	285.527
	318.970	325.659

Estes financiamentos têm uma taxa média de financiamento de 4.01% (4.17% em 2012).

A 31 de dezembro de 2013, a EP possuía ainda linhas de crédito contratadas e não utilizadas no valor de cerca de 100M€.

20 Suprimentos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o detalhe da rubrica de Suprimentos é como segue:

	31.12.2013			31.12.2012		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Contrato de Suprimentos	646.400	2.215.578	2.861.978	426.250	2.159.350	2.585.600
Gastos com suprimentos (antecipação)	15.015	-	15.015	-	-	-
	661.415	2.215.578	2.876.993	426.250	2.159.350	2.585.600

Estes contratos de suprimentos tiveram como objetivo permitir à EP reembolsar algumas linhas de crédito e satisfazer necessidade de financiamento da empresa no ano de 2013.

Estes financiamentos são remunerados a diferentes taxas fixas nominais anuais, acordadas com a DGTF, em função dos valores e datas dos respetivos desembolsos financeiros.

No que respeita à maturidade dos suprimentos, esta decompõe-se da seguinte forma:

	31.12.2013	31.12.2012
Entre 2 e 5 anos	1.981.369	2.159.350
Superior a 5 anos	234.209	-
	2.215.578	2.159.350

Estes suprimentos têm uma taxa média de financiamento de 2.76% (4.01% em 2012).

21 Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

	31.12.2013			31.12.2012		
	Corrente	"Não corrente"	Total	Corrente	"Não corrente"	Total
Fornecedores investimentos						
Fornecedores gerais i)	17.391	-	17.391	9.564	-	9.564
Outros credores						
Credores diversos ii)	1.644	-	1.644	1.385	-	1.385
Acréscimos de gastos						
Subconcessões ii)	554.455	3.276.886	3.831.340	-	3.375.616	3.375.616
Conservação Periódica de Estradas iii)	130.643	-	130.643	101.887	-	101.887
Férias e sub. férias	3.317	-	3.317	3.856	-	3.856
Outros iv)	33.015	-	33.015	28.159	-	28.159
Outras contas a pagar	740.464	3.276.886	4.017.350	144.852	3.375.616	3.520.468

i) Fornecedores de investimentos – esta rubrica refere-se maioritariamente aos valores faturados pela execução de empreitadas em obras próprias.

ii) Nesta conta está registada a responsabilidade da EP para com as sub-concessionárias pelos serviços de construção e operação e manutenção já efetuados por estas no valor de 3.585.709m€, remuneradas contabilisticamente a taxas entre os 5% e os 9%, dos quais 308.823m€ a pagar no ano de 2014, e as responsabilidades resultantes da transferência da A21 para a EP ocorrida em 2010 que a 31 de dezembro de 2013 ascende a 245.632m€ a pagar na sua totalidade em 2014.

iii) Esta conta representa a responsabilidade da EP de manter ou repor a infraestrutura em determinados níveis de serviço e é constituída ao longo do período que decorre até à data prevista de execução dos trabalhos.

iv) A rubrica Outros inclui fundamentalmente valores a pagar pela EP referentes ao seu contrato de concessão com o Estado no valor de 24.037m€.

22 Outros passivos não correntes

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o detalhe da rubrica de Outros passivos não correntes é como segue:

	31.12.2013		31.12.2012	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Swap de Taxa de Juro	-	-	-	14.195
Total	-	-	-	14.195

	Nocional	Data Maturidade	Periodicidade	Taxas trocadas	Justo Valor
Swap de Taxa de Juro	125.000	15-07-2030	Anual	"EP recebe: 6.45% EP Paga: Anos 1-3 6.20%; Anos 4-5 8.20% - [35% x CIP]; Anos 6-7 8.20% - [30% x CIP]; Anos 8-20 8.20% - [25% x CIP]; Cap= 7.20%; Floor=0.00%;"	-

CIP : Performance cumulativa do Index = [Cupão Index (t) / Index Inicial] - 1; Index : DB USD PULSE Index [Bloomberg DBPPULSU Index]

O saldo desta rubrica a 31 de dezembro de 2012 refere-se ao instrumento financeiro de cobertura negociado pela EP em vigor que respeita a um "swap" contraído no segundo semestre de 2010 com o objetivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimo obrigacionista de 125.000m€.

Este instrumento de cobertura de taxa de juro encontrava-se contabilizado como para negociação, avaliado pelo seu justo valor, à data da Demonstração da posição financeira, determinado por avaliação efetuada por empresa especializada independente e corresponde ao valor "mark-to-market" determinado com base nas condições acordadas e a curva de taxas de juro de mercado estimadas, à data da Demonstração da posição financeira, e em que as alterações de justo valor são registadas por resultados.

Justo valor a 31 de dezembro de 2012	(14.195)
Justo valor à data da liquidação antecipada	(12.950)
Varição de justo valor	1.245
Valor de liquidação antecipada	(8.988)
Ganhos com liquidação antecipada	3.962
Ganhos do período	5.207

Este swap foi liquidado antecipadamente no decorrer do mês de junho de 2013 por um valor inferior ao seu justo valor a 31 de dezembro de 2012, dando assim origem ao registo de um proveito financeiro de cerca de 5.207m€, conforme nota 30.

23 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos de fornecedores correspondem a:

	31.12.2013	31.12.2012
Fornecedores conta corrente	25.703	11.991
Total saldo fornecedores - correntes	25.703	11.991
Adiantamentos a fornecedores (saldo devedor)	(36.534)	(16.151)
Total saldo adiantamentos fornecedores	(36.534)	(16.151)

O aumento registado na rubrica de fornecedores é resultado do investimento significativo da EP no final de 2013 em intervenções de resposta a intempéries parcialmente pagas em 2014.

A variação significativa registada na conta de adiantamentos a fornecedores é resultado da aplicação do regime transitório dos contratos de cobrança de portagens nas Concessões Algarve, Beira Litoral e Alta, Beira Interior e Interior Norte, em que os operadores se encontram a reter receitas de portagens da EP como acordado para o desenvolvimento da atividade de cobrança de portagens até à finalização da formalização do respetivo contrato de prestação de serviços.

24 Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e serviços prestados reconhecido na Demonstração do rendimento integral, é detalhado como segue:

	31.12.2013	31.12.2012
Prestações de Serviços		
Contratos de Construção i)	343.582	939.486
Contribuição de Serviço Rodoviário ii)	508.580	511.745
Portagens iii)	240.152	211.885
Licenciamentos	4.799	6.342
Outros	2.889	3.613
Vendas e prestações de serviços	1.100.003	1.673.070

i) Contratos de construção

Esta conta representa os rendimentos da EP com a sua atividade de construção da RRN de acordo com o definido no seu Contrato de Concessão. Esta inclui a totalidade das atividades de construção da EP por via direta ou subconcessão.

O detalhe de contratos de construção, nos períodos relatados, é como segue:

	31.12.2013	31.12.2012
Construção de Novas Infra-estruturas	3.637	19.403
Rede Subconcessionada - Construção	195.612	709.889
Encargos Financeiros Capitalizados	144.333	210.194
	343.582	939.486

Os valores correspondentes à construção de Novas Infraestruturas são atividades de construção de gestão direta da EP e são apurados com base nos autos de acompanhamento das obras mensais pelo que refletem a evolução física das obras em curso acrescidos dos gastos diretamente atribuíveis à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A construção da Rede Subconcessionada é apurada tendo por base os valores de construção contratados para cada subconcessão e a percentagem de acabamento reportada à EP por cada subconcessionário, pelo que reflete a evolução física da obra e é assim independente do fluxo de faturação.

Os encargos financeiros capitalizados correspondem aos encargos financeiros da EP no decorrer da fase de construção e são compostos quer por encargos financeiros bancários utilizados para o financiamento da aquisição da Rede Concessionada do Estado e que correspondem à totalidade dos encargos com este tipo de financiamento uma vez que o investimento efetuado nesta rede foi superior ao incremento do endividamento anual, quer pela remuneração contabilística da dívida das subconcessionárias correspondente aos troços ainda em construção à qual é aplicada a taxa implícita no caso base de cada contrato, resultante de os fluxos financeiros não acompanharem a evolução física das obras, sendo que estas taxas teóricas variam entre os 5% e os 9%.

ii) Contribuição do Serviço Rodoviário (CSR)

O valor da contribuição de serviço rodoviário para 2013 é de 66,32€/1.000 litros para a gasolina e de 89,12€/1.000 litros para o gasóleo rodoviário.

A contribuição do serviço rodoviário apresentou no exercício de 2013 uma variação de cerca de 3M€ o que representa um decréscimo de cerca de 0,6% face ao exercício de 2012. Esta descida é resultado de uma quebra de consumo de combustíveis no ano de 2013.

iii) Portagens

A EP iniciou a sua atividade de cobrança de portagens em concessões do Estado em julho de 2010 com a transferência para a EP das concessões Grande Lisboa e Concessão Norte. Em outubro de 2010 iniciou-se o processo de cobrança de portagens em regime de Multi-Lane Free Flow (MLFF) nas anteriores Ex-SCUT Costa de Prata, Grande Porto e Norte Litoral e a dezembro de 2011 na Via do Infante - Concessão do Algarve, na A23 - Concessão da Beira Interior, A24 - Concessão do Interior Norte e A25 - Concessão das Beira Litoral e Alta.

Ainda em setembro de 2010 foi ainda transferido para a EP a exploração da A21, via que é também portajada.

Em setembro de 2011, iniciou-se a cobrança de portagens da subconcessão Transmontana e em novembro de 2011 iniciou-se a cobrança de portagens nas Subconcessões Pinhal Interior e Litoral Oeste, nos troços portajados já finalizados.

Em maio de 2012 iniciou-se igualmente a cobrança de portagens na subconcessão Baixo Tejo.

Os proveitos de portagem registaram um aumento de 13% face a 2012. Este crescimento deve-se principalmente ao facto de o tráfego nas concessões Algarve, Interior Norte e Beiras Litoral e Alta concessões ter registado aumentos significativos face a 2012, recuperando do impacto sofrido pela introdução de portagens nestas concessões em dezembro do ano anterior. Em resultado, estas ex-SCUT foram responsáveis por proveitos de portagens no montante de 42,6M€ em 2013, face a cerca de 37,7M€ registadas em 2012, o que representa um crescimento de cerca de 13%.

Outro impacto significativo foi o aumento das receitas de portagens nas subconcessões da EP, onde se destaca a subconcessão Pinhal Interior com portagens em 2013 de cerca de 6.2M€ face aos 1.3M€ em 2012 e a subconcessão Baixo Tejo com proveitos de portagens de 2.9M€ em 2013 face aos 0.8M€ em 2012, em resultado da abertura de novos troços portajados.

25 Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Esta conta representa os gastos da EP com a sua atividade de construção da RRN de acordo com o definido no seu Contrato de Concessão. Esta inclui a totalidade das atividades de construção da EP por via direta ou subconcessão.

		31.12.2013	31.12.2012
Construção de Novas Infra-estruturas	i)	2.456	18.136
Rede Subconcessionada - Construção	ii)	194.733	708.674
Capitalização Portagens Concessões	iii)	191.395	175.286
		388.584	902.097

i) Os valores correspondentes à construção de Novas Infraestruturas são atividades de construção de gestão direta da EP e são apurados com base nos autos de acompanhamento das obras mensais pelo que refletem a evolução física das obras em curso.

ii) A construção da Rede Subconcessionada é apurada tendo por base os valores de construção contratados para cada subconcessão e a percentagem de acabamento reportada à EP por cada subconcessionário, pelo que reflete a evolução física da obra e é assim independente do fluxo de faturação. A redução significativa registada nesta rubrica é resultado de a construção das subconcessões estar próxima do seu final e de as renegociações das subconcessões terem reduzido significativamente o âmbito da construção a realizar.

iii) Assim como referido na nota 3.18 (iv) os valores recebidos pela EP relativos a portagens em concessões do Estado (líquidos dos gastos de cobrança) são deduzidos ao investimento da EP na aquisição dos direitos sobre esta mesma rede Concessionada. A contrapartida dessa dedução é registada nesta rubrica.

26 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

		31.12.2013	31.12.2012
Conservação Periódica de Estradas	i)	53.000	82.700
Conservação Corrente e Segurança	ii)	55.311	51.814
Encargos Cobrança Portagens		21.728	18.343
Operação e Manutenção Subconcessões	iii)	12.391	14.185
Encargos Cobrança CSR	iv)	10.172	10.235
Rendas e Alugueres		2.270	2.501
Outros		8.241	8.039
Fornecimentos e serviços externos		163.113	187.816

i) Conservação Periódica de Estradas – Este custo corresponde ao reconhecimento do acréscimo de responsabilidade da EP dos gastos necessários à manutenção do nível de serviço das vias e obras de arte que lhe é imposto pelo seu Contrato de Concessão. Este valor não corresponde a uma necessidade de investimento em conservação no próprio período mas sim ao valor correspondente ao período do registo da responsabilidade de efetuar a intervenção conforme descrito na nota 21 iii).

No âmbito da implementação do novo plano estratégico foi estudado um novo modelo de gestão de conservação da rede sob jurisdição da EP que traduza uma otimização dos investimentos numa lógica de atuação/serviços. Com esta base de análise, o valor de conservação periódica anual foi revisito para um valor médio de investimento anual de 53M€, face aos 82,7M€ anuais considerados até 2012. Por contrapartida a esta redução de investimento em conservação periódica, a EP aumentou o investimento em conservação corrente e segurança em cerca de 4M€.

ii) Conservação Corrente e Segurança – Nesta conta estão contabilizados os gastos do exercício com intervenções de conservação corrente de vias e obras de arte e com segurança rodoviária.

iii) Os encargos com operação e manutenção de subconcessões resultam do reconhecimento contabilístico da operação e manutenção efetuada pelas subconcessionárias no âmbito dos contratos de subconcessão em vigor. O pagamento destes valores terá início em 2014, conforme contratado. Os encargos de Operação e Manutenção de Subconcessões registam uma redução no ano em resultado da entrada em serviços de diversos troços de subconcessões ser mais que compensada com a redução dos investimentos resultante dos acordos preliminares de renegociação destes contratos.

iv) Os encargos de cobrança da CSR correspondem a 2% da CSR retido pela AT pela prestação do serviço de apuramento e cobrança da CSR. Os encargos de cobrança da CSR são uma percentagem do valor cobrado pelo que a sua evolução é exatamente a mesma verificada nos proveitos.

27 Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal, incorridos durante 2013, foram como segue:

	31.12.2013	31.12.2012
Remunerações		
Orgãos sociais	331	379
Pessoal	27.588	27.474
	27.919	27.853
Encargos sociais		
Encargos sobre remunerações	6.057	5.035
Custos de acção social	446	462
Outros	269	148
Sub-total	6.772	5.645
Custos com o pessoal	34.691	33.498

Em 2013 o efetivo médio acrescido dos membros do órgão de gestão da empresa situou-se em 1.087 (sendo que no ano anterior se apurava em 1.176).

Não obstante a significativa diminuição do efetivo da empresa na comparação do ano de 2013 com o ano de 2012, de 1176 para 1087 colaboradores, regista-se um agravamento em 3% dos encargos com pessoal no mesmo período. Este agravamento resulta diretamente da aplicação de medidas contidas na Lei do Orçamento do Estado de 2013 que representaram o aumento dos encargos com contribuições para a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social, incluindo o efeito da redução da isenção do subsídio de refeição.

28 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos pode ser apresentada como segue:

		31.12.2013	31.12.2012
Amortização de subsídios ao investimento	i)	51.008	44.094
Proveitos com Fees Assinatura Concessões	ii)	8.854	8.854
Sinistros	iii)	1.231	875
Ganhos na venda activos tangíveis	iv)	736	4.229
Outros (inferiores a 1.000 m€)	v)	6.279	3.691
		68.107	61.742

i) Rendimento reconhecido pela amortização dos subsídios ao investimento não reembolsáveis reconhecidos no Passivo, em rendimentos a reconhecer

ii) Este proveito resulta do reconhecimento no ano da parcela correspondente do valor recebido aquando da assinatura das Concessões Grande Lisboa e Douro Litoral.

iii) A rubrica Sinistros corresponde ao proveito resultante do reembolso à EP de danos provocados na Rede Rodoviária Nacional, nomeadamente em resultado de sinistros.

iv) Mais-valias resultantes das vendas de imóveis e parcelas sobrantas.

v) A rubrica Outros inclui cerca de 4.600m€ de reembolso à EP pela REFER de obras de conservação e manutenção realizadas na Ponte 25 de Abril.

29 Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica de Outros gastos e perdas é apresentado no quadro seguinte:

	31.12.2013	31.12.2012
Taxa de Regulação das Infra -Estruturas Rodoviárias (TRIR)	2.701	2.921
Impostos	181	290
Correcções relativas a anos anteriores	78	27
Indemnizações a Terceiros	321	1.017
Outros	112	150
	3.393	4.404

30 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros nos exercícios de 2013 e 2012 é como segue:

	31.12.2013	31.12.2012
Gastos financeiros		
Gastos Financiamento	93.406	115.938
Gastos financeiros Contratos Subconcessão i)	225.762	177.773
Serviços Bancários	714	2.013
Gastos financeiros outras dívidas Médio Longo Prazo ii)	7.250	11.360
Variação justo valor swaps iii)	-	2.109
Outros gastos Financeiros	3.003	2.245
	330.134	311.437
Rendimentos financeiros		
Variação justo valor do swap iii)	5.207	-
Juros obtidos	305	272
	5.512	272

i) Os gastos financeiros Contratos Subconcessão englobam os gastos com a atualização financeira da dívida às subconcessionárias pela obra / serviços prestados que apenas serão faturados no futuro de acordo com os termos estipulados nos contratos de subconcessão.

ii) Os gastos financeiros de outras dívidas de médio e longo prazo correspondem aos encargos do presente exercício com as responsabilidades assumidas relativas à transferência da A21. Ver nota 21 ii).

iii) Nesta linha encontra-se registado o gasto com a variação do justo valor de um instrumento financeiro derivado, SWAP taxa de juro com maturidade

de 15 de julho de 2030 e que tem como montante subjacente 125M€, que se destinou a minimizar o risco de exposição a variação de taxa de juro. Este swap foi liquidado antecipadamente pelo valor de 8.988m€, 5.207m€ abaixo do seu justo valor de 31 de dezembro de 2012, originando o proveito correspondente.

Do total de 330.134m€ de gastos financeiros, 80.066€ correspondem aos gastos financeiros dos suprimentos.

O incremento significativo dos gastos com financiamento resulta essencialmente do aumento significativo do valor do passivo relativo às Subconcessões, conforme descrito na nota 21.

31 Imposto sobre o rendimento

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	31.12.2013	31.12.2012
Imposto s/ rendimento corrente	26.726	45.836
Imposto s/ rendimento diferido	(15.410)	(28.090)
Imposto sobre o rendimento	11.315	17.746

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto do exercício nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	31.12.2013	31.12.2012
Taxa de imposto	25,00%	25,00%
Derrama	1,50%	1,50%
Derrama Estadual	(1)5,00%	(2)5,00%
Imposto sobre o rendimento	31,50%	31,50%

(1) 3% sobre os resultados entre 1.5M€ e 7.5M€ e 5% na parcela que excede os 7.5M€;

(2) 3% sobre os resultados entre 1.5M€ e 10M€ e 5% na parcela que excede os 10M€;

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

	31.12.2013	31.12.2012
Resultado antes de Imposto	26.079	54.434
Taxa nominal de Imposto	26,5%	26,5%
	6.911	14.425
Gastos contabilísticos não dedutíveis fiscalmente no ano	13.356	22.173
Gastos fiscais não contabilísticos	(871)	(912)
Proveitos contabilísticos não fiscalmente relevantes no ano	(277)	(465)
Imputação variações patrimoniais de transição	3.328	3.328
Efeito correcção imposto diferido	(15.410)	(28.090)
Derrama Estadual	4.108	7.116
Tributação autónoma	170	170
	11.315	17.746
Taxa efetiva de imposto	43,4%	32,6%

O aumento da taxa efetiva de imposto é resultado da redução da taxa pela qual são apurados os impostos diferidos pela redução previsível do IRC, o que resulta num impacto adicional de cerca de 2.500m€ de encargo fiscal para a EP por a taxa de imposto do ano em que foram constituídos os impostos diferidos ser superior à taxa de imposto do ano em que os mesmos serão previsivelmente revertidos.

32 Ativos e passivos financeiros por categoria

A decomposição de ativos e passivos financeiros por categoria é a seguinte:

31.12.2012	Créditos e valores a receber	"Activos financeiros disponíveis para venda"	"Activos/Passivos ao justo valor por via resultados"	Outros passivos financeiros	Activos/passivos não financeiros	Total
Activos						
Caixa e equivalentes de caixa	36.122	-	-	-	-	36.122
Clientes e outras contas a receber	24.523	-	-	-	-	24.523
Outras contas a receber	83.086	-	-	-	-	83.086
Total activos financeiros	143.732	-	-	-	-	143.732
Passivos						
Financiamentos obtidos	-	-	-	378.105	-	378.105
Suprimentos	-	-	-	2.585.600	-	2.585.600
Outros passivos não correntes	-	-	14.195	-	-	14.195
Fornecedores	-	-	-	11.991	-	11.991
Outras contas a pagar	-	-	-	3.516.632	3.836	3.520.468
Total passivos financeiros	-	-	14.195	6.492.329	3.836	6.510.360

31.12.2013	Créditos e valores a receber	"Activos financeiros disponíveis para venda"	"Activos/Passivos ao justo valor por via resultados"	Outros passivos financeiros	Activos/passivos não financeiros	Total
Activos						
Caixa e equivalentes de caixa	17.715	-	-	-	-	17.715
Clientes e outras contas a receber	36.004	-	-	-	-	36.004
Outras contas a receber	107.505	-	-	-	-	107.505
Total activos financeiros	161.224	-	-	-	-	161.224
Passivos						
Financiamentos obtidos	-	-	-	326.101	-	326.101
Suprimentos	-	-	-	2.876.993	-	2.876.993
Outros passivos não correntes	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	-	-	-	25.703	-	25.703
Outras contas a pagar	-	-	-	4.014.033	3.317	4.017.350
Total passivos financeiros	-	-	-	7.242.830	3.317	7.246.146

A hierarquia do justo valor utilizado na mensuração de activos e passivos financeiros é a seguinte:

31.12.2012	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros				
Activos financeiros ao justo valor por via de resultados	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-
	-	-	-	-
Passivos financeiros				
Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados	-	14.195	-	14.195
	-	14.195	-	14.195

Em 31 de dezembro de 2013 não existem ativos ou passivos na Demonstração da Posição Financeira medidos ao justo valor.

33 Contingências

A empresa tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

Banco	Objecto	31.12.2013	31.12.2012
Barclays	Contrato de Concessão	-	2.000
BES	Processo IVA	148.593	148.593
BES	Processo Expropriativo	1	1
BPI	Processo Expropriativo	1.608	2.804
BPI	Processo Judicial	-	126
Totta	Processo Expropriativo	92	116
		150.295	153.641

As garantias relativas ao processo do IVA, prestadas em 2010, resultam da necessidade do cumprimento de uma exigência legal da AT para poder suspender o procedimento executivo do valor considerado por esta em dívida pela EP resultante do processo descrito na nota 12.

34 Compromissos

Os compromissos da EP resultam fundamentalmente da sua obrigação de cumprir com os compromissos assumidos relativos aos contratos de subconcessão e à substituição do Estado nos seus pagamentos e recebimentos da Rede Concessionada.

Os encargos líquidos da EP com Concessões Rodoviárias do Estado e Subconcessões, incluindo as receitas de portagem após o término dos contratos de concessão do Estado com os parceiros privados, que são receitas da EP, de acordo com o seu contrato de concessão, a preços constantes de 2014 e com IVA, conforme os valores enviados à Direção Geral do Tesouro e Finanças que serviram de base aos valores apresentados no quadro correspondente no Relatório do Orçamento de Estado para 2014, resumem-se aos apresentados no quadro seguinte:

									(M€)
Encargos Concessões	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Encargos Brutos	1.388	1.480	1.342	1.333	1.292	1.343	1.289	1.260	1.145
Receitas	(291)	(358)	(375)	(395)	(415)	(442)	(456)	(470)	(488)
Encargos Líquidos	1.097	1.121	967	938	877	901	833	790	657
Encargos Concessões	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Encargos Brutos	1.073	1.058	979	851	827	807	651	608	437
Receitas	(504)	(639)	(625)	(645)	(665)	(790)	(806)	(911)	(921)
Encargos Líquidos	569	419	354	205	162	17	(155)	(303)	(484)
Encargos Concessões	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041
Encargos Brutos	353	361	344	308	280	270	101	81	81
Receitas	(929)	(937)	(1.149)	(1.954)	(1.967)	(1.990)	(1.940)	(1.942)	(1.942)
Encargos Líquidos	(576)	(576)	(805)	(1.646)	(1.686)	(1.720)	(1.839)	(1.861)	(1.861)
Encargos Concessões	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050
Encargos Brutos	81	81	81	81	81	81	81	81	81
Receitas	(1.942)	(1.942)	(1.942)	(1.942)	(1.942)	(1.942)	(1.942)	(1.942)	(1.942)
Encargos Líquidos	(1.861)	(1.861)	(1.860)	(1.860)	(1.860)	(1.860)	(1.860)	(1.860)	(1.860)

35 Informações exigidas por diplomas legais

a) Nos termos do nº 1 do art.º 21º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, a empresa confirma não ser devedora de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social; mais informa não ser devedora de qualquer dívida perante a Administração Fiscal.

b) Impacto da atividade da EP nas Contas Nacionais e Contas Públicas (Base 12, número 3, alínea c) do Decreto-Lei nº 110/2009 de 18 maio).

a. Contas Nacionais:

Após consulta ao Instituto Nacional de Estatística (INE) entende-se que todas as rubricas contabilísticas da EP têm impacto direto nas contas nacionais. Os fluxos que a EP estabelece com unidades fora do perímetro das Administrações Públicas terão efeito direto nos agregados das administrações públicas (défice e/ou dívida), impacto cujo efeito e magnitude dependerá das operações em causa. Assim, exemplificando: quando a EP, SA recebe juros de aplicações financeiras, contribui positivamente para o saldo das Administrações Públicas; quando a EP paga serviços prestados por Sociedades está a aumentar a despesa pública e o défice; se a EP se financiar junto do setor financeiro ou do Resto do Mundo, está a aumentar a dívida pública.

Pela própria natureza do sistema de contas nacionais, a estimativa do impacto de uma única unidade deve ser tomada como meramente indicativa. Consistindo num sistema integrado, para evidenciar as relações económicas subjacentes de forma mais explícita, a metodologia das contas nacionais estabelece que as operações de uma unidade ou conjunto de unidades, por vezes, sejam objeto de transformações cujo efeito analítico só faz sentido no conjunto mais alargado do sistema de contas.

b. Contas Públicas:

A prestação de contas numa ótica de contabilidade pública adota a denominada base de caixa, em que se procede ao registo de fluxos

financeiros – pagamentos e recebimentos.

Na ótica de contabilidade pública, até final de 2011, a EP não fez parte do perímetro de consolidação das Administrações Públicas. Nesta medida, as contas da EP não eram consideradas para efeitos do apuramento do saldo e das contas das Administrações Públicas.

De referir que em meados de 2011, a EP foi integrada nas Entidades Públicas Reclassificadas passando a ser equiparada a Serviços e Fundos Autónomos, sendo assim integrada no universo do Orçamento de Estado com efeitos a partir da elaboração do Orçamento para 2012 e execução do ano de 2012.

c) Informação financeira prospetiva - compromissos assumidos, informação previsional de carácter plurianual, para o período da concessão, sobre a atividade da concessionária, nomeadamente quanto a resultados, necessidades de financiamento, dividendos a pagar ao acionista e impostos sobre os resultados (Base 12, número 4, alínea b) do Decreto-Lei nº 110/2009 de 18 maio):

Informação Previsional - Compromissos assumidos até 31-12-2013

A tabela seguinte diz respeito à Informação Previsional dos fluxos financeiros futuros para a EP à data de 31 de dezembro de 2012, tendo presente o compromisso já assumidos pela empresa. De referir que serão necessários efetuar investimentos no decorrer do contrato de concessão da EP por forma a cumprir o PRN 2000 cujos fluxos financeiros de despesa e receita não se encontram contemplados nos valores presentes no quadro seguinte. Os valores apurados incluem já a estimativa dos impactos das renegociações dos contratos de concessão e subconcessão em curso. Foram projetados os resultados líquidos anuais, as necessidades de financiamento anuais, os dividendos a pagar e os impostos sobre o rendimento (IRC).

Valores a preços correntes, m€

INFORMAÇÃO PREVISIONAL - COMPROMISSOS ASSUMIDOS ATÉ 31.12.2013										
	2015	2016	2017	... 2025	... 2035	... 2045	... 2055	... 2065	... 2075	... 2082
Resultado líquido	(13.383)	9.132	24.566	... 158.955	... 614.531	... 2.013.414	... 2.615.484	... 3.350.318	... 4.269.098	... 5.042.082
Necessidades de financiamento anuais	808.813	626.264	600.838	... 483.061	... (847.371)	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar (a)	-	-	-	-	-	... 1.860.201	... 2.422.921	... 3.100.659	... 3.952.822	... 4.683.835
Impostos sobre o rendimento (IRC) b)	-	(8.006)	(14.464)	... (66.513)	... (257.144)	... (842.492)	... (1.094.422)	... (1.401.906)	... (1.786.360)	... (2.109.807)
Fluxos financeiros com o Estado (c)	509.184	505.497	503.432	... 544.638	... 309.888	... (1.963.739)	... (2.555.384)	... (3.251.555)	... (4.113.765)	... (4.842.292)

Valores a preços constantes, m€

INFORMAÇÃO PREVISIONAL - COMPROMISSOS ASSUMIDOS ATÉ 31.12.2013										
	2015	2016	2017	... 2025	... 2035	... 2045	... 2055	... 2065	... 2075	... 2082
Resultado líquido	(13.119)	8.777	23.147	... 127.830	... 405.415	... 1.089.649	... 1.161.192	... 1.220.215	... 1.275.513	... 1.311.467
Necessidades de financiamento anuais	792.879	601.889	566.130	... 388.472	... (559.022)	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar (a)	-	-	-	-	-	... 1.006.732	... 1.075.700	... 1.129.287	... 1.181.016	... 1.218.285
Impostos sobre o rendimento (IRC) b)	-	(7.694)	(13.628)	... (53.489)	... (169.642)	... (455.953)	... (485.889)	... (510.586)	... (533.725)	... (548.770)
Fluxos financeiros com o Estado (c)	499.153	485.822	474.351	... 437.991	... 204.437	... (1.062.766)	... (1.134.510)	... (1.184.245)	... (1.229.102)	... (1.259.501)

(a) Para estas actividades em exclusivo e não tendo sido realizado o exercício de restrição de

capital próprio, assume-se que o cash flow disponível, a partir de 2045, possa ser distribuído como dividendo não podendo ser superior ao resultado líquido do exercício.

(b) Para estas actividades em exclusivo e numa óptica de cash-flow.

(c) Na óptica da EP. Inclui outflows: IRC, Renda da Concessão EP e Dividendos e inflows: Redução do ISP (por criação da CSR), numa óptica de cash-flow.

36 Partes relacionadas

Saldos e transações significativas com entidades públicas:

A EP é detida na totalidade pelo Estado Português, sendo a função acionista desempenhada pela Direção Geral de Tesouro e Finanças e tendo tutela conjunta do Ministério da Economia e do Ministério de Estado e das Finanças. A EP não detém, direta ou indiretamente, qualquer participação nos capitais de qualquer outra entidade pública ou privada.

No quadro seguinte encontram-se os principais saldos e transações entre a EP e o Estado nos anos de 2012 e 2013:

31-dez-12		Nota	Ativo		Passivo		Rendimentos	Gastos
Natureza	Rubrica Contabilística		corrente	não corrente	corrente	não corrente		
TRIR	Outros gastos e perdas	29	-	-	-	-	-	2.921
Custo cobrança CSR	Fornecimento e Serviços Externos	26	-	-	-	-	-	10.235
Acréscimo gastos CSR	Outras contas a pagar	21	-	-	1.630	-	-	-
Suprimentos	Suprimentos	20	-	-	426.250	2.159.350	-	-
Gastos financeiros	Gastos e rendimentos financeiros	30	-	-	-	-	-	93.914
			-	-	427.880	2.159.350	-	107.070

31-dez-13		Nota	Ativo		Passivo		Rendimentos	Gastos
Natureza	Rubrica Contabilística		corrente	não corrente	corrente	não corrente		
TRIR	Outros gastos e perdas	29	-	-	-	-	-	2.701
Custo cobrança CSR	Fornecimento e Serviços Externos	26	-	-	-	-	-	10.172
Acréscimo gastos CSR	Outras contas a pagar	21	-	-	1.718	-	-	-
Suprimentos	Suprimentos	20	-	-	661.415	2.215.578	-	-
Gastos financeiros	Gastos e rendimentos financeiros	30	-	-	-	-	-	80.066
			-	-	663.133	2.215.578	-	92.939

Adicionalmente a EP teve um aumento de capital no valor de 8.990m€ em dezembro de 2013.

Remunerações dos Membros do Conselho de Administração:

(€)				
Remunerações 2013	Presidente - Dr. António Ramalho	Vice Presidente - Dr. José Serrano Gordo	Vogal - Eng. João Grade	Vogal - Eng. Vanda Nogueira
Remuneração				
(1) Remuneração	58.372	52.535	46.698	46.698
(2) Redução da Lei 12 A	2.919	2.627	2.335	2.335
(3) Redução da Lei Orçamento Estado 2011	5.545	4.991	4.436	4.436
(4) Remuneração ilíquida (=1-2-3)	49.908	44.917	39.926	39.926
(1) 40% Despesas de Representação	23.349	21.014	18.679	18.679
(2) Redução da Lei 12 A	1.167	1.051	934	934
(3) Redução da Lei Orçamento Estado 2011	2.218	1.996	1.775	1.775
(5) Abonos ilíquidos (=1-2-3)	19.963	17.967	15.971	15.971
(1) Subsídio de Natal	9.729	8.756	7.783	7.783
(2) Redução da Lei 12 A	486	438	389	389
(3) Redução da Lei Orçamento Estado 2011	924	832	683	683
(6) 6/12 Subsídio de Natal (=1-2-3)	8.318	7.486	6.711	6.711
(7) Outros abonos	-	97	-	-
Total	78.189	70.468	62.608	62.608

(1) - Remuneração fixada pelo Estatuto de Gestor Público.

(2) - Redução fixada pelo art. 12º da Lei n.º 12-A/2010.

(3) - Redução fixada pelo art. 19º da Lei n.º 55-A/2010.

(4) - Remuneração após a aplicação das reduções referidas em (2) e (3).

(5) - Abonos após a aplicação da redução referida em (2) e (3).

(6) - Subsídios de Natal e de Férias após a aplicação da redução referida em (2) e (3).

(7) - Despesa referente à participação numa Conferência no Porto.

37 Outros factos relevantes

i) Compensações, reservas de direitos, pedidos de reposição de equilíbrio financeiro (REF) e impugnações de multas nas Subconcessões e Contratos de Prestação de Serviço.

Nos termos dos contratos das subconcessões ainda antes da apresentação de qualquer pedido de reposição de equilíbrio financeiro (REF) em concreto, a contraparte da EP tem que formular aquilo que se designa como “reserva de direito”, ou seja, tem de informar a EP que entende que um determinado facto é elegível para efeitos de REF. Depois desta reserva, é que são ou podem ser apresentados os pedidos de REF. Cumpre igualmente notar que caso a reserva de direitos não seja formulada no prazo de 30 dias a contar da data da ocorrência do evento, o putativo e eventual direito a REF caduca.

Até 31 de dezembro de 2013 foram apresentados os seguintes pedidos de REF:

Subconcessão	Tipo de pedido efetuado	Facto gerador do pedido	Ponto da situação
Auto-Estrada Transmontana (AEXXI)	Reposição de equilíbrio financeiro	Atraso na recusa de visto	A SC renunciou ao pedido, por acordo. O atraso na recusa de visto foi considerado imputável à EP, contudo a EP rejeitou tal imputação assim como o risco associado.
Auto-Estrada Transmontana (AEXXI)	Reposição de equilíbrio financeiro	Alteração legislativa de carácter específico - Lei n.º 46/10, de 7/9	Arbitragem requerida, EP contestou. Suspensão por acordo entre as Partes.
Auto-Estrada Transmontana (AEXXI)	Impugnação de multa - Proc.º judicial n.º 580/12.8BE-ALM e processo arbitral	A EP propôs a aplicação da multa contratual de 2.650.000,00€ (dois milhões, seiscentos e cinquenta mil euros). Notificada à SC por ofício de 04 de Abril de 2012. A SC impugnou judicialmente com fundamento na ilegalidade de aplicação da multa	Arbitragem - Suspensa conforme Acordo de Alteração do Plano de Trabalhos e Processo Judicial em curso.
Baixo Tejo (AEBT)	Reposição de equilíbrio financeiro	Alterações legislativas de carácter específico: DL n.º 112/2009, de 18/5; Portaria n.º 314-B/2010, de 14/6 e DL n.º 111/2009, de 18/05 e Portaria n.º 1033-C/2010 de 06/10	Arbitragem. Contestação efetuada. Aguarda instalação do Tribunal Arbitral
Litoral Oeste (AELO)	Reposição de equilíbrio financeiro	Alterações legislativas de carácter específico: DL n.º 112/2009, de 18/5; Portaria n.º 314-B/2010, de 14/6; DL n.º 111/2009, de 18/5 e Portaria n.º 1033-C/2010 de 06/10	Arbitragem. Contestação efetuada. Aguarda instalação do Tribunal Arbitral
Litoral Oeste (AELO)	Impugnação de multa	A SC considera ilegal a aplicação da multa.	n.a.
Pinhal Interior (Ascendi PI)	Reposição de equilíbrio financeiro	Alteração legislativa de carácter específico - Lei n.º 46/10, de 7/9; Lei 55-A/2010, de 31/12, Lei n.º 64-B/2011, de 31/12	Análise efetuada. Aguarda decisão da EP/ Comissão de Negociação
Pinhal Interior (Ascendi PI)	Reposição de equilíbrio financeiro	Vestígios Arqueológicos - Sra. Da Alegria	Valor acordado junto da Subconcessionária.
Pinhal Interior (Ascendi PI)	Reposição de equilíbrio financeiro	Construção do Nó do Peral, Alvaiázere e Almalaguês Vestígios Arqueológicos - Nó do Peral	

Contrato de prestação de serviços	Tipo de pedido efetuado	Facto gerador do pedido	Ponto da situação
Ascendi O&M Costa de Prata e Grande Porto	Reposição de equilíbrio financeiro	Alteração legislativa de carácter específico - Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro que introduziu alterações no Regime Sancionatório estabelecido pela Lei n.º 25/2006	Em análise
Ascendi O&M Costa de Prata e Grande Porto	Reposição de equilíbrio financeiro	1 - Remoção de 4 Pontos de Cobrança (2 na Costa de Prata e 2 no Grande Porto) 2 - Funcionalidade de conversão de transações VTC em ETC e suporte de DEM's virtuais 3 - Funcionalidade de melhoria técnica do sistema de classificação dos veículos do sistema MLFF para suporte ao sistema de pós-pagamento (resultante da não aprovação do DEM obrigatório) 4 - Funcionalidade de suporte ao Regime de Discriminações positivas - Portaria n.º 1033-A/2010, de 06 de Outubro (alteração legislativa de carácter específico)	Em análise
ViaLivre - Norte Litoral	Reposição de equilíbrio financeiro	Alteração legislativa de carácter específico - Alteração da Lei n.º 25/2006, decorrente da Lei que aprovou o OE 2011 - Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro	A EP aceitou a elegibilidade das despesas apresentadas, que serão ou não aprovadas caso a caso.
ViaLivre - Norte Litoral	Reposição de equilíbrio financeiro	Alteração legislativa de carácter específico - Portaria n.º 135-A/2011	Em análise
ViaLivre - Norte Litoral	Reposição de equilíbrio financeiro	Alteração legislativa de carácter específico - Portaria n.º 41/2012, de 10 de Fevereiro	Em análise
ViaLivre - Norte Litoral	Reposição de equilíbrio financeiro	Despachos SEOPTC DE 28.12.2012, 29.01.2013 E 12.02.2013	Em análise

ii) Compensações, reservas de direitos e pedidos de reposição de equilíbrio financeiro (REF) nas Concessões do Estado

Estas concessões são concessões do Estado, e foram negociados pelo Estado, pelo que a EP desconhece quaisquer reservas de direito e/ou pedido de reequilíbrio das Concessões, uma vez que a existir estes não são apresentados à EP, uma vez que esta não é contraparte desses contratos. No âmbito do seu contrato de concessão com o Estado, a EP poderá eventualmente ser chamada a efetuar o pagamento destes REF, se o Concedente assim o entender.

Em 2013 a EP recebeu cerca de 0,2M€ de participações, compensações e reequilíbrios, dos quais se destacam:

- i) Na concessão Lusoponte o impacto do reequilíbrio financeiro IX (FRA IX), acrescido dos pagamentos de Monovolumes, TRIR e do recebimento do DUF, saldou-se num fluxo financeiro negativo para a EP, no valor de 1,1M€;
- ii) Compensações devidas pelos pagamentos das TRIR nas Concessões Oeste e Norte Litoral, no valor de cerca de 0,3M€;
- iii) Compensações recebidas no valor de cerca de 1,6M€ da Concessão Oeste relativas à revisão de preços na empreitada de alargamento do lanço CRIL/Loures da A8/IC1.

iii) Contratos ex-SCUT

Os “contratos ex-SCUT” foram assinados entre o Estado e os diferentes parceiros privados. Nos casos mais recentes de introdução de portagens, concessões do Algarve, Beira Interior e Interior Norte ainda não foram assinados os contratos que regulam a alteração do regime de remuneração de portagens virtuais para o regime de disponibilidade pelo que a EP continua a pagar às respetivas concessionárias sob a forma de renda.

38 Eventos subsequentes

Após 31 de dezembro de 2013 existiram, até à data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, os seguintes eventos subsequentes:

- i) Em 13 de janeiro de 2014, o Eng.º João Albino Correia Grade cessou as funções de membro do Conselho de Administração, por motivo de renúncia, com produção de efeitos a partir de 1 de março;
- ii) Em 1 de maio de 2014, a Dra. Graça Maria Valente Montalvão Fernandes cessou funções de Presidente do Conselho Fiscal, por motivo de renúncia;
- iii) Por deliberação social unânime por escrito, de 24 de fevereiro de 2014, foi aumentado o capital social em 318.060.000 €, através da emissão de 63.612 novas ações nominativas, no valor de 5.000 € cada, inteiramente subscrito pelo Estado, perfazendo assim o capital social à presente data de 791.050.000 €.

O Técnico Oficial de Contas,

O Conselho de Administração,

António Manuel Palma Ramalho, Presidente

José Serrano Gordo, Vice-Presidente

Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira, Vogal

18. PARECERES

RELATÓRIO E PARECERES DO CONSELHO FISCAL

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Créditos fotográficos



Capa - Rui Costa - 1º Prémio Categoria Qualidade Técnica no "I Concurso Estradas de Portugal – Um Outro Olhar"



p. 7 - Dina Lopes - "I Concurso Estradas de Portugal – Um Outro Olhar"



p. 14 - DAS - DPOA



p. 25 - Dina Lopes - "I Concurso Estradas de Portugal – Um Outro Olhar"



p. 33 - Francisco Pezo - "I Concurso Estradas de Portugal – Um Outro Olhar"



p. 45 - Pessoa Neto - "I Concurso Estradas de Portugal – Um Outro Olhar"



p. 47 - Dina Lopes - "I Concurso Estradas de Portugal – Um Outro Olhar"



p. 50 - António Borges - DGA-UDSA



p. 52 - Nelson da Silva - "I Concurso Estradas de Portugal – Um Outro Olhar"



p. 57 - DAS - DPOA



p. 62 - DAS - DPOA



p. 64 - João Paulo Amaro - 2º prémio Categoria Originalidade no "I Concurso Estradas de Portugal – Um Outro Olhar"



p. 66 - DAS - DPOA



p. 80 - Rita Santos - 1º prémio Categoria Mobile no "I Concurso Estradas de Portugal – Um Outro Olhar"



Ficha Técnica

Organização

Estradas Portugal, S. A.

Texto

Estradas Portugal, S. A.

Coordenação, Selecção e Revisão

Secretaria Geral e Compliance (SGC)

Design Gráfico e Paginação

António Borges - DGA-UDSA

Paginado em Adobe InDesign®

Fontes: Eras Medium ITC; Eras Demi ITC; Eras Bold ITC.